

RODRIGO FERREIRA NERY DA SILVA

SOMOS FORTES, SOMOS CUT?

PRECARIZAÇÃO E DISCURSO NA CUT – PE (1989 – 1999)

RECIFE – PE

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RODRIGO FERREIRA NERY DA SILVA

SOMOS FORTES, SOMOS CUT?
PRECARIZAÇÃO E DISCURSO NA CUT – PE (1989 – 1999)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg.

RECIFE – PE

2007

Silva, Rodrigo Ferreira Nery da

**Somos fortes, somos CUT? : precarização e discurso na CUT – PE (1989-1999). – Recife: O Autor, 2007.
123 folhas : il., quadro, tab.**

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. Recife, 2007.

Inclui bibliografia

**1. Sindicalismo. 2. Organização Sindical. 3. Central Única dos Trabalhadores (CUT) – Pernambuco (1989-1999). 4. Trabalho - precarização. 5. Análise do discurso.
I. Título.**

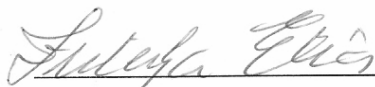
**331.105.441
331.87**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**


**UFPE
BCFCH2007/64**

Ata da Sessão de Argüição de Dissertação de RODRIGO FERREIRA NERY DA SILVA, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

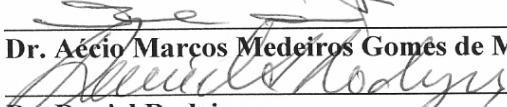
Aos 28 dias do mês de agosto ano de dois mil e sete, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Dissertação de RODRIGO FERREIRA NERY DA SILVA, intitulada “SOMOS FORTES, SOMOS CUT? PRECARIZAÇÃO DO DISCURSO NA CUT-PE (1989-1999)”**. A Banca Examinadora foi composta pelos Professores: **Dr. Remo Mutzenberg – Presidente/orientador; Dr. Aécio Marcos de Medeiros Gomes de Matos – Titular Interno; Dr. Daniel Rodrigues – Titular Externo – (Departamento de Fundamentos Sócio Filosóficos em Educação/UFPE)**. Dando início aos trabalhos o **Dr. Remo Mutzenberg** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua argüição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar o **Dr. Remo Mutzenberg**, presidente da mesa e orientador do candidato solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 28 de agosto de 2007.



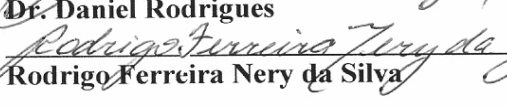
Zuleika Elias



Dr. Remo Mutzenberg



Dr. Aécio Marcos Medeiros Gomes de Matos



Dr. Daniel Rodrigues

Rodrigo Ferreira Nery da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe: Teresa, exemplo de mulher lutadora, que não se curva diante das dificuldades impostas, que sempre me apoiou, cobrou e incentivou da maneira mais fraterna que alguém pode fazer. A tio Bené, que sempre nos ajudou nos momentos mais difíceis. A Júlia companheira amada, que em momento algum duvidou da minha capacidade e com quem aprendo cada dia mais.

Aos meus grandes e inesquecíveis amigos que fiz durante a minha graduação, que mesmo que a distância e o tempo nos afastem, sabemos que podemos contar uns com os outros em qualquer situação: Caetano, Jamerson, Erick, Chico, Gustavo.

Aos, nem menos importantes nem menos inesquecíveis, amigos que fiz na militância, militância esta que foi fundamental para a realização dessa pesquisa. Amigos que contribuíram para a minha compreensão de sociedade e de amizade: Zé Gomes, Henrique, Hugo, Áurea, Tércio e Érica.

Aos amigos do mestrado, que mesmo em pouco tempo juntos, aprendemos muito.

Aos professores do PPGS, em especial ao orientador professor Remo, que sempre se mostrou presente e compreensivo durante todo o mestrado e, que sempre respeitou as nossas diferenças conceituais.

A Central Única dos Trabalhadores, seção Pernambuco, que colaborou e disponibilizou o material para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

A questão principal desta pesquisa é: o discurso da Central Única dos Trabalhadores (CUT – PE) no período entre 1989 e 1999, estando inserida no contexto da reestruturação capitalista, basicamente no que tange a precarização do trabalho, imposta a classe trabalhadora no período mencionado. Entendemos que o contexto da reestruturação capitalista, no que diz respeito a precarização do trabalho, é fator fundamental para a estruturação política da CUT- PE, e a sua nova forma de se inserir na sociedade. Sendo assim é importante fazer uma análise sobre organização sindical, pois esta é um instrumento dos trabalhadores que expressa as relações sociais existentes. Para tal pesquisa utilizamos a análise de discurso. Construimos o nosso *corpus* e realizamos a nossa análise e interpretação a partir de textos que melhor retratassem o discurso da CUT – PE diante do contexto exposto. Para a análise e interpretação elencamos quatro eixos temáticos, que são: 1) Precarização; 2) Fragmentação; 3) Políticas de intervenção; 4) Instrumentos de intervenção. A partir da análise verificamos transformações discursivas da CUT – PE ao longo da década de 1990. Observamos que a CUT – PE no final da década de 1989 era contestatória do sistema capitalista e acreditava na mobilização social como principal fator da transformação da realidade estabelecida. Porém, no decorrer da década de 1990, durante a implementação do neoliberalismo no Brasil, a CUT – PE mudou seu discurso para, de certa forma, conformar-se diante das transformações que o mundo do trabalho estava sofrendo. Sendo assim, a CUT – PE assumiu a postura da negociação com governos neoliberais e patrões, não estimulando a mobilização social e a organização das novas categorias de trabalhadores que ficaram à parte das políticas sindicais.

Palavras-chave: Sindicalismo. CUT. Trabalho. Precarização. Discurso.

ABSTRACT

The main issue of this research is: the speech of the “Central Única dos Trabalhadores” (CUT - PE) in the period between 1989 and 1999, being inserted in the context of the reorganization of the capitalism, basically in what it refers to becoming precarious the work, what was imposed to the working class in the mentioned period. We understand that the context of the reorganization of the capitalism, in what the work becomes precarious, is a basic factor for the politics structure of CUT- PE, and its new form of being in the society. Being thus, it is important to make an analysis on unions labour organization, because this is an worker’s instrument which express existing social relations. For such we use the speech analysis. We build our “corpus” and we carry through our analysis and interpretation from texts that better portraied the speech of CUT - PE about the displayed context. For the analysis and interpretation we choose four themes, that are: 1) Becomes work precarious; 2) Fragmenting; 3) Politics of intervention; 4) Instruments of intervention. From the analysis we verify speech’s transformations of CUT - PE throughout the decade of 1990. We observe that the CUT - PE in the end of the decade of 1989 was refuting the capitalist system and believed that social mobilization is the main factor of the transformation of the established reality. However, in elapsing of the decade of 1990, during the implementation of the neoliberalismo in Brazil, the CUT - PE changed its speech, of certain form, to satisfied the transformations that the world of the work was suffering. Being thus, the CUT - PE assumed the position of the negotiation with neoliberal governments and masters, not stimulating the social mobilization and the organization of the new categories of workers who had been apart of the labour unions politics.

Key-words: Unionism. CUT. Work. To be precarious. Speech.

ÍNDICE

Apresentação	01
<u>Capítulo 1</u> – O MUNDO DO TRABALHO: SUAS TRANSFORMAÇÕES E PRECARIZAÇÃO	04
1.1- <i>Uma abordagem sobre trabalho</i>	04
1.2- <i>A precarização do trabalho</i>	08
1.2.1- <i>Os reflexos da precarização do trabalho no Brasil</i>	18
<u>Capítulo 2</u> – SINDICATOS E SINDICALISMO	28
2.1- <i>O sindicalismo e o século XX</i>	28
2.2- <i>Os caminhos do sindicalismo brasileiro no século XX</i>	33
2.2.1- <i>Dos primórdios do século XX até o início da ditadura militar</i>	33
2.2.2- <i>A reestruturação sindicalista e o processo de redemocratização</i> ..	38
2.2.3- <i>A formação da Central Única dos Trabalhadores</i>	42
<u>Capítulo 3</u> – CAMINHOS METODOLÓGICOS	47
3.1- <i>A metodologia escolhida</i>	47
3.2- <i>Eixos temáticos fundamentais</i>	51
3.2.1- <i>Eixo transversal</i>	53
3.3- <i>Exposição da análise</i>	54
3.4- <i>O nosso corpus</i>	55
<u>Capítulo 4</u> – ANÁLISE DOCUMENTAL	58
4.1- <i>Precarização</i>	58
4.2- <i>Fragmentação</i>	73
4.3- <i>Políticas de intervenção</i>	87
4.4- <i>Instrumentos de intervenção</i>	101
<u>Considerações finais</u>	113
<u>Bibliografia</u>	121

APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa traz como temática o discurso da Central Única dos Trabalhadores, seção Pernambuco, diante da precarização do trabalho entre os anos de 1989 até 1999. Para realização da análise do discurso cutista utilizamos quatro eixos temáticos, que foram: 1) Precarização; 2) Fragmentação; 3) Políticas de intervenção; 4) Instrumentos de intervenção. O discurso oficial da Central Única dos Trabalhadores no período de 1989 até 1999 surgiu como tema da presente pesquisa a partir do conteúdo ministrado em duas disciplinas no curso de História da UFPE, pela professora Isabel Guillen, no ano de 2003. As disciplinas História do Brasil VII e História de Pernambuco 2, tinham no seu conteúdo um vasto assunto sobre movimento operário, o que acabou despertando o nosso interesse pelo tema. Outro fator que influenciou a nossa decisão em trabalhar com o tema, foi a nossa participação no I Encontro Regional de Trabalho, Educação e Formação Humana, realizado em setembro de 2004 na Universidade Federal de Alagoas. Esse encontro, que contou com a participação de grandes estudiosos sobre o tema, acabou despertando a nossa atenção para o tema do Trabalho e a sua centralização como agente estruturador da sociedade. Despertou também o interesse pela precarização do trabalho, pela qual a classe trabalhadora está passando, desde o final da década de 1980 até os dias atuais, devido à reestruturação capitalista no final do século XX.

Com isso, surgiu a determinação de pesquisar como a classe trabalhadora, através de sua representação sindical, reagiu a esta precarização, em especial, como a direção da Central Única dos Trabalhadores seção Pernambuco (CUT – PE) se posicionou frente a essa crise. Assim é que o interesse para pesquisar, especificamente, qual foi a trajetória política da CUT – PE diante da crise pela qual o movimento sindical passou em decorrência

da metamorfose pela qual passou a classe trabalhadora em decorrência da precarização do trabalho ocorrida ao longo da década de 1990.

Para realizarmos a pesquisa escolhemos, como procedimento metodológico, a análise de discurso onde, através dos textos selecionados para a análise, analisamos o discurso cutista, levando em consideração diferentes fatores que fizeram a CUT – PE tomar determinada postura discursiva.

O texto da dissertação está organizado em quatro capítulos, os quais passamos a comentar brevemente. No primeiro capítulo refletimos sobre as principais transformações ocorridas no mundo do trabalho no decorrer do século XX. Damos especial atenção as transformações ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, para que, dessa forma, contextualizássemos o momento a análise feita. Foram debatidos temas como fordismo e toyotismo, reestruturação capitalista, neoliberalismo, precarização do trabalho, fragmentação da classe trabalhadora, entre outros. Ao realizar esse debate, buscamos contextualizar o mundo do trabalho no qual a CUT – PE estava inserida no final do século XX.

O segundo capítulo aborda concepções sobre sindicalismo e, em particular, os caminhos percorridos pelo sindicalismo brasileiro e a constituição da Central Única dos Trabalhadores. Sendo assim, trazemos nesse capítulo um debate sobre o surgimento do movimento sindical, suas perspectivas e transformações durante o século XX, traçando um paralelo com as situações políticas, sociais e econômicas e as mudanças do movimento sindical brasileiro ao longo do século XX, até chegarmos na fundação da CUT e de suas seções estaduais. No terceiro capítulo explicitamos a metodologia utilizada na coleta, análise e os caminhos adotados para a exposição da análise e resultados encontrados. O quarto e último capítulo apresenta a análise realizada a partir do *corpus* da pesquisa. São

apresentados, nesse capítulo, a análise do discurso cutista, entre os anos de 1989 e 1999, em particular sobre a reestruturação capitalista, onde a precarização do trabalho é uma das conseqüências. São analisados também os discursos sobre a intervenção e ações propostas.

Na última parte da dissertação, nas considerações finais, são salientados resultados da análise, questões e desafios que permanecem para o movimento sindical diante do atual quadro das relações de trabalho e da configuração da classe trabalhadora num contexto de uma economia globalizada marcada pelo ideário político do neoliberalismo.

Capítulo - 1

O MUNDO DO TRABALHO: SUAS TRANSFORMAÇÕES E PRECARIZAÇÃO

É interessante como sempre falamos de trabalho, mas pouco pensamos sobre os vários significados e a importância que essa palavra possui para a sociedade. O que pretendemos neste capítulo é realizar um debate sobre esse mundo do trabalho que nos cerca, analisando suas características e transformações. Também se faz necessário, já que é um dos pontos centrais desta dissertação, elaborar uma observação sobre o processo de precarização que afetou vários países na segunda metade do século XX. Dessa forma, nesse capítulo, explanamos diferentes significados do conceito de *trabalho*, para que possamos embasar e esclarecer melhor a nossa visão sobre o processo de precarização que assolou o mundo do trabalho. Com relação a esse processo de precarização, este foi analisado em dois momentos. No primeiro momento, analisamos como essa precarização foi iniciada nos países desenvolvidos, de economia central e, num segundo momento, debatemos como essa precarização chegou ao Brasil e de como as centrais sindicais, em especial a CUT – PE, se portaram diante de um fato que transformou as relações de trabalho e a classe trabalhadora.

1.1 - Uma abordagem sobre Trabalho

Poderíamos conceituar trabalho da seguinte forma: “**Trabalho** *sm.* 1. Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. 2. Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou

*empreendimento. 3. Trabalho (2) remunerado ou assalariado; serviço, emprego. 4. Local onde se exerce essa atividade. 5. Qualquer obra realizada. 6. Esforço incomum; luta, lida.”*¹. Mas acreditamos que seria muito simplório tratar dessa forma um tema que é de grande importância para a sociedade, e que serve, na nossa visão, como categoria central da organização social. Dessa maneira, acreditamos que se faz necessário, nesse momento, um debate mais aprofundado sobre a categoria *trabalho* e seus muitos significados.

O conceito *Trabalho* sempre foi muito disputado e ganhou, através das décadas, várias significações, que vão desde o seu sentido mais amplo, que defende que o trabalho é o ato do Homem em transformar a natureza utilizando-se de meios e capacidades mentais e físicas, até interpretações que dizem que o *Trabalho* na sociedade capitalista contemporânea é o sinônimo apenas de “emprego” (OUTHMAITE E BOTTOMORE, 1996).

Nas ciências sociais existem inúmeras teorias que tentam analisar as várias características e diferenciações que constituem o *mundo do trabalho*. A grande maioria dessas análises partem da divisão do trabalho para explicar as diferenças existentes no centro das funções e atividades criadas no complexo mundo do trabalho (Idem, 1996). Porém, nessa dissertação assumimos a teoria marxista para debater a questão do trabalho. Adotamos tal postura por acreditar que, através da teoria marxista, teríamos uma melhor visão sobre toda a evolução do trabalho durante o séculoXX.

Na visão apresentada por Marx, em *O Capital*, o trabalho assume uma forma de consumo de energia, seja física ou mental, para a produção de bens e serviços que serão utilizados para a reprodução da vida humana, individual e social. Para Marx e Engels, na A

¹ Definição retirada de: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1985. *Dicionário Aurélio*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira.

Ideologia Alemã, a divisão das classes sociais (burguesia e proletariado) e a base da dominação e da exploração social estão localizadas essencialmente na apropriação privada dos meios de produção, estando também inseridas a divisão entre trabalho intelectual e manual (MARX e ENGELS, 1977). Marx observou, em *O Capital*, que a única forma de sobrevivência para o trabalhador livre, neste ambiente de acumulação do capital, é a venda da força de trabalho em troca do salário. Neste momento, Marx fez uma separação entre força de trabalho e trabalhador. Para Marx, o capitalista compra no mercado de trabalho a força de trabalho.

Sendo assim, a quantidade de trabalho no mercado vai estar ligada ao modo organizativo do processo de produção que tenta promover uma cooperação do trabalhador com o intuito de anular alguns aspectos de resistência ao trabalho. Esta forma de controle do trabalhador, através da cooperação, onde são criados vínculos de confiança entre a chefia e os subalternos, é implementado pelo fato de ser extremamente útil em um local de trabalho no qual não há condição de controlar todos os trabalhadores diretamente (RUESCHEMEYER *in* LIEDKE, 2002).

No capitalismo o trabalho assume uma nova configuração. Segundo Marx e Engels, podemos observar que “a ostentação do trabalho como atividade econômica separada de outras dimensões da vida social e individual como, a organização familiar, a religião, a sexualidade, a política, são implementadas por uma hegemonia da ideologia e cultura burguesa. O trabalho desta forma é incorporado pela ideologia burguesa como categoria universal e fundadora de toda a vida social de forma independente de seu contexto histórico” (LIEDKE, 2002).

O trabalho passa a ter uma função também **na** ou **para** a produção, onde possui uma referência fundamental do processo de socialização e reconhecimento social do

indivíduo. Dessa forma, o não trabalho, ou o desemprego, também passa a ter um importante papel, que é o de criar uma tensão social tanto no indivíduo como na sociedade (LIEDKE, 2002).

Ao longo do século XX, o mundo do trabalho sofreu profundas transformações a partir das reestruturações do sistema capitalista. Essas mudanças ocorreram em todas as instâncias do trabalho, desde os processos de produção, até a flexibilização dos direitos trabalhistas, atingindo a subjetividade do trabalhador. Dessa forma, essas transformações, que serão debatidas mais adiante, acarretaram grandes modificações não só no processo de produção e na classe trabalhadora, mas também na concepção do que seria o verdadeiro papel do trabalho. Novas teorias surgiram questionando o papel social que teria o trabalho, diante de tantas mudanças. Muitos teóricos, como Claus Off, acreditaram que o trabalho perdeu a sua centralidade e importância como organizador da sociedade.

Contudo, defendemos que o trabalho ainda mantém a sua centralidade como agente transformador da sociedade, pois embasados na teoria marxista, já apresentada anteriormente, e em estudos desenvolvidos a respeito da centralidade do trabalho na sociedade, acreditamos que as mutações pelas quais passaram a classe trabalhadora, advinda da precarização do mundo do trabalho no final do século XX, não alteraram o âmago do trabalho, nem da classe trabalhadora. O que podemos acompanhar é uma metamorfose do trabalho e da classe trabalhadora, criando novas características para ambas, mas sem por um fim no “sentido ativo, central, transformador e de sociabilidade contemporânea do trabalho e da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2003 a).

Levando em consideração os escritos de Lukács, retomados por Antunes (2003. b.), podemos observar que o trabalho possui um elemento fundador do ser social, que podemos ver com mais clareza na seguinte citação:

“Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto com a natureza inorgânica (...), quanto com a orgânica, inter-relação (...) que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social (...). Todas as determinações que, conforme veremos, estão presentes na essência do que é novo no ser social, estão contidas **in nuce** no trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social” (LUKÁCS, 1980: IV – V in ANTUNES, 2003 b).

1.2 - A precarização do trabalho

Após a análise feita sobre o tema *trabalho*, a partir desse momento, esse capítulo dedicou-se ao debate sobre a precarização do trabalho. Analisamos como essa transformação do mundo do trabalho, no qual estamos inseridos, ocorreu em um nível global, como e quando este acontecimento chegou ao Brasil, alterando nossa visão sobre trabalho e classe operária. Observamos, principalmente, como essas transformações modificaram, sobretudo, a classe trabalhadora e acabaram por contestar a centralidade do *trabalho* na sociedade contemporânea.²

Na última metade de década e 1970, mas principalmente na década de 1980, os países de capitalismo avançado passaram por profundas mudanças no mundo do trabalho, que alteraram não só a forma de produção, como também toda a lógica laboral, que vai desde as relações de trabalho no interior das organizações, até as representações sindicais da classe trabalhadora. Dessa forma, o que podemos perceber e debater, nesse capítulo, é que essas transformações no mundo do trabalho não afetaram o trabalhador apenas no sentido objetivo; essas mudanças alteraram também a subjetividade desse trabalhador (ANTUNES, 2003 a).

² Entendemos como classe operária os trabalhadores envolvidos no setor de produção. Como classe trabalhadora compreendemos o conjunto geral de trabalhadores envolvidos nas diversas áreas de trabalho.

O que podemos perceber é que na década de 1980, nos países centrais, ocorreram grandes transformações tecnológicas, o que proporcionou um grande avanço nas áreas como robótica, microeletrônica, automação etc. Diante dessas mudanças, os processos de produção se modificaram e novas relações de trabalho foram construídas a partir dessas mudanças. Sendo assim, podemos observar que o fordismo já não era mais o único processo de produção adotado pelas grandes indústrias e organizações. Com o passar do tempo foram surgindo novos processos de produções, entre os quais o que mais se destacou foi o modelo japonês, conhecido também como toyotismo.

O fordismo foi um processo de produção criado e desenvolvido pelas indústrias Ford, uma das principais produtoras de automóveis do mundo, ainda no início do século XX e que foi difundido e amplamente adotado no conjunto do setor produtivo. Como principais características do fordismo podemos elencar as seguintes: a) produção em massa, de produtos homogêneos; b) os trabalhadores das organizações, onde se adotou o fordismo, eram desqualificados e tinham apenas uma função dentro da linha de montagem; c) tinha uma produção extremamente centralizada, verticalizada, o que quer dizer que a indústria era responsável por todo o processo de fabricação do produto final; d) era um processo de produção que utilizava o tempo como controlador da produção. Para trabalhar com essa questão de produzir mais no menor tempo possível, o fordismo utilizou-se do Taylorismo, que é um método que tem como base a utilização do tempo como agente controlador da produção. Podemos perceber que o sistema fordista de produção se desenvolveu principalmente nos anos entre e pós-guerras mundiais, devido a grande demanda de produtos que a população necessitava. A questão da homogeneização dos produtos produzidos no sistema fordista se deve, em muito, a baixa concorrência que as indústrias encontravam no mercado (ANTUNES, 2003 a).

Como vimos, esse sistema de produção controlou durante quase todo o século XX os processos de produção das grandes organizações e estruturou uma forma de controle não só da produção, mas também do trabalhador, tanto no “chão de fábrica”, na linha de montagem, quanto na própria sociedade.

O movimento sindical, durante boa parte do século XX, deparou-se com esse tipo de sistema de produção e logicamente com o trabalhador oriundo desse processo. Com isso, o movimento sindical tinha como base de ação e mobilização o trabalhador vindo do sistema fordista. Diante disso, podemos notar que, durante o período em que o fordismo “dominou” o processo de produção das indústrias, a base dos sindicatos era composta, em sua grande maioria, por trabalhadores ligados ao setor industrial. Dessa forma, a base do movimento sindical tinha como alicerce a classe operária. Isso fez com que o movimento sindical, dentro da homogeneidade da sua base, deliberasse práticas e políticas que atendessem apenas a esse tipo de trabalhador (ANTUNES, 2003 b).

Porém, o que vamos acompanhar nesse capítulo é justamente a transformação da classe trabalhadora, tanto no setor industrial quanto em outros setores da sociedade. Iremos acompanhar como esse movimento sindical entrou em crise ao não perceber as mudanças na organização do trabalho e conseqüentemente na composição da classe social que ele representa.

Voltando às transformações do capitalismo, durante o século XX, observamos que o fordismo não era o único processo de produção dentro do sistema capitalista. Foram surgindo e crescendo novas formas e metodologias de organização e de produção, bases para uma nova lógica do capitalismo. Agora uma lógica onde a concorrência entre as organizações passou a ser um ponto crucial dentro do planejamento e estratégia das empresas. Com essa realidade foi vital para as organizações a implementação de novas

tecnologias e formas de controle do trabalho, onde se possa lucrar mais sem a necessidade da contratação de mais trabalhadores.

Com relação a esses novos sistemas de produção, que foram surgindo durante o século XX e que acabaram por transformar o próprio fordismo, vamos dar uma maior atenção ao modelo japonês, também conhecido como toyotismo.

O Toyotismo foi desenvolvido dentro da indústria automobilística japonesa, a Toyota. Esse processo de produção foi criado para atender a realidade do Japão do pós-guerra, que era a de um país completamente arrasado pelos seis anos de guerra. Diante dessa realidade, a Toyota começou a organizar a sua produção para atender a uma demanda reduzida. Sendo assim, foi implementado, dentro da produção da Toyota, um método utilizado inicialmente nos supermercados dos EUA, que é o Kanban. Dentro da lógica dos supermercados, esse método se baseava na reposição do produto nas prateleiras apenas quando estes fossem vendidos e na quantidade do que foi vendido. Na Toyota esse método foi inserido com a mesma lógica. Com isso, ao contrário do fordismo que produzia em massa, o toyotismo vai fabricar apenas para a reposição dos seus produtos. Isso se deve a demanda reduzida que a Toyota encontrou no Japão pós-guerra. Essa demanda também gerou outra diferença entre toyotismo e fordismo. Enquanto no fordismo os produtos eram altamente homogêneos, no toyotismo, devido à demanda reduzida, a produção é heterogênea, para atender os diferentes pedidos da demanda (ANTUNES, 2003 a).

Outro fator que também foi inserido pelo toyotismo foi o aumento da produção ao mesmo tempo em que se diminui a quantidade de trabalhadores. A fórmula que a Toyota, aplicou, para tornar isso possível, foi a utilização cada vez maior de tecnologia e a qualificação cada vez mais extensiva dos seus trabalhadores. Dessa forma, no sistema toyota um trabalhador é capaz de operar várias máquinas e estas fazem o trabalho que

dezenas de trabalhadores faziam no sistema fordista. Podemos perceber também, nesse ponto, uma outra diferença entre o fordismo e o toyotismo: enquanto no fordismo o trabalhador era desqualificado e tinha apenas uma função na produção, no toyotismo esse trabalhador deve ser qualificado e deve saber realizar várias funções dentro da produção (ANTUNES, 2003 a).

A questão do tempo, dentro da produção, que no fordismo era ligado ao taylorismo, que trabalhava com a idéia de produzir cada vez mais em um espaço de tempo menor, no toyotismo podemos acompanhar o que chamamos de *just in time*. O *just in time*, assim como no taylorismo, é um método de produção que utiliza o tempo como controlador, ao contrário do taylorismo que buscava produzir em massa e em menos tempo, numa lógica de produzir apenas o necessário em um tempo reduzido (ANTUNES, 2003 a).

Outro aspecto que foi implementado pela Toyota é a horizontalidade da produção. Em vez de fabricar todo o produto na indústria, como era no fordismo, as empresas, que adotaram o toyotismo, utilizaram a prática de terceirizar a produção. Dessa forma, as peças do produto eram fabricadas em outras empresas, que também aplicavam o toyotismo, e a empresa, que contratava o serviço terceirizado, apenas montava o produto final. Dessa forma, foi mais uma maneira que as empresas encontraram para reduzir funcionários e não ter a mínima responsabilidade com os contratos e condições de trabalho dos trabalhadores das empresas terceirizadas contratadas para realizar o serviço.

Com relação aos trabalhadores, dentro dessa nova lógica iniciada pelo toyotismo, já vimos que estes são qualificados e ocupam várias funções dentro da empresa. Porém, os trabalhadores que laboram dentro do sistema toyota são tão explorados quanto os que operam dentro do fordismo. O que podemos perceber é que houve a necessidade desse

trabalhador se qualificar para continuar empregado, porém a sua valorização continua a mesma dos trabalhadores do sistema fordista.

No que diz respeito ao movimento sindical, o toyotismo também instituiu novas práticas para tentar combater a organização representativa dos trabalhadores e foi a própria Toyota que mostrou como esse combate pode ser feito. A Toyota formou o que chamamos de sindicato empresa, ou seja, a empresa “oportunizava” aos trabalhadores a possibilidade de se organizarem dentro da própria empresa, sob a justificativa de que os trabalhadores seriam mais facilmente ouvidos e atendidos pela empresa, se estes se mantivessem longe dos sindicatos. Para facilitar a implementação desses sindicatos empresa, a Toyota começou a cooptar as lideranças entre os trabalhadores e ofereciam a estes cargos vitalícios dentro da organização. Essas práticas também foi um ponto importante que dificultou muito a mobilização dos trabalhadores que laboravam dentro do modelo japonês de produção (ANTUNES, 2003 a).

O assunto debatido no parágrafo anterior nos remete a outra característica importante dentro do toyotismo e que está muito ligada à transformação subjetiva pela qual passou a classe trabalhadora. Ocorreu no toyotismo a “aparente” junção entre elaboração e execução no processo de trabalho. O toyotismo tentou passar para o trabalhador a imagem de que o saber e o fazer andavam lado a lado e que, com isso, o trabalhador era parte fundamental e decisiva na produção. Dessa forma, as organizações que aplicavam o toyotismo tentavam passar para o trabalhador a idéia de que ele é parte integrante da empresa e que ele deve se sentir responsabilizado com aquilo que ele produz. Sendo assim, o trabalhador deixava a sua função de funcionário e passava a ser um “colaborador” dentro da organização. Podemos observar que esta tática, implementada pelas empresas, não deixou de ser mais uma forma de controlar o trabalhador. Ao contrário do fordismo, em que

o controle da produção ficava nas mãos da direção da empresa e que criava um desgaste entre organização e funcionários, no toyotismo o trabalhador, uma vez responsável e colaborador daquela organização, também passa a ter o papel de controlador de si mesmo. Dessa maneira o trabalhador passa a ser “vigia” dele mesmo, enquanto a decisão do que e como produzir fica longe das mãos do trabalhador (ANTUNES, 2003 a).

Dessa forma, o toyotismo ganhou e vem ganhando grande espaço dentro das organizações. Temos que deixar claro que o toyotismo não veio substituir o fordismo, apenas é mais um sistema de produção que foi criado para atender a necessidade imposta pelo capital. Outro aspecto que é importante ser mencionado, é que as técnicas desenvolvidas no toyotismo não são aplicadas apenas no setor industrial, a partir das décadas de 1980 e 1990 esses métodos passaram a ser utilizados por outros setores, principalmente o de serviços.

O que precisamos ter em mente é que essas mudanças não estão separadas e dissociadas umas das outras. O toyotismo não surgiu do nada. A aparição de novas formas de organização, controle do trabalho e de produção surgiram devido a uma necessidade do grande capital, e que o fordismo sozinho não daria conta de atendê-la. Para falarmos desse processo de reestruturação do capitalismo, que acabou gerando todo um quadro de precarização do trabalho, podemos utilizar um termo que é amplamente divulgado pelos estudiosos da temática, que é a acumulação flexível.

Para falarmos desse processo de reestruturação do capital, ocorrido na metade do final do século XX, ao qual damos o nome de acumulação flexível, é preciso compreender que essa reestruturação do capital se baseou em três princípios, que são: 1) a utilização cada vez maior da tecnologia; 2) tem como visão o aumento do lucro; 3) este crescimento do

lucro se dá através de uma maior exploração do trabalhador no espaço da produção (ANTUNES, 2003 a).

A acumulação flexível surge da necessidade imposta pelo capital de tornar o mundo do trabalho mais flexível, desde a produção e sua organização até as relações trabalhistas, como leis e direitos do trabalhador. A acumulação flexível surge como uma forma menos rígida de lucrar e explorar:

“A acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. (ANTUNES, 2003 a p. 29).

Com a acumulação flexível e toda essa gama de transformações oriundas da reestruturação do sistema capitalista, podemos acompanhar que, na grande maioria dos países de economia central, houve um processo de diminuição dos trabalhadores locados no setor industrial e um grande aumento do setor de serviços. Para conceituar o que entendemos por serviços, utilizamos o conceito de Annunziato: “inclui-se como serviço tanto a indústria de serviços quanto o pequeno e grande comércio, as finanças, o setor de bens e imóveis, os serviços pessoais, de negócio, de divertimentos, de saúde, os serviços legais e gerais” (ANNUNZIATO *in* ANTUNES, 2003 a p.51).

Podemos acompanhar esse processo de diminuição dos trabalhadores do setor de produção dos países de economia central ao observarmos os seguintes dados: na Itália, entre 1980 e 1990, houve uma diminuição dos postos de trabalho nas indústrias em cerca de um milhão, ocorrendo uma redução dos trabalhadores com ocupação no setor industrial de 40%, em 1980, para 30% em 1990. No Japão existem projeções das organizações empresariais de eliminar o trabalho manual nas indústrias em um curto espaço de tempo. No Canadá cerca de 25% dos trabalhos, do setor industrial, perderam seus empregos no

final do século XX em detrimento da automação das empresas. Até o final do século passado se estimava que cerca de 35 milhões de trabalhadores industriais perderiam seus empregos nos EUA. Na Europa Ocidental, nos anos 40 o setor industrial detinha cerca de 40% da população ativa, enquanto que no início deste século esse número foi reduzido para cerca de 25% (ANTUNES, 2003 a).

Juntamente com esse movimento de diminuição dos trabalhadores no setor de produção e aumento do setor de serviços, podemos acompanhar um crescimento fenomenal da flexibilização das relações trabalhistas. Isso se deve também ao sistema político neoliberal, hegemônico a partir dos anos 80, que facilitou a operacionalização dessa reestruturação capitalista e dessa forma tivemos a construção de um cenário que possuía as condições perfeitas para o sistema capitalista desenvolver toda sua teia de flexibilização e precarização do trabalho.

Com a implementação e fortalecimento do modelo neoliberal, acompanhamos a aplicação de todas as movimentações políticas estatais que tornaram a flexibilidade das relações trabalhistas um sonho bem possível de ser realizado pelo grande capital. A partir da flexibilização das leis e direitos trabalhistas, realizadas pelos Estados, observaremos o crescimento de relações de trabalho que tem a precarização como seu preceito maior. Com isso vamos acompanhar o crescimento do processo de terceirizações, que tiram por completo a responsabilidade do contratante do serviço com relação à vínculos e encargos trabalhistas. Com a flexibilização das relações de trabalho, podemos também observar o desenvolvimento da prática de contratos temporário, subcontratos. Contratos esses que eximem o empregador de qualquer vínculo e obrigação empregatícia.

Dessa forma, o que podemos notar é que depois de todo esse processo de precarização pelo qual passou o trabalho e a classe trabalhadora, devido as transformações

do capitalismo, hoje temos uma classe trabalhadora extremamente precarizada. Uma classe trabalhadora, de acordo com as transformações vistas anteriormente, extremamente heterogênea, diferentemente de tempos anteriores, quando se fazia uma ligação automática de classe trabalhadora e classe operária. Nesse ponto, é necessário esclarecermos que entendemos como classe operária, os trabalhadores que ocupam cargos no setor industrial e como classe trabalhadora, a totalidade dos trabalhadores, incluindo todas as categorias de trabalhadores. Com a expansão do setor de serviços nas décadas de 1980 e 1990, temos uma classe ainda trabalhadora, mas extremamente heterogênea. Uma classe trabalhadora que viu, durante a década de 1990, seus direitos serem tirados pelo Estado e que foi obrigada a entrar num mundo do trabalho cada vez mais precarizado. Diante disso, nem sempre o movimento sindical acompanhou a lógica dessas transformações e não conseguiu aglutinar essa nova classe trabalhadora surgida dessas mutações, e nem fechar o enorme fosso criado entre os trabalhadores formais e os trabalhadores informais. Estes últimos cresceram assustadoramente, assumindo novas características durante as décadas de 1980 e 1990.

Temos que ter a clareza de que esse processo de precarização do trabalho, no final do século XX, afetou tanto os trabalhadores formais dos diversos setores, como também comprometeram os trabalhadores informais, que nunca tiveram a proteção do Estado, através das leis trabalhistas, e nem eram abraçados pelo movimento sindical, que nunca observou a importância de se organizar os trabalhadores informais (ANTUNES, 2003 a).

1.2.1 – Os reflexos da precarização do trabalho no Brasil

Após debatermos as transformações que ocorreram no mundo do trabalho e de como essas influenciaram a precarização do trabalho, de uma forma mais global, cabe agora iniciarmos um debate sobre como essa precarização foi iniciada e sentida no Brasil, para que, desta forma, possamos perceber quais são os reflexos dessas mudanças no Estado.

A precarização do trabalho começou de forma tardia no território brasileiro, se compararmos com os países de economia central. Esse processo teve início ainda na década de 1980 e teve seu maior desenvolvimento na década de 1990, através da implementação de transformações políticas sob a hegemonia da política neoliberal, que trouxe consigo toda a sua lógica de desregulamentação e reestruturação capitalista.

Porém, antes de debatermos esse período neoliberal, faz-se necessário analisarmos como o capitalismo brasileiro se desenvolveu no século XX, principalmente a partir da sua fase industrial, até a sua última e mais recente fase, que é a do capitalismo financeiro.

O capitalismo industrial brasileiro se desenvolveu principalmente a partir da metade década de 1950, mas foi nos anos pós-64 que observamos que o governo brasileiro deu especial atenção para o crescimento desse setor. Podemos salientar que a esfera industrial brasileira estava voltada para atender duas frentes. A primeira era a da produção de bens de consumo duráveis para o consumo interno. A segunda frente se dava na produção que tinha como intuito a exportação e que se baseava na produção de bens primários. Essa lógica industrial durou até o fim da ditadura militar brasileira, em meados de 1980, assim como as relações de trabalho surgidas nesse contexto (ANTUNES e MORAES, 2004).

As relações de trabalho, na época descrita anteriormente, baseava-se ainda, na estrutura fordista, onde tínhamos uma superexploração do trabalhador combinada com

baixo salários, péssimas condições de trabalho e uma produção com um ritmo acelerado para garantir a produção fordista. Produção essa que era em massa e homogênea, como já foi debatida no início desse capítulo.

Mas foi durante a década de 1980 que o capitalismo brasileiro começou a sofrer profundas transformações que causaram grandes mudanças no mundo do trabalho e na classe trabalhadora na década de 1990.

O Brasil, na década de 1980, ainda estava longe das transformações que estavam ocorrendo nos países de capitalismo avançado, ou também conhecidos como os países de economia central. Porém já podemos perceber algumas transformações impulsionadas pela reestruturação do capital. Várias organizações iniciam, nessa década, mudanças nos seus padrões de organização e principalmente na implementação de novas tecnologias, fator este que tem importância preponderante nas transformações que estamos debatendo.

Novos conceitos de produção começaram a ser testados, principalmente aqueles que tinham no toyotismo a sua base. Conceitos já debatidos anteriormente como *just in time*, *kanban*, começaram a ser implementados na década de 1980 em várias empresas. Temos que lembrar também o processo de desenvolvimento da microeletrônica, que contribuiu muito para o grande avanço tecnológico das organizações (SANTANA e RAMALHO, 2003).

É nesta época que podemos acompanhar, mesmo que de forma tímida, uma das transformações nas relações de trabalho que mais vai afetar a subjetividade do trabalhador brasileiro, que foi o desenvolvimento de métodos que buscam passar, para o trabalhador, uma idéia de participação e envolvimento deste com os planos e procedimentos das empresas. Dessa forma, as organizações passaram a desenvolver novos métodos de controle sobre o trabalhador, onde esse passa a ser “vigia” dele mesmo. Uma vez que a empresa

passa para o trabalhador a idéia de que ele é parte integrante e “importante” da organização, um “associado”, a empresa tenta com isso uma nova forma de controle, onde a imagem da organização não fica tão desgastada entre os trabalhadores e onde estes passam a “vigiar” seus próprios companheiros de trabalho (SANTANA e RAMALHO, 2003).

Alguns dos motivos que levaram algumas empresas brasileiras a iniciarem a implementação das transformações, debatidas anteriormente, foram os seguintes: 1) com o desenvolvimento do processo de globalização e a reestruturação capitalista se tornando cada vez mais a ordem do dia, fez-se necessário que as empresas brasileiras começassem a buscar a sua inserção no competitivo mercado internacional; 2) como a reestruturação capitalista e as novas formas de organização e produção se tornaram uma realidade para as organizações multinacionais, suas filiais no Brasil começaram a adotar métodos de produção e de controle criados pelo toyotismo e pelas formas de acumulação flexível; 3) as empresas nacionais, ou instaladas no Brasil, sentem a necessidade de reagir diante do avanço do movimento sindical brasileiro, principalmente do novo sindicalismo, que estava propondo a mobilização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho. Diante dessa conjuntura, as organizações passaram a utilizar novas formas de controle do trabalhador (ANTUNES e MORAES, 2004).

O processo de reestruturação capitalista, que marcou e incentivou profundas mudanças no mundo do trabalho, teve como um dos fatores mais importantes, para o seu fortalecimento, a internacionalização do capital. No transcorrer das décadas de 1980 e 1990, acompanhamos transformações no sistema capitalista em nível mundial. Observamos que, na época mencionada, houve um processo de formação de grandes oligopólios, onde grandes empresas realizavam junções com outras empresas ainda maiores. A formação desses oligopólios não ficou apenas entre as grandes empresas. As pequenas empresas

também sofreram com essa monopolização do capital. Ao pegarmos exemplos brasileiros, em muitos momentos várias empresas nacionais sofreram pressões para agregarem-se as grandes multinacionais. Fora esse processo de monopolização do grande capital, ainda temos que lembrar de outra mudança vinda com a reestruturação do capitalismo, que é a financeirização do capitalismo. Além da internacionalização do capital, acompanhamos também a financeirização do sistema capitalista. Ocorrendo a troca de um capitalismo industrial para um capitalismo tornando-se cada vez mais financeiro, observamos que o capitalismo vai ficando cada vez mais invisível, atuando assim através da especulação, e tornando as fronteiras dos países inexpressíveis contra o ataque especulativo do grande capital. Dessa forma, os países acabam tornando-se reféns do capitalismo e do seu mais novo projeto, o neoliberalismo.

Porém foi na década de 1990 que a reestruturação capitalista e, conseqüentemente a precarização do trabalho encontraram solo fértil para prosperarem no território brasileiro. Este solo fértil se deve, sobretudo, ao destino político pelo qual o Brasil embarcou durante toda a década de 90, que se baseou nos preceitos do neoliberalismo. O neoliberalismo no Brasil tem como marco inicial o governo Fernando Collor de Melo, porém seus efeitos foram minimizados devido a grande crise pela qual passou o governo de Collor. Com o governo de Fernando Henrique Cardoso podemos perceber que o Brasil abre as suas portas para a pauta neoliberal que o grande capital destinou para os países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, no caso o Brasil. O governo de Fernando Henrique ficou marcado por medidas que favoreceram, em larga escala, a introdução de técnicas no setor industrial brasileiro, vindos do toyotismo e da acumulação flexível. Métodos como os já debatidos, *Kanban e o just in time*, trazidos do sistema toyota, e de ideais de flexibilização das relações trabalhistas, como o aumento indiscriminado da subcontratação e dos serviços

terceirizados, agora sem a mínima restrição por parte do Estado, o que favoreceu muito o aumento da precarização do trabalho e da classe trabalhadora (ANTUNES e MORAES, 2004).

Na década de 1990, o Brasil entra na lógica da descentralização da produção das grandes indústrias. Com o avanço da reestruturação capitalista e o processo de concorrência, desenvolvido por este, as indústrias brasileiras começaram um movimento de mudança geográfica das suas instalações para outros ambientes. Porém, o que podemos perceber nesse fato, é que não acontece somente com as indústrias brasileiras, esse movimento é uma realidade já vivida nas décadas anteriores pelas grandes multinacionais e pelas empresas dos países de economia central. Ao analisarmos o argumento dessas empresas de abandonarem seus lugares físicos e todos os seus funcionários, colocando a culpa disto na concorrência internacional, concluímos que era de manobra para conseguir lucrar mais dentro de uma economia neoliberal e flexível e, de certa forma, era uma maneira das empresas sobreviverem diante das transformações do sistema econômico. Podemos chegar a essa conclusão pelo fato, de que durante este processo de reestruturação capitalista e com o desenvolvimento da acumulação flexível, as grandes empresas passaram a procurar lugares onde pudessem lucrar mais através da flexibilidade das leis e relações trabalhistas e econômicas. Situações tipicamente encontradas em países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento que aplicassem o receituário neoliberal. Sendo assim, temos as empresas brasileiras saindo em busca de unidades federativas que oferecessem as melhores condições para se instalarem, e atendessem essas condições como flexibilizações das leis, dos direitos e das relações trabalhistas, ou seja, estados com menor tradição de luta operária e com apoio de incentivos fiscais para que essas empresas pudessem lucrar mais

(ANTUNES e MORAES, 2004). Temos, também, as organizações multinacionais que fizeram a mesma especulação, só que em nível dos estados nacionais.

Juntamente com todo esse processo de precarização do trabalho, podemos observar que o desenvolvimento da tecnologia vai contribuir muito para a automação dentro das indústrias, com isso vamos ver no Brasil uma queda no número de trabalhadores do setor industrial. Para termos uma visão sobre isso, entre 1980 e 1990 os postos de trabalho, no setor industrial, foram reduzidos em 1,5 milhão (POCHMANN, 2000).

Essa redução nos empregos industriais se deve, além do avanço tecnológico, ao processo de produção implementado pelo toyotismo, ou seja, o *kanban*, que veio substituir a lógica de produção em massa do sistema fordista pela lógica de produção de reposição do modelo japonês, onde as empresas só produzem o que é necessário. Outro ponto que ajudou muito a diminuição de trabalhadores nas indústrias e que, de certa forma, está ligado ao avanço tecnológico, é o fato das empresas contratarem funcionários que possam realizar várias funções dentro da empresa, ou seja, funcionários qualificados que possam operacionalizar várias máquinas dentro da produção. Dessa forma, diferentemente do fordismo, onde se tinha um funcionário para cada função dentro da produção, com a implementação das técnicas do toyotismo, além das máquinas que realizam diversas funções, os trabalhadores conseguem realizar e operacionalizar várias funções dentro da produção (POCHMANN, 2000).

Se, de um lado, temos a diminuição dos postos de trabalho no setor industrial, de outro, temos o crescimento do setor de serviços, que vai ter a precarização do trabalho como um dos seus pilares. Setor este que na década de 1990 teve um aumento de 50% nos postos de trabalho em relação à média nacional. Porém, esses postos de trabalho não são ocupados pelos desempregados do setor industrial, o que faz com que o desemprego cresça

cada vez mais no Brasil durante a década de 90. Podemos afirmar essa colocação se observarmos que em 1986 o número de desempregados no Brasil representava 2,75% da população economicamente ativa em nível mundial, em 1999 esse percentual passou para 5,61% (POCHMANN, 2000).

Temos que analisar, também, que essas transformações no setor industrial ocorreram no eixo Sul e Sudeste do país, que é o centro industrial. Porém em outras regiões do Brasil, como Pernambuco, que é o espaço físico desta pesquisa, o setor industrial nunca teve uma força muito grande, além de entrar em decadência já na década de 1980. Ao debatermos esse aspecto temos que perceber que Pernambuco tem as suas peculiaridades que fogem a regra do setor industrial, porém não fogem da regra da reestruturação capitalista e da precarização do trabalho e da classe trabalhadora. Podemos fazer essa afirmação ao percebermos que em Pernambuco, durante a década aqui analisada, o setor de serviços se desenvolveu muito, e com ele o alargamento da precarização do trabalho. Este setor que evoluiu muito em Pernambuco durante a década de 1990, principalmente no Recife.

Para acompanharmos as afirmações realizadas no parágrafo anterior, podemos observar os seguintes dados: 1) segundo o IBGE de 1990 a indústria pernambucana apresentou uma retração de 11,9%; 2) de acordo com o mesmo órgão o setor têxtil apresentou uma queda de 65% na sua capacidade produtiva. Além desses dados, que demonstram como o setor industrial pernambucano estava em crise desde a década de 1980, podemos acompanhar a tabela abaixo que vai demonstrar como o setor de serviços tinha mais trabalhadores que o setor industrial em Pernambuco ainda em 1987:

Pernambuco: alocação da população ocupada e com rendimento por ramo de atividade.

Ramo de Atividade	Quantidade de pessoas	Percentual
TOTAL	2.369.000	100,00%
Administração Pública	135.400	5,72%
Agrícola	612.100	25,83%
Comércio de mercadorias	345.300	14,58%
Indústria de construção	157.000	6,63%
Indústria de transformação	305.100	12,88%
Outras atividades industriais	22.500	0,95%
Prestação de serviços	444.000	18,74%
Serviços auxiliares da atividade econômica	41,500	1,75%
Social	169.300	7,15%
Transporte e comunicação	77.500	3,27%
Outras atividades	59.300	2,50%

Fonte: PNDA-IBGE: 1987

Ao observar a tabela acima, percebemos que o setor industrial apresentava apenas 20,46% dos empregos de Pernambuco, enquanto o setor de serviços destacava-se como o setor que apresentava o maior percentual de empregos no estado, com 51,21%. Dessa forma, podemos notar que a precarização do trabalho implementada no Brasil, afetou diretamente a classe trabalhadora pernambucana.

O setor de serviços se desenvolveu rapidamente no Brasil, assim como a precarização vinda dele também cresceu. Podemos afirmar que no setor de serviços encontramos um campo onde a precarização do trabalho se desenvolveu com o aval do

Estado neoliberal brasileiro. Foi comum, inclusive impulsionado pelo governo brasileiro, o incentivo à prática de relações de trabalho flexíveis, onde podemos ver a flexibilização dos contratos de trabalho, como subcontratos, contratos temporários sem a mínima garantia trabalhista. Não podemos deixar de lembrar as péssimas condições de trabalho identificados no setor de serviços, exemplo clássico do telemarketing, onde os funcionários trabalham em condições precárias (nas baias de atendimento) e sem a mínima chance de questionar tal realidade (ANTUNES e MORAES, 2004).

Além de todas essas transformações, que tornaram a classe trabalhadora precarizada, fragmentada e heterogeneizada, como ocorreu no setor industrial, o crescimento do setor de serviços e das categorias de trabalhadores que surgiram deste. Ainda temos que citar um “fragmento” dessas categorias de trabalhadores que cresceu muito no Brasil da década de 1990, que é o trabalhador informal. Trabalhador este que além de assumir um emprego precário, não tem a mínima garantia do estado com relação a leis e direitos trabalhistas. Há, portanto, uma maior heterogeneidade da classe trabalhadora, mas nem por isso, menos explorada.

Todas essas transformações geraram uma crise no movimento sindical brasileiro, uma vez que não conseguiu se adaptar a essa nova realidade. A CUT, seja por motivos internos ou externos, não conseguiu durante a década de 1990 representar e mobilizar a classe trabalhadora para o embate contra essa reestruturação capitalista, que deixou os trabalhadores em condições cada vez mais precárias de subsistência.

Outros fatores vão ser também de extrema importância para metamorfose dos trabalhadores e para a postura da CUT - PE. O primeiro fator foi relativo à qualificação e desqualificação do trabalhador, que acabou acarretando um aumento do desemprego e uma diminuição da estabilidade da classe trabalhadora. O segundo fator diz respeito ao aumento

do fosso social, como coloca Antunes (2003.a), entre os trabalhadores estáveis, formais, e os que ocupam empregos precarizados, informais. Continuando com a análise de Antunes, o aumento deste fosso acaba por acarretar uma grande dificuldade da organização sindical, onde a CUT vai ter um grande problema em conseguir aglutinar essa classe trabalhadora, agora “*heterogeneizada, fragmentada e complexificada*” (MÉSZÁROS in ANTUNES, 2003 a).

Frente a este problema, a Central Única dos Trabalhadores passou a ter grandes interrogações quanto a sua atuação junto a sua base e a própria sociedade. Essa situação passou a ser debatida, mas muitas questões ainda estão abertas. Alguns problemas foram levantados, entre os principais estavam a necessidade de se elaborar um programa alternativo, que conseguisse englobar a grande quantidade de trabalhadores que vivem nas condições desumanas da informalidade. Outro problema é o de se criar valores que consigam quebrar com esta lógica de precarização do trabalho imposta pelo capitalismo, mas que indiquem alternativas imediatas para solucionar a precariedade das relações de trabalho da classe trabalhadora (ANTUNES, 2003 a).

Diante do exposto, nesse primeiro momento, a partir do próximo capítulo, abordamos um debate sobre a evolução do movimento sindical diante do contexto apresentado anteriormente. Ao observar o próximo capítulo, perceberemos como o movimento sindical acompanhou e interferiu no mundo do trabalho. Dessa forma, analisamos como o movimento sindical brasileiro reagiu diante da reestruturação que abalou as relações de trabalho no Brasil no final do século XX.

CAPÍTULO – 2

SINDICATOS E SINDICALISMO

2.1- O sindicalismo e o século XX

Abordamos, aqui, questões sobre a formação e formulações, o desenvolvimento da teoria e práticas sindicais durante o século XX. Levantaremos aspectos sobre a crise encarada pelo movimento sindical mundial frente as transformações sofridas no mundo trabalho. Ao falarmos dessa crise, focamos, em particular, o caso do movimento sindical brasileiro diante desta nova conjuntura capitalista.

Seguindo essa linha, observamos como o movimento sindical foi visto e pensado por teóricos e, em particular, quais os desafios que esse movimento encontra, segundo estes teóricos, no contexto atual. Este histórico sobre o movimento sindical é importante por duas razões simples. A primeira é o fato dessa pesquisa ser sobre movimento sindical, sendo assim se faz necessário conhecer a história dessa forma de organização social. Outra razão é a necessidade de sabermos como o movimento sindical foi pensado no seu início, para que desta forma possamos ter uma maior clareza do seu caráter e dos seus desafios contemporâneos.

No século XIX, os sindicatos surgem como uma forma de organização social, na qual a classe operária se estruturou para combater, de maneira mais eficaz, a exploração de seu trabalho pela burguesia. Segundo Marx e Engels, o princípio fundamental dos sindicatos é lutar por salários mínimos para a classe trabalhadora. Sendo assim, os sindicatos assumem a função de reivindicar salários que não tenham valores menores do que a força de trabalho

e o tempo empregado na fabricação dos produtos. Para Marx e Engels a única forma da classe trabalhadora resistir à exploração da burguesia era se unir em organizações sindicais com o intuito de lutar em igualdade de condições na hora de realizar o contrato de venda da sua força de trabalho (MARX e ENGELS, 1980).

Marx coloca, porém, que a tarefa do sindicato não é apenas a de lutar por salários minimamente justos. Para ele, a sociedade capitalista está dividida em duas classes antagônicas e que essas classes têm como fim alcançar o poder político. Nesta luta política a organização é fundamental. Dessa forma, Marx e Engels acreditavam que o sindicato é uma poderosa organização da classe trabalhadora e que não servia apenas para cobrar salários justos, mas também como organização da classe operária para combater o sistema de trabalho assalariado capitalista. Para esses autores, o sindicato serviria não apenas como um fator organizador da classe operária, mas teria a função de despertar no proletariado a consciência de classe. Os sindicatos, dessa forma, ajudariam a classe operária a compreender que não basta lutar por melhores salários e redução da jornada de trabalho. O sindicato ajudaria a compreender que o proletariado tem que se organizar para acabar com o trabalho assalariado capitalista e que a luta por salários e redução da jornada de trabalho são apenas passos para a abolição da exploração e, com isso, o fim das classes (MARX e ENGELS, 1980).

No desenvolvimento dessa linha teórica marxista, no momento em que a classe trabalhadora estivesse organizada em sindicatos e que passassem a lutar pelo poder político, o sindicato passaria a agir como um corpo único da classe operária nas disputas do parlamento. Dessa forma, o sindicato passaria a ser um “partido”. Temos que salientar que Marx e Engels desenvolveram essa idéia analisando o contexto inglês da luta de classe, onde observamos que o Partido Trabalhista acabou surgindo do movimento sindical, porém Marx

vai reforçar que não necessariamente um sindicato tenha que virar um partido ou que os partidos trabalhistas tenham que ser oriundos do movimento sindical.

No decorrer do final do século XIX e século XX, a teoria Marxista sobre movimento sindical foi absorvida e adotada por diversos movimentos operários que eclodiram em toda a Europa e América. Brotaram várias perspectivas a respeito do verdadeiro papel e táticas que os sindicatos teriam que ter para combater o sistema capitalista e a exploração da classe trabalhadora. Essas visões iam desde as que aceitavam as relações capitalistas como tática para concretizar os objetivos sindicais, como é o caso da *American Federation of Labor* (Federação Americana do Trabalho). Como havia concepções, como as do anarco-sindicalismo, que viam no sindicato militante e consciente de classe algo fundamental para e necessária para a derrubada do capitalismo (Bottomore, 2001). Podemos acompanhar também o debate elaborado por Lênin, que colocava que a função do sindicato era servir de correia de transmissão do partido comunista. Para Lênin, o sindicato apenas teria que representar e facilitar o discurso do partido comunista diante de sua base.

No início do século XX podemos ver o surgimento dos Conselhos de fábricas por toda a Europa, que acabaram colocando em pauta o debate sobre a relação entre sindicatos e partidos. Diante desse debate surgiram teóricos como Gramsci que viam nos Conselhos de fábrica algo autêntico e com potencial revolucionário, ao contrário do sindicato ligado ao partido, o qual julgava conservador e burocrático. Porém com a Revolução Russa e a ascensão de Stalin, os sindicatos de toda a Europa Oriental, em 1949 passaram a ser apenas um elo de ligação entre o Partido Comunista e as massas. Essa postura tomada por Stalin, foi defendida anteriormente por Lênin, onde este colocava que os sindicatos deveriam ser formalmente independentes do Estado, porém serviriam como uma escola de comunismo, onde os quadros partidários tentariam desempenhar uma liderança definitiva sobre o

sindicato (BOTTOMORE, 2001). Diante desse quadro foi construída, em 1945, uma unidade internacional, a Federação Mundial dos Sindicatos, que logo sofreu a perda da maioria dos sindicatos Ocidentais, que em 1949 fundaram a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres.

Durante todo o século XX podemos perceber que os movimentos sindicais acolheram os pensamentos dos teóricos marxistas. No entanto, com o novo quadro social, estabelecido pelo capital na segunda metade do século XX, várias correntes do pensamento social começaram a questionar se o sindicato ainda tinha um papel tão importante na organização e na vida da classe trabalhadora. Essas correntes colocaram em questão se o movimento sindical ainda representava a classe trabalhadora. Foi nesse momento que identificamos o surgimento de novas práticas sindicais, notadamente a do sindicalismo de resultado, praticada principalmente nos EUA, onde as políticas e práticas sindicais eram formuladas com o intuito do resultado imediato, que atendessem apenas as questões pontuais.

O que podemos observar é que essa crise sindical, estabelecida no contexto social já debatido na parte anterior, é reconhecida pela grande maioria dos estudiosos do tema. Porém um ponto que causa polêmica sobre essa crise é se esta é uma crise que representa um declínio da instituição sindical, ou se é uma crise pontual que atinge um tipo de sindicato afetado pela reestruturação capitalista e não conseguiu se “adaptar” ao novo quadro social.

Acreditamos que a atual crise se baseia na dificuldade do movimento sindical em conseguir representar esta nova categoria de trabalhadores que surgiu com a reestruturação capitalista e com a precarização do trabalho, que falaremos mais adiante. Dessa forma, concebemos que o movimento sindical ainda está baseando sua política em conceitos que não podem ser mais levados *ao pé da letra*. O que estamos observando é que a maioria dos

sindicatos contemporâneos ainda utiliza o conceito de classe operária como foi trabalhado por Marx, que era uma classe de trabalhadores do setor industrial e principalmente formais. Porém, com a precarização do trabalho do final do século XX, ocorre uma transformação não apenas no mundo do trabalho, mas na própria classe trabalhadora. Com essa metamorfose da classe trabalhadora, notamos que há também uma grande diferenciação funcional da classe trabalhadora e, num outro nível, gerando um fosso entre os trabalhadores formais, que de modo geral, compõe a base sindical, e trabalhadores informais, filhos da precarização do trabalho, que se agregaram ao trabalho informal tradicional. Estes geralmente não têm lugar nas políticas sindicais, que ainda se mantêm extremamente *corporativista*, atendendo apenas as suas bases formais, deixando de fora da sua representação a grande maioria dos trabalhadores informais e precarizados. Dessa forma, a crise sindical se alarga pelo fato das centrais sindicais não conseguirem incluir, em sua base política, essa gama de trabalhadores informais, como também trabalhadores formais mas que têm um trabalho precarizado. Uma vez não conseguindo abarcar essa “nova” categoria, as centrais sindicais não têm força representativa para combater a precarização do trabalho (RAMALHO e SANTANA, 2003).

Analisando as obras de Ricardo Antunes, que trata da crise pela qual passam os sindicatos diante a precarização do trabalho, evidencia-se sua tese de que essa crise sindical ocorre no que diz respeito ao enorme fosso criado entre trabalhadores “estáveis”, que se encontram no mercado de trabalho formal, e os trabalhadores que estão locados em empregos precarizados, como empregos temporários, subcontratos, trabalhos terceirizados. Com o surgimento deste “fosso”, os sindicatos teriam uma enorme dificuldade para incluir essa nova forma de trabalhador, diferente do trabalhador da época fordista (ANTUNES, 2004). Podemos acrescentar aos motivos dessa crise o desenvolvimento tecnológico, que

trouxe consigo o aumento do desemprego e o surgimento de novas funções e categorias de trabalhadores, diferentes daquelas que faziam parte da base dos sindicatos.

Frente a esse quadro de dificuldades, o movimento sindical, como colocam Antunes e Tumolo, precisa incorporar essa nova metamorfose dos trabalhadores, através de um sindicalismo mais horizontalizado e de cunho classista, onde deixe de lado o aspecto categorial (ANTUNES, 2004; TUMOLO, 2002). Aspecto este que acaba gerando um *neocorporativismo*, onde os sindicatos procuram preservar apenas os direitos dos trabalhadores “estáveis”, e acabam por deixar de lado os trabalhadores precarizados, perdendo, desta forma, seu ideário classista.

Após explanarmos brevemente sobre a trajetória do movimento sindical, desde o seu surgimento, dos meados do século XIX e seu percurso durante o século XX, a partir desse momento iremos ilustrar os caminhos que o movimento sindical brasileiro seguiu até chegarmos ao contexto que nos propusemos a analisar.

2.2 - Os caminhos do sindicalismo brasileiro no século XX

2.2.1- Dos primórdios do século XX até o início da ditadura militar

Antes de iniciarmos o debate sobre o sindicalismo brasileiro do século XX, se faz necessário fazer uma breve reflexão do movimento sindical brasileiro no final do século XIX, pois foi nesse período que encontramos os primeiros relatos e testemunhos do início de um movimento sindical, onde já havia disputas políticas entre socialistas e anarquistas. Percebemos que em relatos, principalmente do movimento no Estado de São Paulo, o sindicalismo já surgiu diante de uma extensiva repressão por parte das instituições governamentais e patronais (PINHEIRO e HALL, 1979).

Já no século XX, podemos observar que uma das primeiras fortes tentativas de organizar-se um movimento sindical, em nível nacional, foi em 1906 quando se realizou o primeiro Congresso Operário. Foi a partir desse congresso que se originou a Confederação Operária Brasileira (COB), que foi a primeira organização operária, em nível nacional, que através do seu jornal, *A Voz do trabalhador*, buscou passar ao operariado brasileiro sua pauta de reivindicações e suas bandeiras de luta (PINHEIRO e HALL, 1979).

Nesse Congresso Operário de 1906, podemos observar que suas resoluções foram, na sua grande maioria, muito mais de cunho sindicalista-econômico do que de um caráter mais revolucionário, como pregava o sindicalismo revolucionário europeu, pois as reivindicações baseavam-se apenas no ganho salarial e nas condições de trabalho. Nesse mesmo congresso, faz-se claro notar a pouquíssima influência do anarquismo, embora em relação ao movimento sindical brasileiro, como um todo, o anarquismo teve uma considerável importância. Embora em alguns momentos podemos registrar uma admiração pela ação direta dos sindicatos, são raros, também, os momentos em que se fala de uma greve geral do operariado, greve essa que era um dos marcos fundamentais do preceito sindicalista revolucionário (PINHEIRO e HALL, 1979).

Em 1913 ocorreu o segundo Congresso da COB, que manteve a mesma linha debatida no congresso de 1906. Podemos observar que nesse 2º Congresso da COB, além de serem mantidas algumas resoluções do 1º Congresso, são abertas novas pautas, que vão demonstrar novos interesses do movimento operário. Nesse Congresso os temas relativos às condições de trabalho do operariado ainda são constantes e aprofundados, porém, é muito claro, nas resoluções desse Congresso, a intenção do operariado estruturar uma organização que critique duramente o capitalismo e que pregue o fim deste. O que podemos notar nesse ponto, levantado anteriormente, é que o movimento operário brasileiro começou a

desenvolver uma visão além da luta por melhores condições de trabalho. Esse alargamento de visão nos mostra que a classe operária brasileira começa a ligar as melhores condições de trabalho com as questões políticas e econômicas. É também notória, nesse 2º Congresso da COB, a preocupação dos operários das cidades de trazer para Confederação os trabalhadores rurais. Esse aspecto é interessante ser abordado, pois nos revela um amadurecimento do operariado urbano, que vê a necessidade de ampliar suas reivindicações para o campo.

Nos anos da década de 1920, podemos notar a movimentação do PCB para a formação da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Através da prática de construir grupos de apoio à criação da CGT no interior de vários sindicatos, o PCB esperava a adesão de várias associações de operários para a fundação da Confederação, que só veio acontecer em 1929 (PINHEIRO e HALL, 1979). O que podemos observar, nessa estratégia do PCB, é que ela está muito próxima da teoria, já debatida, de Lênin e implementada por Stalin, que diz respeito à relação entre o movimento sindical e o partido comunista. O que notamos é que essa estratégia do PCB é perpassada pela idéia de que o sindicato não é nada mais do que uma correia de transmissão entre o partido e as massas. Nessa perspectiva, é interessante ter este sindicato fora da estrutura do partido, porém tendo militantes do partido no interior dos sindicatos influenciando e dirigindo as ações sindicais, para que estas não destoassem das do PC.

A partir dos anos 1930, marcados pela ascensão da Era Vargas, emerge um novo tipo de sindicalismo, que ficou conhecido como *sindicalismo de Estado*, ou comumente chamado também de sindicalismo *pelego*. Essa nova forma de sindicalismo é caracterizada pelo atrelamento do sindicato à estrutura governamental. É a partir dessa década que temos a institucionalização do sindicalismo de Estado, onde os sindicatos passaram a ser ligados oficialmente ao Ministério do Trabalho. Com essa ligação, os sindicatos passam a ter uma

estrutura extremamente vertical, a participação dos trabalhadores praticamente desaparece e os sindicatos passam a depender financeiramente do Estado e de ações assistencialistas (ZANETTI, 1995).

O que podemos concluir, a respeito deste tipo de sindicalismo, que perdurou no Brasil por mais de trinta longos anos, é que esse vínculo entre sindicatos e Estado foi extremamente danoso para o movimento sindical e para a classe trabalhadora. Podemos ratificar essa nossa visão, levando em consideração que ao ser ligado ao Estado, o movimento sindical perdeu completamente sua independência diante do governo e da estrutura estatal. Perdeu não apenas sua independência financeira, mas também sua liberdade de manifestar-se e criar uma pauta de reivindicações que atendessem aos interesses da classe trabalhadora para adequar-se à política governamental. Temos que salientar, ainda, que essa junção dos sindicatos ao Estado foi muito interessante para o governo pelo fato de poder “controlar” uma parcela da sociedade que estava organizada e que tinha um olhar crítico e transformador da realidade social. Dessa forma o Estado, por um lado, formalizou várias das reivindicações colocadas pelo movimento sindical e, por outro tinha a garantia de que o movimento sindical não se mobilizaria para tentar combater qualquer medida implementada pelo governo.

Em 1964, com o golpe militar, houve uma redefinição do modelo sindical, que chamamos de sindicalismo de Estado. O golpe militar veio transformar não só a realidade sindical, mas provocou profundas mudanças na política, na economia e na sociedade. Podemos salientar que durante o governo militar, principalmente no fim da década de 1960 e início da de 1970, o movimento sindical brasileiro sofreu duras sanções e perseguições. Cerca de 761 sindicatos sofreram intervenção do governo, inclusive a CGT acabou sendo proibida de funcionar (ZANETTI, 1995).

Com as transformações políticas e econômicas, principalmente pela implementação do chamado *milagre brasileiro*, o governo passa a investir em mudanças para transformar o Brasil em um país industrializado e, para tornar isso realidade, passa a abrir as portas para um alto investimento de capital estrangeiro. Com essas novas diretrizes de investimento, entre os anos 1960 e 1970, o Brasil conseguiu expandir seu parque industrial consideravelmente e, como consequência disso, o número de trabalhadores no setor industrial também aumentou. As inovações implementadas pelo avanço tecnológico também modificaram as relações de trabalho no interior das empresas. A nova conjuntura econômica implicou em mudanças marcadas pelo surgimento de novas atividades e, conseqüentemente, novas categorias de trabalhadores (ZANETTI, 1995).

O que podemos perceber, com essas transformações, é que ocorreu um aumento da concentração de renda, o que gerou um empobrecimento de amplos setores da classe trabalhadora, devido também ao arrocho salarial promovido pelo governo e necessário para que este promovesse o tão esperado *milagre brasileiro*³. No campo, o modelo de desenvolvimento acabou trazendo uma maior concentração de terra, o que acabou gerando um aumento no êxodo rural⁴, engrossando o contingente da população urbana desempregada e conseqüente aumento do trabalho informal.

Com esse novo quadro econômico, político e social, durante as décadas de 60 e 70, a relação entre Estado e sindicato modificou-se sensivelmente. No que diz respeito à estrutura institucional, esta continuou praticamente a mesma do período de Estado Novo e do *sindicalismo de Estado*, os sindicatos sob a tutela do Estado. Porém houve uma brusca e

³ Para ver os dados sobre a informação de concentração de renda e arrocho salarial no período mencionado, é interessante observar a obra de: NUM, José; ALVAREZ, Alejandro; SANDOVAL, Elena. (1978). *A situação da classe trabalhadora na América Latina*. Paz e Terra, Rio de Janeiro

⁴ Para observar os dados sobre a política agrária durante a ditadura militar ver a obra de: WEFFORT, Francisco. (1980). *O Populismo na política brasileira*. 4ª ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro.

fundamental transformação nessa relação, que vai ser uma das causas do surgimento do chamado *novo sindicalismo*. Essa mudança diz respeito à intensa interferência do Estado na prática sindical. Essa interferência pode ser caracterizada pelas inúmeras prisões, denúncias, torturas e cassações de direitos políticos, pelos quais passaram várias lideranças sindicais durante o período mencionado anteriormente (ZANETTI, 1995).

Diante dessa conjuntura, de truculência implementada pelo governo militar, vários movimentos sociais tiveram que reestruturar seus ideais e suas formas de ação e de organização, e o movimento sindical não fugiu a essa regra. Foi nesse momento que se deu início à construção de um outro modelo de sindicalismo, o *novo sindicalismo*.

2.2.2- A reestruturação sindicalista e o processo de redemocratização

No final dos anos 1970, é evidente a crise do modelo desenvolvimentista, que contribuiu para o fim do regime militar que se instalou no Brasil em 1964. Podemos observar que a crise pela qual o regime militar passa, nessa época, se deve a pressões externas e internas. Há uma concordância quanto a crise do modelo de desenvolvimento que gerou rupturas dentro do governo militar, já nos anos 1980, e no que se refere às pressões externas, deve-se principalmente a grande diminuição das fontes externas de financiamento, diminuição de investimento que ficou conhecida como a “crise da dívida”. Esta crise foi estabelecida, entre outros fatores, pela política de contenção monetária posta pelos Estados Unidos, política esta que elevou as taxas de juros, juntamente com o valor do dólar. Com estes aumentos, a dívida externa brasileira cresceu sensivelmente e as facilidades de exportações diminuíram com a recessão. Desta forma, o governo brasileiro se viu obrigado a pedir novos empréstimos com o intuito de equilibrar as dívidas. Porém estes empréstimos

foram suspensos devido à moratória mexicana, o que agravou mais ainda a situação do governo militar brasileiro (SALLUM, 1996).

Com este estrangulamento externo, o governo militar sofre um grande abalo na sua política econômica, uma vez que, desde os anos 1970, o Brasil reforçou sua dependência aos investimentos internacionais para manter as elevadas taxas de desenvolvimento e para não prejudicar as elites dominantes brasileiras. Porém, com esta crise, tanto o governo como as elites abastadas brasileiras sofreram um duro golpe, que atuou profundamente nas mudanças políticas e sociais do país (SALLUM, 1996).

A partir do quadro apresentado no parágrafo anterior, o governo brasileiro abandonou o ideal de crescimento e passou a encarar o problema econômico de duas formas. A primeira foi conservando as linhas de crédito internacional e a segunda se refere à recessão cada vez maior que o governo brasileiro introduziu no país afim de garantir que a economia nacional gerasse saldos positivos no comércio exterior. Com estas duas saídas encontradas pelo governo, podemos perceber que este preferiu optar por preservar sua relação com os setores internacionais, mesmo que isso significasse uma oneração do sistema econômico brasileiro (SALLUM, 1996).

Como resultados dessa opção econômica, o país passou a encarar uma grande redução de gastos públicos, falta de investimentos em empresas públicas, acompanhados de uma grande elevação dos juros e conseqüente estagnação dos investimentos privados. Neste período podemos perceber também uma elevação contínua da inflação, que veio acompanhada de uma redução dos salários reais e queda dos empregos industriais (SALLUM, 1996). Com estas posturas o governo militar tentava manter sua ligação com o sistema financeiro internacional e com os mais fortes setores do empresariado nacional.

A partir deste instante podemos observar um aumento violento da exclusão socioeconômica da classe trabalhadora. Uma das categorias da classe trabalhadora mais afetada, com essas medidas econômicas, foi a dos trabalhadores estatais, que antes eram privilegiadas pelos investimentos do Estado nas empresas estatais e, com esse novo quadro econômico, passaram a sofrer grandes cortes de investimento (SALLUM, 1996).

Após esta breve retrospectiva sobre a crise que o governo militar passou nos seus últimos anos, destacaremos alguns aspectos que esse quadro instigou e fortaleceu o movimento sindical brasileiro.

No contexto de crise econômica, apresentado anteriormente, começam a eclodir em 1977 lutas por uma reparação salarial. Logo essa luta se transformou, em 1978, em uma explosão de greves que se iniciou no ABC paulista e acabou se espalhando pelos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Participaram desse movimento grevista os metalúrgicos, mas logo foram acompanhados por outros setores, como o da construção civil e os funcionários públicos. É a partir desse movimento grevista que podemos observar a visibilidade do *novo sindicalismo*, que se construiu paulatinamente dentro das empresas. É nesse período que percebemos a volta do movimento sindical à cena social.

O *novo sindicalismo* recebeu esse nome pelo fato de representar uma nova forma de pensar e praticar a ação sindical; novo pelo fato de ter surgido em um novo momento social; novo pelo motivo de ter brotado em um novo contexto de industrialização e desenvolvimento; novo pelo aspecto de representar uma nova classe trabalhadora, muito diferente da classe trabalhadora pré-ditadura militar. Simplesmente novo porque surgiram novos sujeitos, que assumiram o papel de liderança nesse contexto. Mas a principal característica que marca esse *novo sindicalismo*, como sendo de oposição ao sindicalismo de Estado, é justamente a sua posição crítica ao atrelamento dos sindicatos ao Estado. Essa

ligação entre sindicato e Estado passou a ser duramente criticada por vários setores do movimento sindical (ZANETTI, 1995).

O período entre 1978 e 1979 foi marcado por uma intensificação da vida sindical. Nesse momento podemos perceber uma maior participação dos trabalhadores nos sindicatos, nas assembleias das categorias. Esses anos são caracterizados por profundos debates sobre o papel do movimento sindical, marcados pelo confronto de ideais entre sindicalistas *combativos* e sindicalistas *pelegos*⁵. É de grande importância lembrar que nesse momento é recolocado em pauta a discussão sobre a criação de uma central sindical (ZANETTI, 1995).

O momento entre 1978 e 1983 foi assinalado pela articulação de diferentes linhas políticas-ideológicas do movimento sindical, que passaram a se organizar e montar alianças. Podemos dividir esses blocos em dois grandes grupos, os *pelegos* e os *combativos* (essa divisão já foi justificada anteriormente).

O grupo dos sindicalistas considerados *pelegos* pode ser dividido em três subgrupos, que são: 1) os dirigentes que foram empossados durante as intervenções do governo militar; 2) os dirigentes que se mantêm no poder graças as suas ligações com órgãos repressores do governo; 3) e os dirigentes que assumiam um papel de administradores sindicais, devido às suas habilidades com a questão burocrática do sindicato (ZANETTI, 1995).

Com relação ao grupo dos sindicalistas, aqui chamados de *combativos*, podemos dividi-los em alguns subgrupos, que são: 1) As chamadas *oposições sindicais*, que começaram a se articular ainda no período em que o movimento sindical estava em um momento de desmobilização. É importante salientar aqui, que as oposições sindicais se

⁵ Utilizamos essa nomenclatura baseados na bibliografia analisada para a construção desse estudo. O motivo da utilização dessa terminologia se deve ao fato de querermos diferenciar os sindicalistas ainda ligados à estrutura sindical atrelada ao Estado, no caso os *pelegos*, dos sindicalistas que vão ganhar espaço nessa nova conjuntura nacional e que foram altamente críticos à ligação dos sindicatos ao Estado, no caso os *combativos*.

articulavam fora da estrutura sindical, se organizavam nas fábricas e eram contrários ao sindicato oficial. Para as oposições sindicais, a construção de uma central sindical como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) serviria para derrubar a estrutura vertical que existia na organização dos sindicatos oficiais e ajudaria a fortalecer a organização da base sindical. 2) Os sindicalistas chamados de *autênticos* ou *independentes*, que se encontravam dentro da estrutura oficial dos sindicatos, mas eram extremamente críticos ao controle e à política exercida por alguns sindicatos. Eram também contra o elo de ligação entre os sindicatos e o Estado que se estabelecera desde o Estado Novo. Esse subgrupo acreditava que, para a constituição de uma central sindical, era necessário que os *novos sindicalistas* conseguissem um maior espaço dentro da estrutura sindical oficial. 3) o terceiro subgrupo era composto pelo que mais tarde ficou conhecido pelo nome de *Unidade Sindical*. Essa linha sindical era o que podemos caracterizar como sendo os “herdeiros” da política sindical do PCB, aqui já exposta. Acreditavam que a atuação sindical deveria se dar dentro da estrutura sindical oficial, visando ocupar a direção dos sindicatos (ZANETTI, 1995).

2.2.3- A formação da Central Única dos Trabalhadores

Diante desse debate, que estava ocorrendo no movimento sindical brasileiro, após intensas e longas discussões foi convocado para agosto de 1981 a 1ª CONCLAT (Conferencia Nacional da Classe Trabalhadora). Essa conferência é marcada pela grande heterogeneidade e divergência entre as várias correntes políticas presentes. É característico também, na 1ª CONCLAT, a interferência de ideais partidários, influenciando os debates. Com relação à interferência partidária, podemos dar um maior enfoque no recém-formado Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha como campo de influência as *oposições sindicais*,

e ao PCB, que exercia influência sobre o que chamamos de *Unidade Sindical* (ZANETTI, 1995).

Mesmo com todas as divergências teóricas, políticas e programática a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora conseguiu avançar no debate de uma unidade sindical. Uma das deliberações dessa conferência, além de todos os pontos referentes a situação da classe trabalhadora, foi formada a Comissão *Pró-CUT*, que ficou responsável para elaborar uma proposta de formação da Central Única dos Trabalhadores. Temos que salientar que o campo do movimento sindical, ligado à estrutura oficial e ao Estado (os chamados *pelegos*) não participaram deste debate.

O tempo que vai da 1ª CONCLAT, em 1981, à fundação da CUT, em 1983, foi marcado por um grande racha entre as forças sindicais que tinham em mente buscar a unidade sindical e fazer uma grande reestruturação no sindicalismo nacional. Para explicar essa fissura, devemos considerar as grandes divergências teóricas e práticas, entre diversos grupos político a respeito da estrutura e prática sindical. Outro motivo é o da disputa de espaço no movimento pelos partidos políticos, que através de suas lideranças tentavam ganhar terreno no heterogêneo campo de construção da CUT (ZANETTI, 1995).

O que ocorreu com todas essa divisão, é que em 1983 a comissão *Pró-CUT* acabou deliberando pela realização do 1º Congresso das Classes Trabalhadoras, porém setores que eram contrários a realização do congresso, como os setores ligados a *Unidade Sindical*, acabaram se retirando da comissão *Pró-CUT* e apostaram na realização de uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora paralelamente ao Congresso das Classes Trabalhadoras.

Dessa forma, o Congresso das Classes Trabalhadoras, realizado em agosto de 1983, composto por cerca de 5000 delegados e tendo a participação de várias organizações dos trabalhadores, tanto nacionais quanto internacionais, fundou a Central Única dos

trabalhadores. É preciso salientar que os setores sindicais que faziam parte da *Unidade Sindical*, ligados ao PCB e MR8, não participaram desse congresso, optando por, mais tarde, dar início ao processo de fundação da CGT (ZANETTI, 1995).

QUADRO 1
QUADRO GERAL DE ENTIDADES, DE DELEGADOS E NÚMERO TOTAL DE
TRABALHADORES
REPRESENTADOS POR ESTADO NA CONCLAT - 1983

Estado	Nº de entidades	Nº de delegados	Nº de trabalhadores representados
Acre	11	28	39.400
Alagoas	8	32	34.000
Amapá	1	11	8.000
Amazonas	8	29	90.017
Bahia	83	573	789.784
Ceará	33	176	439.780
Distrito Federal	26	182	375.767
Espírito Santo	27	185	282.140
Goiás	54	292	365.453
Maranhão	36	211	484.530
Mato Grosso	6	22	67.580
Mato Grosso do Sul	1	3	4.000
Minas Gerais	83	390	632.484
Pará	34	222	528.190
Paraíba	23	94	183.519
Paraná	41	174	266.033
Pernambuco	24	114	370.425
Piauí	26	173	238.650
Rio de Janeiro	52	382	1.897.644
Rio Grande do Norte	26	114	204.931
Rio Grande do Sul	99	419	1.234.149
Rondônia	4	31	31.000
Santa Catarina	64	186	285.026
São Paulo	135	996	3.321.238
Sergipe	7	20	19.106
TOTAIS	912	5.059	12.192.849

Fonte: Resoluções da 1ª CONCLAT.

Sendo assim, a central sindical que pretendemos pesquisar CUT – PE é uma seção estadual da Central Única dos Trabalhadores. A CUT formou-se a partir da união de três setores da organização sindical. O primeiro foi o *novo sindicalismo*, nascido dentro da

estrutura sindical durante a segunda metade dos anos setenta, que tinha na sua base médicos, professores, bancários, petroleiros, e o seu símbolo maior, que foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. O segundo setor composto pelo grupo conhecido como *oposições sindicais*, que trazia como proposta a organização de base através das comissões de fábricas, independentes da estrutura sindical. E o terceiro setor, que foi o sindicalismo rural, formado por inúmeros sindicatos ligados aos trabalhadores rurais (ANTUNES *in* TUMOLO, 2002). Não podemos esquecer do setor católico que contribuiu para o desenvolvimento desse movimento sindical.

A CUT – PE vai surgir como uma forte oposição à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a sua política. Desde o seu surgimento até a década de 1990, a CUT – PE vai manter uma relação de confronto diante da proposta política da CGT. Podemos notar que esta oposição, além de ser política e ideológica, ocorreria pelo fato dessas centrais sindicais disputarem espaço na classe trabalhadora.

Logo no seu início, a Central Única dos Trabalhadores assume uma postura *classista* e *anticapitalista*, que se consolida no II Congresso Nacional da CUT (CONCUT) realizado em 1986, onde confirma esta posição em seu estatuto (GIANOTTI e LOPES *in* TUMOLO, 2002). Postura esta que vai manter por boa parte da década de 1980.

A partir do final da década de 1980, para sermos mais exatos, no III CONCUT, realizado em 1988 em Belo Horizonte, as características cutistas, citadas no parágrafo anterior, começam a sofrer alterações. “Este foi o último congresso de massas da CUT, e o maior de todos” (RODRIGUES I. J. *in* TUMOLO, 2002).

Naquele momento, a Central Única dos Trabalhadores inicia a mudança no seu rumo, começam a surgir tendências políticas que entendiam que a Central deveria ter uma estratégia que apontasse para a negociação dentro da ordem imposta, ou seja, abandonando

o ideário anticapitalista e classista e assumindo uma postura social-democrática (GIANOTTI e LOPES *in* TUMOLO, 2002).

O ano de 1989 é decisivo para os rumos da CUT na década seguinte. Aquele ano é marcado pela queda do Leste Europeu e, principalmente, pela vitória de Fernando Collor de Melo que dá início a implementação de um modelo neoliberal de governo. O governo Collor traz consigo uma gama de mudanças impostas pela reestruturação capitalista, principalmente no que diz respeito a precarização do trabalho e na desestruturação do Estado.

Com esse novo quadro apresentado, os movimentos sociais, e principalmente o sindical, entram em uma grande crise de identidade e de atuação perante a sociedade. E a Central Única dos Trabalhadores não ficou fora dessa crise. Várias dessas mudanças, que ocorreram no mundo do trabalho, afetaram violentamente a classe operária, principalmente no aspecto relativo a precarização do trabalho. A devastadora desregulamentação dos direitos do trabalho, o aumento da subproletarização do trabalho, que veio com a implementação do trabalho precário, trabalhos temporários, parciais, juntamente com um grande processo de terceirização do trabalho, são fatores fundamentais que favoreceram o processo de precarização do trabalho no Brasil no final da década de 1980 (ANTUNES, 2003.a). E são esses fatores que vão influenciar diretamente a postura da Central Única dos Trabalhadores no período citado.

Após o debate teórico sobre a temática abordada nessa pesquisa, cabe-nos agora iniciarmos o debate sobre os caminhos metodológicos, que nos ajudaram na junção entre a teoria do tema e a análise da documentação levantada.

Capítulo- 3

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este capítulo é dedicado para esclarecermos como foi feita a nossa análise diante do material recolhido. Para deixarmos esse capítulo o mais claro possível, nós o dividimos da seguinte forma: em um primeiro momento nós abordamos a escolha da nossa metodologia. Nessa parte relatamos os motivos que nos fizeram escolher a análise utilizada, assim como as fases que seguimos durante a análise do material. Em um segundo instante expomos como estruturamos a organização das informações. É nessa parte que abordamos os eixos temáticos fundamentais que nos serviram de categorias. Categorias essas que nos ajudaram na organização das informações recolhidas e analisadas. No terceiro e último momento desse capítulo, elencamos o material que serviu para a nossa análise e conclusões sobre a temática estudada.

3.1 – A metodologia escolhida

Para estudar o tema proposto, utilizamos métodos da pesquisa qualitativa. A nossa análise centrar-se-á nos discursos da direção da CUT-PE na década de 1990, referido particularmente ao tema da precarização do trabalho.

Concebemos, assim, a pesquisa como um estudo de caso, cujo objetivo é a análise dos discursos da CUT – PE no período e contexto já mencionados. Mesmo sendo difícil estabelecer um roteiro metodológico rígido, estabelecemos algumas etapas. Essas fases se

dividem em: escolha do caso, que é a CUT – PE, leituras aprofundadas sobre o caso, coleta de material, organização, análise e interpretação do material e redação do relatório.

A composição inicial do *corpus* foi agregado o material documental entre os quais: atas de reunião, atas de congressos estaduais, teses de congressos, informativos sobre as principais campanhas da época, panfletos e recortes de jornais que tratam da CUT – PE, no que diz respeito ao tema proposto.

Definido o *corpus*, num primeiro momento, organizamos o material por temas, centrando-nos de como, com que intensidade, e o contexto no qual aparece a questão da precarização e sua relação com outros temas que imprimiram um posicionamento da CUT-PE naquele período. Num segundo momento, tendo construído um quadro mais amplo dos temas e discursos construídos pela CUT-PE, buscamos analisar as condições em que tais discursos foram construídos, identificando posições, relações com outros discursos (interdiscurso) e estratégias de ação indicados pelos mesmos. Para tanto, escolhemos a análise de discurso (AD), pelo fato dessa metodologia ter como finalidade interpretar as fontes com o objetivo de entender o contexto em que elas foram produzidas. Além disso, a AD é uma metodologia que defende a idéia de que o discurso não existe por si só, ele está ligado a um contexto, onde quem o elabora, e no momento que o pronuncia, está posicionado social e ideologicamente frente à dinâmica social. Ao analisarmos os documentos da CUT – PE, no período referido, encontramos discursos ideológicos contextualizados na época que pretendemos pesquisar.

Outro fator que consideramos, na escolha dessa metodologia, foi o de que ela tenta desvendar as condições de produção e como este discurso é construído a partir e em relação a outros discursos, reproduzindo, redefinindo ou negando-os. Isto é, identificar a interdiscursividade e as posições que vão se constituindo nesse processo. Queríamos, através

da AD, saber qual foi a posição assumida pela CUT – PE diante da precarização do trabalho no período de 1989 até 1999. Além disso, acreditamos que essa pesquisa se coloca frente a questões da prática social e de suas relações com a estrutura social, para qual a AD se põe como adequada.

Assumimos a perspectiva da AD de Fairclough (2001). Segundo este autor os procedimentos para a análise de discurso estão divididos em três fases, que são: coleta do material, análise e resultados.

Após o contato com o material coletado, partimos para a seleção dos textos que utilizamos na análise, o que constituiu o nosso *corpus*. Essa seleção foi realizada a partir da nossa perspectiva a respeito da nossa pesquisa e de quais são os dados colhidos que nos ajudaram a responder as questões colocadas. Para isso temos que ter um domínio do que estamos pesquisando tanto da teoria, quanto do material a ser analisado, para que possamos observar os processos de mudança que estão ocorrendo nos discursos selecionados (FAIRCLOUGH, 2001).

Foi nessa primeira fase que também realizamos a codificação do *corpus*. Esta codificação levou em consideração principalmente os momentos críticos do discurso analisado, pois são nesses momentos de crise que podemos observar que algo está indo errado ou mudando. Desta forma, quando analisamos os documentos da CUT – PE ficamos atentos para esses momentos de crise, pois podem revelar os processos de mudança da CUT no período e contexto mencionados. Assim como também prestamos atenção aos momentos de ausências de determinados temas nos documentos analisados, que podem nos revelar muitas coisas, porém temos que saber que tanto as palavras, como a sua ausência, estão carregadas de sentido.

Encerrada a primeira fase, partimos para a segunda, a análise dos dados coletados e selecionados. Essa fase, segundo Fairclough se divide em três partes, que são: 1) análise da prática discursiva; 2) análise dos textos; 3) análise da prática social da qual o discurso faz parte. Não existe nenhuma direção ou ordem para essas partes. Porém, nos detemos, principalmente, na análise da prática discursiva e na análise da prática social do discurso. Na nossa pesquisa iniciamos a análise pela prática social, uma vez que é esse contexto que queríamos encontrar influenciando o texto. Porém neste capítulo seguimos a lógica de exposição contida neste parágrafo.

1) Análise da prática discursiva.

Nessa fase realizamos uma macro-análise do texto onde, através da interdiscursividade, observamos os vários discursos que existem dentro do texto. Analisamos também como esses discursos estão distribuídos no texto, para isso observamos as cadeias intertextuais. Através das condições da prática discursiva, observamos como cada tipo de discurso encontrado no texto está associado ao contexto em que foi produzido. Avaliamos a intertextualidade manifesta, observando quais as influências de outros discursos na construção do que está sendo analisado. Essas foram algumas fases pelas quais passamos ao analisar a prática discursiva do *corpus* (FAIRCLOUGH, 2001).

2) Análise do texto.

O objetivo desta análise é observar as propriedades sobre as quais o texto se organiza. É nessa parte que, segundo Fairclough, analisamos a coesão do texto, a gramática, a transitividade. Esta última dá uma atenção maior para o entrevistado, vendo se ele é favorecido no texto e observando seu grau de responsabilidade (FAIRCLOUGH, 2001).

3) Análise da prática social.

A finalidade desta análise é deixar claro quais as relações entre o contexto social hegemônico e a formulação de um texto. Analisamos nesse ponto a qual ordem social de discurso tal texto faz parte. E é claro e de fundamental importância para a nossa pesquisa destacarmos quais são os efeitos políticos e ideológicos desse discurso na CUT – PE no contexto analisado.

Realizadas essas etapas construímos o texto da dissertação, detalhando o processo da pesquisa e seus resultados. Estamos cientes dos perigos metodológicos e atentos para não cair nas ilusões de uma transparência dos dados. Sabemos também que a metodologia pouco vai adiantar se não estivermos bem embasados teoricamente. E é lógico, teremos todo o cuidado quando formos juntar a teoria com os dados analisados.

3.2- Eixos temáticos fundamentais

Diante da metodologia escolhida e debatida no ponto anterior, definimos os eixos temáticos para orientar a análise do material, bem como organizar a exposição da análise feita.

A escolha desses eixos foi realizada depois de uma análise da teoria que debate o assunto. Desta forma acreditamos que essas categorias representam os eixos fundamentais pelos quais é debatido a temática desse estudo. Dessa forma as categorias que serviram de norte para a nossa análise foram as seguintes:

1ª Precarização;

Utilizamos esse eixo por acreditar que a temática central dessa dissertação foi debater a questão da precarização que a classe trabalhadora passou, principalmente durante

a década de 1990 e analisar qual foi o discurso da CUT – PE a respeito. Sendo assim, se faz imperativo que um dos nossos eixos temáticos seja a precarização, pois dessa forma na análise do *corpus* procuramos qual foi o sentido e a importância que a CUT – PE deu para essa temática.

2ª Fragmentação

Com relação a essa categoria, podemos salientar que a sua escolha se deve por duas razões principais. A primeira é que a partir desse tema, acreditamos identificar o debate sobre as transformações que ocorreram na classe trabalhadora durante o período estudado. É nesse ponto que se efetuou um grande debate dentro da CUT – PE sobre a fragmentação, transformação, que a classe trabalhadora sofreu durante o período de 1989 – 1999, devido principalmente, a todo um contexto de mudanças dentro do mundo do trabalho implementadas pela reestruturação capitalista. Buscamos identificar como foi que este tema foi assumido pelo discurso da CUT – PE.

A outra razão pela qual escolhemos essa temática para a análise do nosso *corpus*, decorre do fato de considerarmos que este tema não fica apenas limitado à classe trabalhadora, este aspecto de fragmentação também adentrou profundamente a lógica sindical, no que diz respeito a própria fragmentação pela qual o movimento sindical passou durante essa época observada. Nesse aspecto consideramos o debate interno sobre a reestruturação do movimento sindical frente a nova conjuntura imposta. Nesse debate buscamos perceber qual foi o discurso da CUT – PE sobre essa nova conjuntura sindical, e observar sua posição no que diz respeito a políticas que abarcam a nova composição da classe trabalhadora, surgida desse processo de fragmentação e precarização.

3ª Políticas de intervenção

A escolha desse aspecto, como categoria para a nossa análise, teve como intenção, observar qual foi o discurso de intervenção da CUT – PE numa realidade imposta ao movimento sindical e que já foi debatida no capítulo anterior e nos dois últimos pontos. Buscamos as proposições gerais e das práticas propostas para interferir nesse contexto de precarização e fragmentação do trabalho. Acreditamos, dessa forma, que essa categoria possibilita ver o problema da precarização, e de como ela definiu políticas de intervenção da CUT - PE.

4ª Instrumentos de intervenção

Com essa categoria esperamos criar um debate sobre o que foi proposto e traçado para a intervenção diante de uma realidade exposta, e como foi de fato essa intervenção. Teremos aqui a diferença, entre aquilo que foi proposto, como bandeira, e os instrumentos propostos para a realização dessas intervenções. É na análise dessa categoria que buscamos identificar as diferenças no discurso a CUT – PE entre a teoria e os instrumentos propostos para a realização da prática, e possíveis fatores que levaram a essa incongruência entre discurso da CUT – PE e seus instrumentos de intervenção.

3.2.1- Eixo transversal

► O tempo

A utilização desse eixo se fez necessária pelo fato dessa pesquisa abranger um determinado período temporal. Esse estudo tem como corte temporal o período que vai de 1989 até 1999. Esse corte temporal deu-se devido ao período temporal que queríamos

analisar. O ano de 1989 foi escolhido como marco inicial devido às eleições presidenciais que colocaram Fernando Collor na presidência da República e, que marcaram o início do período neoliberal e das mudanças estabelecidas pela reestruturação capitalista no Brasil. O ano de 1999 foi escolhido como marco final por duas razões, que são: a) caracterizar uma década de políticas neoliberais e de precarização do trabalho; b) deveu-se ao fato de que, em 2000, foram realizadas as eleições municipais, em Recife e a CUT – PE e o PT viam, como grande possibilidade, a vitória do seu candidato para prefeito, que foi João Paulo, dessa forma, consideramos que o discurso cutista iria ser muito camuflado pela realidade eleitoral daquele ano, podendo gerar uma série de incongruências com o tema que estávamos dispostos a pesquisar. Temos que levar em consideração que durante esse período temporal ocorreram diversas mudanças, tanto no contexto social, político e econômico, como no próprio objeto de estudo dessa pesquisa. Dessa forma, a nossa análise tem que levar em consideração a questão tempo. O aspecto tempo perpassa e influencia diretamente todos os eixos fundamentais que foram analisados e que já foram expostos anteriormente.

3.3 – Exposição da análise.

Após explicitarmos a metodologia utilizada nessa pesquisa e os eixos e categoria utilizados para a análise, esclarecemos como é apresentada a nossa análise do *corpus*.

A análise e exposição é apresentada tendo como referência os quatro eixos fundamentais debatidos anteriormente. Todos os documentos que analisamos foram vistos a partir desses eixos e a exposição foi feita da mesma forma. Acreditamos que esse caminho facilita a compreensão e os desdobramentos da análise feita.

Outra questão que é imprescindível de ser debatida nesse momento é a de como a questão tempo será trabalhada nesta exposição. Tratamos cada eixo temático dentro do período de tempo proposto.

3.4- O nosso corpus

Antes de entrarmos na questão do *corpus* da pesquisa, salientamos como deu-se o processo de coleta do material. Para coletar a documentação, realizamos várias visitas na sede da CUT – PE, onde conversamos com vários integrantes da atual direção da Central sindical. Nessas conversas, nos foi relatado que encontraríamos dificuldades em encontrar documentos produzidos pela CUT – PE que tratassem da precarização do trabalho. Segundo os dirigentes da CUT – PE essa falta de material produzido pela CUT – PE, deve-se ao atrelamento da CUT - PE com a CUT nacional. Através de conversas informais, informaram-me que a postura e encaminhamentos da CUT – PE, com relação a precarização do trabalho, era semelhante a da CUT nacional, uma vez que, segundo esses mesmos dirigentes, a CUT – PE era de certa forma “centralizada” pela CUT nacional.

De fato, a dificuldade em encontrar material produzido pela CUT – PE se apresentou durante a coleta da documentação. Porém, encontramos alguns textos construídos pela CUT – PE nos arquivos da Central. Temos que salientar a grande colaboração que foi dada pela CUT – PE para a realização da pesquisa em seus arquivos.

Contudo, nos anos em que não conseguimos a documentação produzida pela CUT – PE, complementamos o material com o produzido pela CUT nacional, que conseguimos através da página da CUT na Internet.

Após análises prévias feitas no material coletado na CUT nacional e na CUT – PE, acreditando que estes são os documentos que melhor esclareceram os questionamentos e objetivos dessa pesquisa, delimitamos nosso *corpus* para a análise final nos seguintes documentos:

Ano: 1989

- Documento: Resoluções da Plenária Nacional da CUT.

Ano: 1990

- Documento: Resoluções do V Congresso Estadual da CUT – PE.

Ano: 1991

- Documento: Resoluções do VI Congresso Estadual da CUT – PE.

Ano: 1992

- Documento: Balanço de 1992 da CUT – PE.

Ano: 1993

- Documento: Resoluções da 6ª Plenária Nacional da CUT

Ano: 1994

- Documento: A CUT – PE e o ano de 1994.

Ano: 1995

- Documento: Resoluções da 7ª Plenária Nacional da CUT

Ano: 1996

- Documento: Informativo da CUT – PE de 21 de junho.

- Documento: Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT.

Ano: 1997

- Documento: Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT.

Ano: 1998

- Documento: Carta de Pernambuco: a chama da esperança em defesa do Brasil.

Ano: 1999

- Documento: Tese para a 8ª Plenária Estadual da CUT – PE.

- Documento: Resoluções da 9ª Plenária Nacional da CUT.

Após a exposição do nosso *corpus*, é bom esclarecer que em alguns anos utilizaremos apenas documentos da CUT – Nacional. Isso se deve à dois motivos principais. O primeiro é relativo a falta de material da CUT – PE sobre alguns anos, denominadamente os anos de 1989, 1993 e 1995. Depois de realizarmos uma ampla pesquisa nos arquivos na CUT – PE verificamos que não existiam documentos referentes a esses anos. Dessa forma recorreremos aos documentos produzidos pela CUT – Nacional. O outro fator que nos levou a utilizar materiais da CUT – Nacional, não somente nos anos em que estavam faltando documentos estaduais, mas também em outros momentos, foi o fato da CUT – PE deliberar, em muitos instantes, sob as influências e orientações da CUT – Nacional. E outro aspecto se deve ao fato da CUT – PE participar dos espaços de deliberações da CUT – Nacional, como Plenárias e Congressos nacionais, absorvendo assim a postura e o discurso da CUT – Nacional em determinados momentos.

Capítulo- 4

ANÁLISE DOCUMENTAL

Após o debater o tema e esclarecer os caminhos metodológicos que utilizamos para a análise da documentação selecionada, passamos para a análise e interpretação do nosso *corpus*. Tomando os eixos temáticos, explicitados no capítulo anterior, é necessária ainda, uma abordagem de como realizamos essa análise.

Sendo assim, abordamos aspectos relativos ao discurso da CUT - PE, os discursos que estão influenciando o trecho analisado, e o contexto social onde esse discurso foi criado. Lembrando que a análise e a exposição dessa é realizada a partir dos quatro eixos temáticos que selecionamos. Desta forma, vamos iniciar a nossa análise, que está disposta da seguinte ordem: 1) precarização; 2) Fragmentação; 3) Políticas de intervenção; 4) Instrumentos de intervenção.

4.1- Precarização

Após expor, no capítulo dois, o nosso referencial sobre precarização do trabalho, nesse momento analisamos qual o discurso que contribuiu sobre o tema e de como a CUT – PE agiu diante das transformações impostas pelo mundo do trabalho no período em questão, que gerou um quadro de precarização, tanto do trabalho, quanto da classe trabalhadora.

Observando o trecho a seguir, retirado das resoluções da plenária nacional da CUT, realizada em 1989, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, podemos

perceber como a CUT e as suas regionais, no caso a CUT – PE, que participou da elaboração e a assinou, analisaram a situação dos trabalhadores:

“A concentração de renda impõe a 64,7% da população economicamente ativa uma remuneração inferior a dois salários mínimos mensais. Mais de 30 milhões de trabalhadores adultos são analfabetos e 8,5 milhões de crianças em idade escolar estão fora da escola. Estes e outros indicadores sociais contrastam fortemente com as taxas de crescimento econômico e com a imensa potencialidade de desenvolvimento do país”.(Resoluções da Plenária Nacional da CUT de 1989, p 2).

Ao analisarmos superficialmente esse relato, podemos notar inicialmente que a CUT fez uma descrição dos indicadores sociais, apontando a sua contradição com as taxas de crescimento econômico. Em relação aos indicadores, iniciou-se com a concentração de renda, baixos salários, seguindo-se a questão da escolaridade do trabalhador. Analisando de uma forma mais precisa, podemos notar que o discurso já foi iniciado colocando como a grande responsável por esta situação a concentração de renda. Observamos isso ao perceber que a Central sindical utiliza-se de números para construir e legitimar o seu discurso. Inicialmente é colocado que 64,7% da população economicamente ativa recebe menos de dois salários mínimos. Após esta colocação, é exposto que cerca de 30 milhões de trabalhadores são analfabetos e que 8,5 milhões de crianças estão fora da escola. Ao desenvolver esse discurso tenta passar a idéia de que uma das causas da baixa remuneração do trabalhador se deve a questão da baixa ou a falta de escolaridade.

É interessante também analisarmos a interdiscursividade existente nesse trecho. Ela se encontra na parte final desse discurso, quando é levantada a questão de que esses indicadores sociais são contrastantes com as taxas de desenvolvimento econômico e com a potencialidade do país desenvolver-se. Ao observarmos essa colocação, podemos situar estas afirmações no interior de um discurso articulado, em nível nacional, por setores da

sociedade, que organizaram-se durante o processo de redemocratização . Com o fim da ditadura militar, e com as eleições nacionais aproximando-se, os diversos setores da sociedade enxergavam uma grande possibilidade do Brasil entrar em um processo de desenvolvimento. A CUT e suas seções regionais, que no processo de redemocratização nacional, tiveram uma grande importância na organização da sociedade civil, acabaram englobando em seu discurso a idéia de que o Brasil tinha potencialidade para desenvolver-se. Temos que ter em mente que o ano de 1989 foi marcado pelo processo de eleição nacional e que a CUT tinha um interesse direto naquela eleição, particularmente para presidente da República. Dessa forma não era vantajoso para a CUT desenvolver um discurso pessimista sobre o Brasil, e ir na contra mão do discurso da maioria da população.

Dessa forma, identificamos que o discurso cutista de 1989, ainda não trazia em sua formulação, questões que abordassem a precarização do trabalho, que estamos analisando nessa pesquisa. Isso se deve ao fato da reestruturação capitalista e a precarização do trabalho ainda não terem adentrado com força, no território brasileiro, em 1989. Com isso , o que acompanhamos no discurso cutista desse ano, foi a abordagem de problemas que assolavam a classe trabalhadora, que já existiam antes da reestruturação capitalista e que independem dessa reestruturação para existir. Podemos afirmar que este discurso está marcado pelo processo de articulação ocorrido ao longo dos anos 1980, em que, de um lado denuncia-se o governo militar pela situação social decorrente de uma concentração de renda, resultado do regime autoritário e, por outro, a expectativa com relação à eleição presidencial.

No próximo trecho, ainda da Plenária Nacional da CUT, podemos perceber como o discurso da CUT, e das suas seções regionais, sobre a condição da classe trabalhadora permaneceu ligado à questão salarial:

“De um lado, impôs um violentíssimo arrocho nos salários, porque transferiu imensos recursos do Estado para o capital privado, através de uma política de elevação dos juros que agravou a crise das finanças públicas e levou rapidamente ao retorno de níveis altíssimos de inflação”. (Plenária Nacional da CUT de 1989, p. 4).

Ao analisarmos tal construção discursiva, notamos que a CUT e a suas seções estaduais fazem uma referência entre a situação da classe trabalhadora e o salário. O que percebemos, no trecho em questão, é que a Central sindical, diferentemente do trecho anterior, começou a fazer uma ligação direta, do arrocho salarial com as medidas econômicas do governo. Nesse fragmento discursivo, compreendemos que a CUT, e suas seções regionais, ligam a questão do arrocho salarial com a ligação entre o governo e o capital privado. Sendo assim, a crítica ao governo dá-se no momento em que são abordadas medidas como a elevação dos juros. Diante dessa ligação entre governo e capital privado, juntamente com a elevação dos juros e a volta dos altos níveis de inflação, a CUT monta, através do seu discurso, as causas pelas quais os salários dos trabalhadores estão sofrendo um grau de arrocho elevado.

Dessa forma, podemos concluir que a CUT em 1989 tinha como idéia central em seu discurso a situação dos trabalhadores, tendo como mote principal a questão salarial. Podemos encontrar e debater algumas razões que levaram a CUT e suas seções estaduais, a ter esse discurso sobre as condições da classe trabalhadora. Temos, como principal causa, a questão do próprio arrocho salarial. Após o fim da ditadura militar, o Brasil passou por um momento econômico onde os níveis de inflação eram altíssimos. Isso fez com que os salários dos trabalhadores fossem atingidos fortemente, levando essas remunerações a uma desvalorização periódica. Sendo assim, as questões do salário e de sua desvalorização passaram a ser pontos de constante debate dentro do discurso da CUT – PE. Passou a ser constante também, dentro do discurso da CUT - PE, o atrelamento desse arrocho salarial à

ligação entre o governo e o capital privado e onde não é apontado como causa o processo de reestruturação da produção.

Contudo, temos que salientar, que o processo de precarização que estamos analisando nessa pesquisa ainda não tinha sido implementada no Brasil de forma forte e contínua em 1989, o que faz com que a CUT – PE em seu discurso, não trate das formas de precarização típicas do processo de reestruturação capitalista, que atingiu o Brasil na década de 90.

Entretanto, o ano de 1990 marcou uma ruptura no discurso cutista. A partir de então, o debate sobre precarização do trabalho passou a ser constante no discurso cutista. O que marcou essa ruptura foram as eleições presidenciais de 1989, que elegeram Fernando Collor de Melo que assumiu o governo em janeiro de 1990. Com o governo Collor, o Brasil passou a ser alvo do processo de reestruturação capitalista, através do projeto neoliberal implementado pelo governo. Diante disso, identificamos que, a partir de 1990, a precarização do trabalho, imposta pela reestruturação capitalista, ganhou terreno no Brasil, passando assim, a ser debatido nos fóruns cutistas.

Em 1990, podemos acompanhar que o discurso da CUT – PE relativo à precarização do trabalho, diferencia-se à formulação discursiva da CUT nacional feita em 1989. A partir do trecho a seguir, observamos como as causas que levarão a precarização do trabalho na década de 1990 estão presentes no discurso da CUT – PE e que remete ao discurso do empresariado, particularmente o financeiro e ao discurso neoliberal que predominava no quadro dos países do capitalismo central:

“Diante desse quadro, os capitais nacional e internacional tentarão impor uma transformação profunda na economia brasileira. Sua estratégia é racionalizar processos produtivos, reduzir a estrutura de custos de produção, privatizar empresas estatais rentáveis, diminuir os gastos do Estado com subsídios e pessoal, eliminar barreiras alfandegárias e a reserva de mercado

para dar livre curso para as importações, etc. Em poucas palavras, transformar a estrutura econômica brasileira para promover um novo salto, na concentração e na internacionalização do capital. (...) Aprofundando a associação entre capital nacional e internacional". (Resoluções do V Congresso Estadual da CUT – PE, de 1990, p. 9).

Analisando o trecho acima, notamos que o discurso da CUT – PE foi diferente do discurso da CUT nacional de 1989. Isso se deve muito à mudança no contexto onde os discursos foram formulados. Em 1989 temos um quadro de eleições nacionais e da não implementação, ainda, de um forte processo de reestruturação econômica, que levou ao contexto de precarização nos anos 1990. O que acompanhamos na década de 1990 e que estava presente no discurso cutista da época, é o início do processo de reestruturação do capitalismo, que acabou desenvolvendo uma gama de transformações que precarizaram o trabalho e a classe trabalhadora. Podemos observar que o discurso da CUT – PE, em 1990 já atentava para as transformações da economia nacional e internacional e do próprio processo produtivo. São essas mudanças que criaram as condições para a precarização do trabalho. Dessa forma o discurso da CUT – PE já atentava para as causas que provocariam a precarização do trabalho no Brasil durante os anos 1990.

Sem dúvida um dos documentos que melhor traçou o discurso da CUT – PE sobre o processo de precarização do trabalho foi na resolução do VI Congresso Estadual da CUT – PE, realizado em 1991. Este documento traça um perfil detalhado da precarização do trabalho em Pernambuco, desde as causas e as conseqüências, até os dados sobre o processo de precarização no Estado. Podemos acompanhar esse discurso da CUT – PE, observando a seguinte colocação:

“Essas mudanças tiveram duas características básicas. Por um lado, presenciamos a ofensiva conservadora representada pelo neoliberalismo, que foi a resposta das classes dominantes à crise dos anos 70 nos países centrais. O neoliberalismo busca redefinir as bases da acumulação através do ataque direto aos salários e as condições de trabalho e emprego, da restrição às

conquistas sindicais e sociais e do desmonte e privatização do Estado". (Resoluções do VI Congresso Estadual da CUT – PE, de 1991, p. 16).

Através da análise realizada do texto completo das Resoluções do VI Congresso Estadual da CUT – PE, assim como no documento que reflete sobre as condições no contexto de 1990, a CUT - PE já nomeia em seu discurso as causas que acabaram gerando a precarização do trabalho. Só que diferentemente do documento de 1990, o de 1991 levanta e condena as formas com que a precarização do trabalho veio atingir a classe trabalhadora. Nesse fragmento, a CUT – PE fez uma ligação direta entre o neoliberalismo e a precarização do trabalho. Dessa forma, identificamos que a Central sindical assumia, em seu discurso a idéia de que a precarização do trabalho imposta à classe trabalhadora estava estreitamente ligada à aplicação do modelo neoliberal de governo. Acompanhamos também, que a CUT – PE já observava que essa reestruturação capitalista estava provocando mudanças não apenas nas relações de trabalho no ambiente laboral, mas também em toda a estrutura do trabalho, desde o ambiente de trabalho até as leis e direitos trabalhistas. Sendo assim, concluímos que em 1991 a CUT – PE tinha a visão do contexto de transformações do mundo do trabalho.

A partir de 1992, percebemos que, no discurso da CUT – PE, o tema precarização do trabalho tornou-se uma constante. Analisando um documento intitulado, “Balanço 1992”, observamos que a CUT – PE trazia em sua formulação discursiva as principais causas de precarização e suas conseqüências. Nesse documento, compreendemos que a CUT – PE trazia em seu discurso as transformações econômicas e sociais, ocorridas no mundo do trabalho no início da década de 1990. Observando o fragmento a seguir, teremos uma melhor visão da nossa análise:

“Por último, se faz necessário enfocar o tratamento dado pelo Governo ao servidor público. Apesar das promessas feitas, reiteradas diversas vezes, de valorização do servidor, o que se verifica é exatamente o inverso. Arrocho salarial, falta de condições de trabalho, supressão de direitos adquiridos, são algumas das injustiças praticadas pela atual administração (Estadual). (Balanço 1992 da CUT – PE, p. 4)

Antes de debater o trecho acima, se faz necessário lembrar, que o discurso cutista em 1992, estava carregado de construções discursivas sobre o impeachment de Fernando Collor de Mello. Dessa forma, notamos que, a partir do processo que tirou Collor da presidência da República, a CUT – PE desenvolveu, no seu discurso, a de idéia mobilizar não só os trabalhadores sindicalizados, mas toda a sociedade civil. Podemos notar que essa prática discursiva foi influenciada pela conjuntura política, onde a CUT e diversos setores da sociedade civil se mobilizaram para retirar Collor do cargo de presidente. Porém, ao observarmos o discurso da CUT – PE na prática, veremos que essa intenção mobilizadora perde-se no transcorrer da década de 1990.

Ao observarmos o segmento acima, notamos que ao fazer a crítica ao Governo Estadual de 1992, a CUT – PE trazia no seu discurso o descaso do governo com o servidor público. Contudo, compreendemos que, ao realizar essa crítica, a CUT – PE trouxe em seu discurso uma situação de precarização, não apenas do servidor público, mas também a situação da maioria da classe trabalhadora. Ao levantar questões como: arrocho salarial, condições de trabalho ruins e supressão de direitos, a CUT – PE demonstrou estar ciente das transformações que estavam ocorrendo no mundo do trabalho, dos países capitalistas. Dessa forma, em 1992, a CUT – PE contemplava mudanças ocorridas nas relações de trabalho e, principalmente, o papel do Estado, na reestruturação econômica, na implementação do projeto neoliberal e na flexibilização das leis trabalhistas.

Em 1993, notamos que o discurso da CUT e de suas seções estaduais deram cada vez mais espaço para a questão da precarização do trabalho. O discurso cutista em 1993 tenta colocar uma lógica na cadeia de fatos que levaram a precarização do trabalho. Podemos exemplificar essa afirmação observando o seguinte trecho:

“A Plenária Nacional da CUT, ao analisar: a miséria e a fome agravadas dia a dia; a concentração de renda, riqueza e poder; o desemprego e o arrocho salarial; a inexistência de uma política agrícola; a revisão constitucional já, que tenta golpear os direitos dos trabalhadores conquistados em 1988; e a ameaça de um pacote econômico, com dolarização, decidiu deflagrar ampla mobilização visando engrossar os mais diversos setores da sociedade e unificar a luta contra a revisão constitucional”. (Resoluções da VI Plenária Nacional da CUT, realizada em 1993, p. 6).

Ao analisarmos o fragmento acima, notamos que a CUT tentou juntar em seu discurso as causas que reforçaram o processo de precarização do trabalho. Podemos compreender que a CUT levanta, em seu discurso, questões que se interligaram, gerando a precarização. Questões que são, desde as reformas neoliberais implementadas pelo governo, até a internacionalização do capital e das economias nacionais. Dessa forma, observamos que o discurso cutista em 1993 passou a ter uma visão mais completa sobre o processo de precarização do trabalho e, principalmente, de suas razões. Outra coisa que nos chama a atenção nesse trecho, e que foi visto pela primeira vez no fragmento analisado de 1992, é a construção do discurso cutista sobre precarização juntamente com a questão da perda dos direitos trabalhistas. Dessa maneira, notamos que a flexibilização dos direitos trabalhistas, ponto chave para o fortalecimento da precarização do trabalho, já começou a ser implementada pelo governo federal e governos estaduais, desde 1992. Sendo assim, a flexibilização, não só do trabalho, como também, dos direitos trabalhistas passaram a ingressar no discurso cutista sobre precarização.

Já em 1994, percebemos que o discurso da CUT – PE deu uma grande ênfase a precarização do trabalho no setor do funcionalismo público. Podemos observar essa afirmação, analisando o seguinte trecho:

“A Central intensificará as campanhas específicas junto aos trabalhadores e a sociedade em torno dos seguintes temas: política de geração de empregos na cidade e no campo; em defesa da reforma agrária; implementação do Contrato Coletivo de Trabalho e da Convenção de 87; contra a precarização e o desmantelamento dos serviços públicos; recuperação das políticas públicas sociais e revisão dos gastos e investimentos públicos”. (“A CUT e o ano de 1994, da CUT – PE, ps. 2 e 3).

Ao analisarmos esse documento, percebemos que está presente em seu discurso, o resultado das eleições presidenciais e estaduais de mesmo ano. Nessa documentação, foi uma constante a construção de posturas políticas que a Central sindical deveria tomar diante do início do governo de Fernando Henrique Cardoso, que segundo o discurso cutista, seria uma continuação do projeto neoliberal do governo anterior. Diante disso, a CUT - PE elaborou, em sua prática discursiva, políticas que tentariam barrar o projeto neoliberal e que traria consigo toda uma gama de precarização do trabalho.

Sendo assim, notamos que no fragmento discursivo acima a CUT – PE levantou além de todas as questões de garantia e condições de trabalho, a observação da precarização do funcionário público. Através desse trecho, chegamos a duas conclusões sobre o discurso cutista de 1994 com relação a precarização do trabalho: 1ª) a força que o setor de funcionários públicos tinha dentro da estrutura sindical da CUT – PE, já que em seu discurso, sobre precarização, a Central só aborda o funcionalismo público, “esquecendo” o restante da classe trabalhadora que também passou por esse caminho da precarização; 2ª) ao colocar a citação “contra a precarização e desmantelamento do serviço público”, a CUT – PE abordou um dos principais pilares da política neoliberal, que é o de desregulamentação estatal, em detrimento da iniciativa privada. Esse fator foi um dos

principais geradores de precarização do trabalho no setor público. Essa precarização se deu através da flexibilização do Estado brasileiro frente ao capital internacional. Diante disso, acompanhamos que essa precarização e desmantelamento que a CUT – PE se refere, foram as reformas que o Estado realizou para garantir a idéia de “Estado mínimo” do neoliberalismo. Reformas essas que foram desde privatizações de várias estatais, até a flexibilização de direitos trabalhistas. Elementos estes, fundamentais para precarização do trabalho.

O discurso cutista de 1995 foi enfático com relação à precarização do trabalho. Nos textos referentes a esse ano que compõe o nosso *corpus*, não só o termo “precarização do trabalho”, como suas causas, conseqüências e formas de exposição aparecem nitidamente. Ao analisarmos o trecho abaixo, percebemos o quanto a precarização do trabalho era uma constante no discurso cutista no mencionado ano:

“Em resumo, as inovações tecnológicas e o conjunto de métodos e técnicas de organização e gestão do processo produtivo vêm demarcados pela lógica da exclusão. Os custos sociais são cada vez mais amplos e evidentes no aumento do desemprego estrutural, atingindo, sobretudo os jovens e os velhos, no crescimento do emprego precário, na contratação de serviços e flexibilização do trabalho, no enfraquecimento do poder sindical”. (Resoluções da 7ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1995. p. 29).

Analisando o fragmento acima, notamos que a CUT retratou as novas formas de organização e relações do mundo do trabalho. Essas novas formas tem na sua formulação o sentido de exclusão social. Dessa forma, a CUT deixou claro que as novas formas de produção e organização do capital eram danosas para a sociedade. Ao observamos no momento discursivo, em que a CUT abordou as várias formas de trabalhos precarizados e a flexibilização do trabalho, foi colocado que todas essas novas características do mundo do trabalho prejudicavam não só a sociedade, como o movimento sindical.

Sendo assim, a CUT demonstrava compreender as transformações do mundo do trabalho e de como essas mudanças eram prejudiciais para o movimento sindical, uma vez que, era de extrema importância para a reestruturação capitalista o enfraquecimento do movimento sindical.

Ao analisarmos os dois trechos abaixo de 1996, percebemos que o discurso cutista sobre precarização do trabalho não mudou em relação ao construído em 1995:

“Ao mesmo tempo, é preciso que se diga que os problemas acarretados pela reestruturação produtiva não serão solucionados a contento nos marcos do sistema capitalista. A tendência objetiva desta reestruturação é produzir o desemprego em massa, além da precarização das relações de trabalho. E, embora possa e deva ter seus efeitos amenizados pela luta e resistência popular (indispensáveis), tal tendência não pode ser revertida enquanto subsistir a lógica que preside a acumulação do capital”. (Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1996. p. 38).

“Soma-se ainda que está mudando a composição do mercado de trabalho, crescendo todo tipo de empregos precários, tais como o trabalho sem carteira assinada, o trabalho autônomo no mercado informal, a contratação via cooperativas fantasmas, a mão-de-obra temporária e o trabalho em domicílio, além do trabalho infantil e escravo. São, em geral, manifestações da busca das empresas para reduzir custos e ganhar em competitividade internacional”. (Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1996. p. 41).

Observando os dois fragmentos, notamos momentos discursivos distintos da CUT sobre o processo de precarização do trabalho. No primeiro trecho, identificamos que a CUT fez uma ligação direta entre a reestruturação capitalista e precarização das relações trabalhistas. Além disso, percebemos também que a CUT construiu a idéia de que essa reestruturação e a precarização não seriam revertidas dentro da lógica do capitalismo. Dessa forma, compreendemos que a CUT assumiu uma postura de confronto frente ao sistema capitalista. Contudo, a partir de levantamentos de outras construções discursivas, do mesmo ano, que são retomados mais adiante, notamos que essa postura de anticapitalista não se adequou com a prática estabelecida pela CUT. O que podemos observar, e que está

exposto mais adiante, é que as propostas de intervenção da CUT foram muito mais no sentido de se adequar à lógica do capital do que combatê-lo.

No segundo fragmento, compreendemos que a CUT montou um discurso onde observamos as formas de trabalho na qual identificamos a precarização do trabalho. Outro aspecto que deve ser levantado, foi o atrelamento que a CUT fez entre a precarização do trabalho e as empresas. Nesse ponto, observamos que a compreensão que a CUT tinha do processo de precarização é uma consequência da reestruturação capitalista e da internacionalização do capital.

O tema precarização do trabalho foi, também, uma constante na documentação de 1997. Em parte do texto, constatamos a importância do debate da reestruturação capitalista e as suas principais consequências, entre elas, a precarização do trabalho. Percebemos esse fato ao observarmos o seguinte fragmento:

“No Brasil de 1997, as classes dominantes procuram reformar por dentro o modelo econômico, mudando para radicalizar a exploração capitalista. Vivemos no plano econômico, um tempo de abertura indiscriminada da economia, de descentralização da produção industrial, de retorno do investimento estrangeiro, e de reestruturação das empresas – com a introdução de novas tecnologias e processos de organização da produção. No plano político, a palavra de ordem é a volta aos princípios básicos do capitalismo, flexibilizando e precarizando o trabalho, desregulando a economia, privatizando as empresas estatais, e reduzindo os direitos conquistados pelas classes trabalhadoras”. (Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT, em 1997, p. 38).

Quando analisamos o trecho acima, notamos que a CUT busca nomear as causas que levaram e ajudaram a manter a reestruturação capitalista e a precarização do trabalho. Identificamos que a construção do discurso cutista baseou-se em três principais aspectos, que são: 1) as transformações econômicas que acabaram aprofundando a internacionalização da economia brasileira; 2) a implementação de novas formas de produção e controle dessa; 3) as reformas políticas realizadas pelo governo federal, que

ajudaram o fortalecimento da precarização do trabalho, no território brasileiro. A partir da identificação desses aspectos, no fragmento acima, percebemos de como a CUT compreendia as causas e os caminhos que levaram o Brasil a entrar no processo de reestruturação do capitalismo e conseqüentemente da precarização do trabalho.

Com relação ao ano de 1998, identificamos que o discurso cutista continuou tendo como principal pano de fundo a reestruturação capitalista e seus efeitos, entre eles a precarização do trabalho. A documentação que analisamos para 1998 foi construída no início de 1999. Porém, esse material faz uma retrospectiva do ano de 1998 no estado de Pernambuco, abordando questões políticas e econômicas importantes. Sendo assim, o consideramos ideal para realizarmos nossa análise de 1998.

Como foi dito anteriormente, o discurso cutista sobre a precarização do trabalho, continuou constante em 1998. A partir do trecho abaixo, analisaremos como a temática da precarização foi debatida pela CUT – PE em 1998:

“E mesmo diante do evidente fracasso da venda do patrimônio público para estancar o crescimento da dívida interna e externa e das políticas de eliminação de direitos sociais e trabalhistas, o governo sob o monitoramento do FMI já está especulando ampliar o programa de privatizações (vendendo a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a CHESF), impor um novo ajuste fiscal e reduzir custos trabalhistas e direitos históricos dos trabalhadores”. (“Carta de Pernambuco: a chama da esperança em defesa do Brasil”, assinada pela CUT – PE.).

Observando o fragmento acima, interpretamos que a CUT – PE manteve a mesma lógica discursiva que a CUT nacional desenvolvia em 1997. Analisando o texto, notamos que a CUT – PE em seu discurso relaciona o governo federal e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ligando dessa forma, as políticas nacionais ao capital internacional. Observamos também que, no início do fragmento a CUT – PE apontou para um fracasso das políticas neoliberais implementadas no Brasil. Pela primeira vez, nos documentos

analisados, identificamos a tentativa de dizer que o neoliberalismo estava fracassado. Acreditamos que essa mudança discursiva deve-se ao ano eleitoral de 1998, no qual tivemos eleições presidenciais. Dessa forma, a CUT – PE evidencia o fracasso do governo do presidente Fernando Henrique, uma vez que foi nesse governo do dito presidente que tivemos todas as implementações colocadas no discurso cutista acima. Além disso, afirma-se que o governo insiste em desenvolver a política que mostrou-se fracassada.

A CUT – PE atentava para novas deliberações do governo federal que iam de acordo com a pauta neoliberal do FMI e que iram, além de privatizar outras estatais, como o Banco do Brasil, promover novas transformações nas relações de trabalho, que aumentariam a precarização do trabalho no Brasil.

No ano de 1999, percebemos que o discurso da CUT e de suas seções estaduais, continuavam tendo como ponto principal, nas suas pautas de debate, a reestruturação capitalista e a precarização do trabalho. A partir do fragmento a seguir podemos observar melhor essa orientação:

“Enfrentamos mudanças no mundo do trabalho que desafiam nossa capacidade de organização e mobilização, amarrados por uma legislação que tolhe a liberdade e a autonomia sindicais e impede o direito de livre negociação no setor público e privado. A terceirização, os novos métodos de produção e gestão, as novas formas de articulação da produção das empresas (empresas-rede), a desconcentração industrial no Brasil, a diminuição do emprego no setor industrial, o crescimento do setor de serviços, a precarização das relações de trabalho e do Estatuto do assalariamento, entre outras mudanças, vêm determinando a diminuição do número de trabalhadores representados pelos nossos sindicatos”. (Resoluções da 9º Plenária Nacional da CUT, realizada em 1999. p.24).

Ao analisarmos o trecho anterior, notamos que a estrutura discursiva que a CUT e suas seções estaduais construíram para relatar as transformações no mundo do trabalho continuaram iguais as construções discursivas analisadas no ano de 1998. A CUT, assim

como em 1998, atrelou as políticas legislativas do Estado às políticas neoliberais desenvolvidas pelo grande capital internacional. O discurso cutista expôs diversas mudanças que aconteceram nas relações de trabalho, desde o setor industrial, até outros setores, como o de serviços, elencando, assim, uma boa parte da esfera das transformações do mundo do trabalho, que a abaram gerando a precarização do trabalho. No discurso cutista sobre a precarização do trabalho, também observamos a ligação entre esse processo de reestruturação capitalista e precarização do trabalho, com a diminuição dos sindicalizados e a dificuldade de mobilização diante dessa nova conjuntura apresentada.

4.2- Fragmentação

Ao analisarmos a documentação a partir do tema fragmentação, observamos como a CUT – PE relacionou a precarização do trabalho, levando em consideração a fragmentação, decorrente das mudanças provocadas pela orientação da política a partir de 1989 e as conseqüências para classe social que ela representa. Dessa forma, abordamos nesse eixo a visão da CUT – PE sobre a fragmentação da classe trabalhadora diante da reestruturação do capitalismo.

Podemos perceber o discurso da CUT – PE com relação ao processo de fragmentação da classe trabalhadora, analisando o seguinte trecho:

“Hoje, as eleições presidenciais ocorrem em um país muito diferente. Não só pelas modificações em sua economia. Surgiram novos agentes sociais identificados com a luta dos trabalhadores, decompôs-se a maioria dos mecanismos de representação e de união dos diferentes setores da classe dominante”. (Resoluções da Plenária Nacional da CUT de 1989, p. 2).

A partir desse trecho, podemos notar que a CUT e suas seções estaduais traziam em seu discurso em 1989 à visão de que a sociedade estava mudando, mas não podemos

identificar uma mudança das referências para elaborar tal discurso, daquela presente na década de 1980. Podemos perceber na construção discursiva acima e que foi constante no discurso da CUT em 1989, o tema da eleição. O processo eleitoral de 1989 serviu de norte para a formação discursiva da Central sindical. Acompanhamos que toda a contextualização construída no discurso cutista em 1989 trouxe como base as eleições daquele ano. Dando continuidade, analisaremos o seguinte trecho extraído do fragmento anterior: “*Surgiram novos agentes sociais identificados com a luta dos trabalhadores*”. Ao observar esse extrato, compreendemos que a CUT e as suas seções estaduais, tinham a visão de que, durante as transformações sociais sofridas no Brasil na década de 1980, principalmente, a redemocratização, na qual, a CUT teve um papel fundamental na organização da sociedade civil, passaram a surgir novos atores sociais. Temos que ter a clareza de quem foram esses novos atores sociais trazidos nos discursos cutistas. Acreditamos que esses agentes sociais também eram trabalhadores. Porém ao analisarmos o trecho final, “*identificados com a luta dos trabalhadores*”, podemos perceber que a CUT não os considerava como integrantes da classe trabalhadora. Diante disso podemos achar as seguintes observações sobre o discurso da CUT e das suas seções estaduais, no que diz respeito à fragmentação trazida pela reestruturação capitalista. A primeira observação foi que a CUT trazia em seu discurso a percepção de que a classe trabalhadora é composta pelos trabalhadores do setor de produção, ou seja, a classe operária. Concepção teórica que marcou o Movimento sindical durante o século XX. Porém ao abordarmos isso, consideramos que a CUT – PE tem em seu discurso, uma vez que assinou e participou da construção dessas resoluções de 1989 que estamos analisando, uma grande influência do discurso da CUT nacional. Percebermos que a CUT nacional, por sua vez, representa em seu discurso um contexto social, econômico do eixo Sul e Sudeste. Sendo assim, ao concordar com o discurso que, a classe

trabalhadora era constituída pelos trabalhadores do setor de produção, a CUT – PE não tem a percepção de quem faz parte da base sindical no estado de Pernambuco. Pois, o setor operário nunca teve uma grande expressão dentro da CUT – PE, uma vez que o Estado de Pernambuco nunca foi caracterizado por se um estado industrializado. Outro fator que identificamos no discurso cutista com relação à fragmentação foi a tentativa do movimento sindical dar uma resposta a crise pela qual ele ia passar diante da, já notável, queda do leste europeu e do socialismo real.

Podemos observar também nesse fragmento e que foi constante no discurso da CUT em 1989, o atrelamento das mudanças e surgimento de novos atores sociais às transformações econômicas ocorridas nas décadas anteriores. Sendo assim a CUT e suas seções estaduais começam a construir em seus discursos, a idéia de que as mudanças ocorridas na economia nacional acabaram modificando a sociedade. Certamente essa lógica discursiva recebeu profunda influência do contexto em que foi elaborada. Fazemos essa afirmação ao analisarmos que no Brasil de 1989 já se tem início, mesmo que de forma superficial e lenta, o processo de reestruturação do capital, uma vez que, já existiam algumas indústrias que começaram a mudar sua lógica de organização e produção, adequando-se a padrões e técnicas como o toyotismo. E em Pernambuco, devemos destacar o início do desenvolvimento do setor de serviços, que teve seu pico de crescimento na década de 90. Dessa forma, percebemos que o contexto social, no qual foi construído o discurso da CUT – PE, já estava, mesmo que de forma inicial, marcado pelas transformações econômicas, salientado o setor industrial e de serviços.

A partir do trecho a seguir, compreendemos que o discurso da CUT – PE em 1990, permaneceu igual ao discurso da CUT nacional de 1989, com relação à fragmentação imposta ao movimento sindical e a classe trabalhadora, através da reestruturação capitalista:

“Avançar na elaboração de uma plataforma dos trabalhadores, acompanhada de uma crítica ao capitalismo além de explicitar a questão da unidade de classe (da auto-organização), seja na fábrica, na empresa, seja em formas superiores, que seriam os conselhos populares. Estes referenciais, tanto a elevação do nível de consciência das massas, quanto a unidade de classe, devem ter igual peso ao que teve no período anterior, à questão da independência de classe. Nessas condições poderemos construir uma polarização com a burguesia aos moldes daquela construída no período anterior, contra a ditadura militar”. (Resoluções do V Congresso Estadual da CUT – PE, de 1990, p. 10).

Como podemos acompanhar, o discurso da CUT – PE, com relação à fragmentação da classe trabalhadora como conseqüência da reestruturação do capital, continua o mesmo que a CUT nacional produziu em 1989. Para fazer essa afirmação, identificamos na resolução do Congresso Estadual da CUT – PE, uma lógica discursiva que desenvolveu a idéia de que a classe trabalhadora na verdade é apenas formada pelos trabalhadores do setor industrial, ou seja, a classe operária. A CUT – PE não entendia como classe trabalhadora toda a gama de trabalhadores que se encontravam em outros setores e categorias funcionais. Observamos essa postura discursiva, quando a CUT – PE afirmou que era necessário construir a unidade de classe dentro das fábricas e empresas. E no momento em que a CUT – PE explana sobre o restante da sociedade, esta usa o termo “formas superiores” de organização, que seria a classe trabalhadora (operária, dentro do discurso cutista), se organizando juntamente com os novos agentes sociais. Agentes esses que a CUT nacional trata no seu discurso de 1989. De fato, podemos dizer que a CUT – PE em 1990, ainda não tinha, em seu discurso, a visão de que a classe trabalhadora, com todo o processo de reestruturação do capitalismo e precarização do trabalho, iria sofrer grandes transformações e fragmentações.

No ano de 1991, notamos que o discurso sobre fragmentação imposta pela reestruturação capitalista à classe trabalhadora e ao movimento sindical continuou o mesmo

do que o realizado pela CUT – PE no ano de 1990. Em seu discurso a CUT – PE reconheceu o surgimento de novos atores sociais, porém, em nenhum momento a Central estadual fez a ligação entre esses novos atores sociais e a precarização do trabalho.

Contudo o que percebemos, no trecho abaixo, é que o discurso da CUT – PE em 1991, tentou diferenciar-se da Força Sindical:

“Collor vem governando por meio de medidas provisórias e de pacotes, confrontando o Congresso, a sociedade civil e o movimento social, ao mesmo tempo em que busca viabilizar uma alternativa pelega no campo sindical, a partir do sindicalismo de negócios, através da Força Sindical do arqui-pelego Luiz Antônio Medeiros”. (Resoluções do VI Congresso Estadual da CUT – PE, de 1991, p. 22).

Para analisarmos esse trecho acima, temos que ter em mente que a fragmentação que ocorreu com a classe trabalhadora devido às transformações do capitalismo no final do século XX, também afetou os sindicatos e as suas centrais sindicais. Acompanhamos essa fragmentação do movimento sindical, principalmente na queda de sindicalizados na década de 1990. Dessa forma, a luta por espaço representativo na sociedade passou a ser muito importante para as centrais sindicais. Sendo assim, compreendemos o fragmento acima como sendo uma tentativa de passar para a sociedade a idéia de que a Força Sindical representava os interesses do governo Collor, que estava bastante impopular em 1991. Utilizando-se dessa prática discursiva a CUT – PE passou para os leitores a idéia de que a única central sindical que ia contra o processo neoliberal imposto pelo governo Collor era a CUT. Concluimos então que o discurso da CUT – PE em 1991, tentou viabilizar espaço político dentro dos movimentos sociais, como sendo a única central sindical que era contra o processo de reestruturação capitalista e a precarização do trabalho. Fica evidente também a disputa entre as centrais e o confronto de estratégias e visões sobre a sua presença no quadro político nacional.

Em 1992 percebemos que a CUT – PE não trazia em seu discurso uma visão sobre a fragmentação que a classe trabalhadora sofreu em decorrência das transformações do mundo do trabalho na década de 1990. Em vários momentos encontramos colocações que revelam as condições da classe trabalhadora, porém, não encontramos citações que nos levassem a identificar a fragmentação da classe trabalhadora como parte do seu discurso.

Antes de fazermos a análise do ano de 1992, faz-se necessário debater, nesse momento, a crise de representatividade pela qual passava o movimento sindical durante os anos de 1990. Juntamente com a reestruturação capitalista, observamos também a tentativa do grande capital de enfraquecer o movimento sindical. Percebemos que durante a década de 1990 o movimento sindical foi duramente abalado pelas transformações do capitalismo. Identificamos que essa crise de representatividade do sindicalismo tem cinco motivos principais, que são: 1) a queda no número de sindicalizados, devido a diminuição dos trabalhadores em setores que faziam parte da base do movimento sindical, como por exemplo o setor industrial. Concomitantemente a isso, observamos o surgimento de novas categorias de trabalhadores, cujo seus funcionários não eram sindicalizados; 2) outro motivo que alargou a crise de representatividade foi o fato do movimento sindical não ter tido uma política sindical que integrasse essa nova categoria de trabalhadores às bases sindicais; 3) a pressão das grandes empresas para que seus funcionários não se sindicalizem; 4) transferência das empresas dos centros com maior tradição de luta sindical para novas áreas de custo menor e apoio, através dos incentivos dos governos locais; 5) modernização da produção. A partir desses fatores, notamos uma queda no número de sindicalizados, o que gerou uma concorrência entre as Centrais sindicais para disputar essas novas categorias de trabalhadores. Dessa forma, as Centrais sindicais entraram na década de 1990 em uma crise de representatividade.

O que encontramos no ano de 1992 foi o reforço discursivo da CUT – PE, no que diz respeito à fragmentação do próprio movimento sindical. Observamos que a partir da auto-afirmação, a CUT – PE tentou dar uma resposta à crise de representatividade que estava passando no ano citado. A partir do fragmento abaixo podemos justificar nossa interpretação:

“Neste movimento conseguimos construir uma ampla unidade com os mais diversos setores da sociedade, tivemos iniciativas importantes no que se refere a mobilização, organização e a garantia quanto a autonomia do movimento frente aos partidos políticos”. (“Balanço 1992” da CUT – PE, p. 1).

O discurso da CUT – PE, em 1992, foi marcado pela tentativa da Central sindical reforçar a prática discursiva de 1991, na qual colocava a CUT – PE como sendo a referência sindical para a organização da sociedade. Dessa forma, notamos no discurso cutista de 1992, a intenção de tentar sair da crise de representatividade que atingiu o movimento sindical. Crise essa, marcada pela queda do número de sindicalizados, que é uma consequência do processo de precarização do trabalho e, do ataque imposto pelo capital às instituições que representavam os trabalhadores. Diante disso, a CUT – PE passou a “competir” com outras centrais sindicais, denominadamente a Força Sindical, por espaço de representação política na sociedade.

Dessa forma, a CUT – PE, em 1992, tentou, através do seu discurso, passar para a sociedade e seus sindicalizados a idéia de que a CUT era a única central sindical capaz de organizar e mobilizar a sociedade de forma independente de qualquer partido político. Nesse ponto a CUT – PE faz uma menção direta a Força Sindical e a sua ligação com partidos da ala conservadora da política nacional. Porém o que vamos perceber na prática, é que essa independência que a CUT – PE tanto colocava com relação aos partidos políticos, com o passar dos anos vai perdendo espaço. A CUT foi, cada vez mais, na década de 1990

se tornando uma espécie de “braço” sindical do Partido dos Trabalhadores, perdendo assim sua “tão falada” independência e ocorrendo, dessa forma, uma institucionalização da CUT – PE via processos eleitorais.

A prática discursiva sobre fragmentação construída pela CUT – PE em 1993, também teve a mesma marca de 1992, só que com uma grande ênfase na organização dos sindicatos do setor rural. A partir do trecho a seguir poderemos observar essa afirmação:

“A 6ª Plenária entendeu que, para fortalecer a luta no campo, é de fundamental importância a filiação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e seus sindicatos à CUT. Nesse sentido, a CUT vai se preparar para garantir a unidade e elaborar um plano de ação para disputar e filiar sindicatos e federações”. (Resoluções da 6ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1993, p. 5).

Observando o fragmento acima, notamos que o discurso cutista de 1993 parte para a disputa direta com outras centrais sindicais, no que diz respeito à filiação de sindicatos rurais à sua estrutura sindical. Na documentação analisada não está presente a preocupação ou interesse na organização dos trabalhadores fragmentados e precarizados pela reestruturação capitalista. Interpretamos, dessa forma, que a CUT em 1993 não desenvolveu em seu discurso nenhuma preocupação com a fragmentação da classe trabalhadora. O que é visível é o interesse da CUT em competir e garantir um número maior de sindicatos filiados à ela. Como o trecho acima demonstra muito bem, a CUT estava tentando sair da crise de representatividade falada anteriormente, via a integração do setor rural

O ano de 1994 foi marcado por uma postura da CUT – PE que, de certa forma, se assemelha aos anos anteriores. Em seu discurso, a Central sindical tentou passar a idéia de que ela era uma central independente de governos e partidos políticos. Podemos

acompanhar, a partir do trecho abaixo, esse aspecto e outras características do discurso cutista nesse ano:

“A CUT é uma entidade representante dos trabalhadores e enquanto Central Sindical é pelos seus princípios independente de qualquer governo, partido político e patrões. E é esta relação de independência que a CUT mantém e preserva, para que, sem nenhuma vinculação, defender os interesses dos trabalhadores que representa”. (“A CUT e o ano de 1994” da CUT – PE, p. 4).

Ao analisarmos o fragmento acima, identificamos que o discurso cutista, tentava ainda dar uma resposta à crise de representatividade vivida pelo movimento sindical. Quando a CUT – PE afirmou que é uma central sindical que representa os trabalhadores, e que é independente de governos e partidos políticos, a CUT – PE tentou passar em seu discurso a idéia de que ela é uma central sindical diferente das demais, como a Força Sindical, por exemplo. Acreditamos que ao reforçar a idéia de representação e independência, a CUT – PE esperava passar para a sociedade a mensagem de que era a CUT a única representante da classe trabalhadora, devido a sua independência das demais instituições políticas. Com isso, a CUT – PE tinha, em sua intenção discursiva, o anseio de disputar o conceito de Central sindical independente e representativa para que, dessa forma, a CUT conseguisse sair da crise de representatividade.

Outro fator que nos chama atenção, nesse trecho discursivo, é o momento que a CUT – PE afirma defender os interesses dos trabalhadores ligados à Central sindical. Ao fazer tal afirmação, percebemos que a CUT – PE, no transcorrer da década de 1990 e da fragmentação da classe trabalhadora imposta pela reestruturação capitalista, a idéia de defender apenas os direitos dos trabalhadores filiados à CUT. Sendo assim, notamos que no ano de 1994, a CUT – PE aumentou a distância entre os trabalhadores filiados à CUT – PE e a nova gama de trabalhadores que surgiu com a reestruturação capitalista. Segundo

Ricardo Antunes, essa postura da CUT vai favorecer um aumento do “fosso” entre os trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, entre trabalhadores formais e informais. Dessa forma, surge uma espécie de neocorporativismo entre os trabalhadores sindicalizados. Com isso, a CUT – PE em seu discurso, passou a reafirmar e fortalecer o processo de fragmentação da classe trabalhadora.

Em 1995, pela primeira vez, na documentação analisada, a CUT reconhece a crise de representatividade pela qual passava o movimento sindical. No trecho abaixo de 1995, observamos claramente essa afirmação:

As conseqüências desse quadro, para o movimento sindical, são a pulverização dos sindicatos e a baixa representatividade enquanto classe. É claro que mudar essa realidade não é tarefa exclusiva do movimento sindical, mas, sem sombra de dúvida, cabe-nos uma parcela importante nesse processo. (Resoluções da 7ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1995. p. 7).

Ao observarmos a documentação de 1995, notamos que durante boa parte de sua elaboração a CUT expôs a dificuldade que o movimento sindical teve com a queda no número de sindicalizados. Durante os anos anteriores, identificamos que a CUT não fazia “vistas grossas” com essa queda de sindicalizados, porém nunca reconheceu, na documentação analisada, que essa queda se tratava de uma crise de representatividade.

O que temos, no fragmento acima, trata-se de uma construção discursiva na qual a CUT procurou abordar e atrelar o quadro de reestruturação capitalista com o processo de fragmentação da classe trabalhadora, juntamente com a crise de representatividade do movimento sindical.

Na documentação de 1995, porém, não encontramos nenhum relato com relação à fragmentação, a metamorfose sofrida pela classe trabalhadora diante da reestruturação

capitalista. Esse fato nos faz pensar que a CUT ainda não compreendia a relação entre fragmentação da classe trabalhadora e a crise de representatividade do movimento sindical.

Contudo o ano de 1996 trouxe grandes mudanças no discurso cutista com relação a fragmentação. No trecho a seguir podemos analisar melhor quais foram essas transformações discursivas:

“Em termos gerais, constituem-se num forte desafio ao movimento sindical quanto à sua capacidade para representar aos trabalhadores no novo cenário, seja porque alguns “métodos participativos” buscam excluir os sindicatos, seja porque no novo cenário coexistem trabalhadores dentro das “ilhas de excelência” com uma maioria de terceirizados, em regimes de contratação precários, desempregados etc. Isto é, uma grande diversidade dentro da classe trabalhadora”. (Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1996. p. 43).

Ao observar o fragmento acima, notamos que a principal mudança discursiva, com relação à fragmentação sofrida pela classe trabalhadora, foi o reconhecimento e o atrelamento dessa fragmentação à crise de representatividade do movimento sindical. Acreditamos que essa mudança discursiva, apresentada pela CUT em 1996, deve-se ao contexto político brasileiro. Em 1996 o governo federal passou a aplicar, de forma muito mais ferrenha, a pauta da reestruturação capitalista, que tinha no projeto neoliberal seu modelo. O ano de 1996 foi marcado pelo desmantelamento do Estado através das conhecidas privatizações. Foi nesse mesmo ano, que houve um aprofundamento da implementação das reformas neoliberais, que tinham como objetivo desgastar cada vez mais os direitos trabalhistas, tidos como um dos principais fatores do custo Brasil, para continuar um processo constante de fragmentação.

Dessa forma, ao analisarmos o trecho acima, verificamos que a CUT busca relacionar a fragmentação da classe trabalhadora e a dificuldade do movimento sindical em representar essa nova, diversificada e precarizada classe.

O ano de 1997 marcou uma continuidade, do discurso cutista de 1996. A CUT abordou, nos documentos de 1997, de como as transformações do mundo do trabalho contribuíram para a crise de representatividade do movimento sindical. A partir do texto abaixo acompanhamos como o discurso cutista de 1997 assemelha-se ao de 1996, no que diz respeito à fragmentação da classe trabalhadora e do movimento sindical:

“Além disso, as rápidas mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho também estão acelerando a pulverização dos sindicatos. Se esta situação já está desencadeando a fragmentação da organização sindical, as políticas neoliberais diminuem a representatividade dos sindicatos, pois tem provocado aumento da economia informal, a criação de cooperativas de mão-de-obra e a terceirização na produção privada e na esfera pública”. (Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT, em 1997, p. 32).

É interessante observarmos, no texto acima, que, além da ligação entre a crise do movimento sindical e a fragmentação da classe trabalhadora, se faz uma relação entre as transformações econômicas e as políticas neoliberais do governo brasileiro. Identificamos que, ao citar as “mudanças no mundo trabalho”, a CUT abordou as transformações ocorridas nas relações trabalhistas vindas com a reestruturação do capital e faz uma ligação desse processo à crise do movimento sindical. Outro aspecto que analisamos foi a tentativa da CUT em construir uma ligação entre as políticas neoliberais e a diminuição da representatividade dos sindicatos. Para isso, a CUT acusou as políticas neoliberais, implementadas pelo governo, de provocar um aumento da economia informal e de categorias de trabalho que acabam gerando trabalhadores precarizados, sem representação sindical. Dessa forma, compreendemos que a CUT via nos fatores externos as razões que acabaram gerando a fragmentação da classe trabalhadora e do movimento sindical. Porém não encontramos, nos documentos analisados, os fatores internos que contribuíram para o fortalecimento dessa crise do sindicalismo. Em nenhum momento achamos no discurso

cutista, uma auto-avaliação de sua política interna. Política esta que contribuiu para o aumento do fosso entre os trabalhadores sindicalizados e os não representados pela Central, através de práticas políticas que só garantiam a luta por benefícios para os trabalhadores sindicalizados.

O discurso da CUT – PE em 1998, sobre fragmentação, tentou mais uma vez, através da auto-afirmação, dar uma resposta à crise de representatividade que abalou o movimento sindical na década de 1990. A partir do trecho abaixo podemos observar essa afirmação:

“Em inúmeras oportunidades, entidades representativas de nossa sociedade, como a CUT, MST, CNBB, UNE, CGT, CMP, de mulheres, de negros, entre outras, que subscrevem este documento, bem como os partidos de oposição, chamaram a atenção do governo sobre as fragilidade da política econômica e de seus impactos sobre a estrutura produtiva nacional e o emprego”. (“Carta de Pernambuco: a chama da esperança em defesa do Brasil”, assinada pela CUT – PE.).

Há aqui um recurso de legitimação da posição da CUT – PE em que busca uma identificação entre sua posição e um conjunto de entidades, movimentos e partidos num alinhamento de oposição à política econômica. Compreendemos que, nessa construção discursiva, houve uma necessidade da CUT – PE se auto-afirmar enquanto entidade representativa, pois como sabemos, o movimento sindical estava sobre uma forte crise de representatividade e que não é voz isolada no conjunto da sociedade. Dessa forma, acreditamos que a CUT – PE tinha a intenção de passar em seu discurso a idéia de que estava formando com outras entidades, uma espécie de bloco de oposição ao governo e que, esse bloco representava amplamente a sociedade. Sendo assim, a CUT – PE construiu a imagem de que era uma entidade forte, representativa e aglutinadora, e que estava longe de qualquer crise de representatividade ou processo de fragmentação. Outro fato que reforça esse discurso cutista foi o ano a que ele se refere. O ano de 1998 foi um ano de eleições

presidenciais e estaduais. Dessa forma, era necessário para CUT – PE montar um discurso que salientasse que os movimentos sociais, entre eles o sindical, estavam fortes e representativos, para combater eleitoralmente o projeto neoliberal de governo.

Já com relação ao discurso da CUT em 1999, introduz-se mudanças em relação ao discurso de 1998. A partir do trecho abaixo identificaremos melhor essa alteração discursiva:

“Os trabalhadores da chamada economia informal representam um importante desafio em nossos debates de organização sindical. Esses trabalhadores, que constituem mais da metade da mão-de-obra, são fruto do processo de desregulamentação das relações de trabalho nos mais diferentes setores da economia. Sua organização, portanto, é tarefa das estruturas vertical e horizontal da CUT, em particular das organizações por ramo de atividade, nos quais esses trabalhadores exercem suas atividades”. (Resoluções da 9ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1999. p. 32).

Pela primeira vez o discurso cutista, dentro da documentação analisada, assumia a responsabilidade de organizar os novos ramos de atividade surgidos do processo de reestruturação capitalista, entre eles os desenvolvidos na economia informal. Ao analisarmos a construção discursiva acima, notamos que a CUT fez uma ligação entre o processo de precarização de trabalho, através da exposição das várias formas de trabalhos precários, com o processo de fragmentação da classe trabalhadora e do movimento sindical. Dessa forma, a CUT assumiu que a precarização do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora e do sindicalismo são acontecimentos simultâneos e que influenciam um ao outro. Sendo assim, verificamos a visão de que a CUT, mesmo que de forma tardia, tinha que ser responsável pela organização dessa nova e precarizada classe trabalhadora e que, só assumindo esse novo papel, o movimento sindical poderia aglutinar essa fragmentada classe trabalhadora, amenizando assim, a crise de representatividade do movimento sindical. Porém, como foi dito, esse discurso foi assumido tardiamente pela CUT em suas

seções estaduais. Tarde pelo fato de ter demorado quase toda a década de 1990 para perceber, ou se deixar perceber, que o processo de reestruturação capitalista ajudou também a criar uma grande crise no movimento sindical. Tarde também, pelo fato da CUT e de suas seções estaduais “não terem notado” a necessidade de organizar políticas sindicais para as novas categorias de trabalho e de trabalhadores surgidas das transformações do capitalismo.

4.3- Políticas de intervenção

Diante do quadro exposto nos dois primeiros eixos temáticos, temos uma visão de como a CUT – PE construiu seu discurso sobre a questão da precarização do trabalho no período de 1989 até 1999. Nesse eixo temático, analisamos as medidas de intervenção que a CUT – PE elaborou para dar uma resposta a esse novo contexto do mundo do trabalho. Sendo assim, analisamos o discurso da CUT – PE durante esses dez anos, para esclarecer quais foram as saídas encontradas pela CUT perante essas transformações do mundo trabalho.

Através dos trechos a seguir, podemos ver como o discurso da CUT - PE era formulado, no que diz respeito à política de intervenções em 1989. O fragmento a seguir foi retirado das resoluções da Plenária Nacional da CUT de 1989, e diz respeito às reivindicações e bandeiras de luta que foram levantadas e defendidas pelas seções estaduais:

“Não à inflação, em defesa do salário e do emprego:

- *Reajuste mensal integral para salários, aposentadorias e pensões – escala móvel de salários.*
- *Estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho para 40 horas.*

Defesa das políticas sociais:

- *Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores.*

- *Pela desprivatização do Estado, com investimentos prioritários para saúde, educação, alimentação, moradia, transporte e valorização do serviço público.*

Defesa da vida, das liberdades democráticas e organizativas:

- *Liberdade e autonomia sindical, revogação imediata da lei de greve.*
- *Lutar pela garantia da organização e estabilidade dos representantes dos trabalhadores desde o local de trabalho até as organizações sindicais (sindicatos, Central)”. (Resoluções da Plenária Nacional da CUT de 1989, ps. 11, 12 e 13).*

Analisando essas formulações observamos três pontos, que são: 1) defesa do salário e do emprego; 2) defesa das políticas sociais; 3) defesa da vida, das liberdades democráticas e organizativas. Diante destes pontos, notamos que a lógica discursiva sobre a intervenção política da CUT segue uma conexão. No primeiro ponto, a Central levantou questões que diziam respeito ao trabalho e às condições de sobrevivência do trabalhador. No segundo momento, o discurso mudou o foco e passou a desenvolver questionamentos sobre o governo. No terceiro momento o discurso aborda a questão sindical e a questão governamental. Para melhor expor essas propostas de intervenção política da CUT, debatemos inicialmente esses pontos em separado para depois juntá-los dentro do discurso cutista.

Antes de analisar o trecho acima, temos que lembrar que uma intervenção ocorre diante de uma realidade que se propõe mudar. Sendo assim, as propostas levantadas pela CUT são feitas diante de uma realidade que não atendiam os pontos reivindicados.

No primeiro ponto temos duas reivindicações que dizem respeito direto às condições de trabalho e sobrevivência dos trabalhadores. Na primeira proposta de intervenção vemos uma preocupação maior da CUT com relação ao salário dos trabalhadores. Observamos nesse ponto, preocupação da CUT e de suas seções estaduais com a questão do desemprego, uma constante nas formulações da CUT. Na segunda

reivindicação, observamos uma proposta de redução da jornada de trabalho, sendo garantida também a sua estabilidade. Diante desse aspecto podemos analisar que o discurso cutista em 1989 também levantava e tentava intervir em questões que diziam respeito à condição do trabalhador, a jornada de trabalho e a estabilidade do emprego. Dessa forma, expõe-se a influência do contexto no qual foi construído o documento analisado. Em 1989 os trabalhadores não tinham, como não têm até hoje, a garantia de estabilidade no emprego, tinham uma carga horária semanal desgastante. Esse contexto acabou gerando uma grande influência no discurso da CUT. Fora isso, ainda podemos acompanhar no discurso cutista uma preocupação com a situação do trabalhador, seja pela questão do salário, seja pela falta de estabilidade e alta jornada de trabalho.

No segundo ponto de propostas de intervenções políticas da CUT, analisamos que esse discurso baseava-se sob dois principais setores, que são: o público e o privado. Na primeira proposta podemos identificar uma matriz discursiva marxista. Ao propor a estatização do sistema financeiro e este ficar sob o controle dos trabalhadores, a CUT mostrava toda a influência que a teoria marxista tinha sobre a CUT. Através desse discurso a CUT tentava também dar uma resposta à crise que o socialismo vivia em nível mundial, ao colocar que o movimento sindical cutista ainda vivia sob preceitos socialistas, pois ao apoiar a estatização do sistema financeiro a CUT assumia a teoria socialista. Na segunda proposta, acompanhamos que o discurso cutista em 1989 propunha uma intervenção direta no Estado. Observamos também que, ao utilizar o termo “desprivatização”, a CUT partiu do princípio que o Estado já está em processo de privatização, privatização esta que foi duramente sentida na década de 1990, mas que já vemos presente no discurso cutista de 1989. Seguindo este ponto, percebemos também que o discurso da CUT foi construído em 1989 no sentido de cobrar do Estado suas obrigações, e condenar ao máximo o processo de

privatização deste. No terceiro e último ponto de intervenção da CUT e de suas seções estaduais, devemos observar, primeiramente, no discurso cutista a preocupação dessa Central sindical em garantir sua autonomia. Isso se deve inicialmente a fase política do Brasil, recém saído de uma ditadura militar, onde os sindicatos tiveram sua liberdade tolhida. E se deve também ao fato do Estado querer acabar com a principal arma de luta e mobilização que o movimento sindical tinha na época, que era a greve. Dessa forma a CUT elaborou seu discurso em cima da liberdade dos trabalhadores de se organizarem e de protestar.

Analisando a documentação da CUT – PE do ano de 1990, notamos a plataforma de proposições políticas da CUT – PE continua sendo a mesma adotada pela CUT nacional em 1989. A divisão dessas políticas de intervenção continuam sendo organizadas em políticas de garantia do salário e do emprego, políticas sociais, e políticas em defesa das liberdades democráticas. Porém, podemos observar que o discurso da CUT – PE, sobre políticas de intervenção, acrescentou alguns pontos que não se encontravam no discurso nacional de 1989. A partir do trecho a seguir, compreenderemos melhor essas afirmações:

“14 - Contra todas as formas de discriminação, preconceito e opressão da mulher, do menor, do negro, do índio e dos outros grupos marginalizados. (...)”

17 - Contra a desregulamentação e a desnacionalização da nossa economia.”(Resoluções do V Congresso Estadual da CUT – PE, de 1990, p. 11).

A partir do fragmento acima, compreendemos que nas políticas de intervenção trazidas no discurso da CUT – PE em 1990, são acrescentados dois novos pontos que não existiam no discurso da CUT em 1989. O primeiro ponto diz respeito ao reconhecimento de novos atores sociais. Esse reconhecimento está diretamente relacionado ao engajamento destes movimentos na campanha de Lula em 1989 e reflete o novo momento da visibilidade

de novos movimentos referidos à questões específicas. No segundo ponto, podemos perceber que a CUT – PE já trazia a preocupação de intervir contra o processo de desregulamentação do Estado e da internacionalização do capital nacional, que serão fatores fundamentais para a reestruturação capitalista e para a precarização do trabalho ao longo da década de 1990.

Em 1991 observamos que as políticas de intervenção possuíam, na sua grande maioria as mesmas formulações de 1990. As propostas de intervenção da CUT – PE, diante de um contexto de precarização do trabalho, continuavam sendo organizados em três eixos de intervenção. O primeiro era relativo às questões salariais e às condições de trabalho. O segundo ponto dizia respeito às questões mais políticas e ligadas ao Estado. A terceira se baseava em propostas relativas ao âmbito social e manutenção do regime democrático. Dentro dessa divisão a CUT – PE elabora suas propostas para combater a precarização do trabalho nos mesmos moldes do seu discurso de 1990. Porém, identificamos algo novo nas propostas de intervenção da CUT – PE relativo à precarização do trabalho. Vamos acompanhar os seguintes intervalos:

“As políticas econômicas e sociais desenvolvidas pelos setores dominantes em nosso país, atingem as mulheres de forma desigual, pela situação de opressão em que se encontram nos diferentes setores da sociedade”. (Resoluções do VI Congresso Estadual da CUT – PE, de 1991, p. 35).

“1. Criação da Comissão Estadual de Mulheres da CUT, eleita no próximo Encontro de Mulheres Trabalhadoras da CUT”. (Resoluções do VI Congresso Estadual da CUT – PE, de 1991, p. 35).

A partir desse trecho, percebemos que a CUT – PE elaborou no seu discurso uma nova forma de intervenção para tentar responder algumas demandas impostas pela precarização. Porém, temos que ficar atentos nesse trecho, pois a CUT – PE não reconheceu a mulher como um novo agente questionador da sociedade independente da

classe trabalhadora. Nesse trecho a CUT – PE deixou bem claro que a organização das mulheres não se dava paralelamente à organização da classe trabalhadora. Ao relatar a expressão, “eleita no próximo encontro de mulheres trabalhadoras”, a CUT – PE assume que a organização das mulheres se dava dentro da organização da classe trabalhadora. Contudo é interessante perceber no primeiro trecho a observação de que as mulheres, diante do processo de transformações econômicas, acabam sendo vítimas de uma maior opressão e desigualdade. Dessa forma, a CUT – PE acabou reconhecendo que no processo de precarização do trabalho as mulheres eram atingidas, de forma mais opressora e desigual dentro do mundo do trabalho.

O ano de 1992 foi marcado por uma mudança no discurso no que se refere às políticas de intervenção para combater o processo de precarização do trabalho. Ao analisarmos o trecho abaixo, evidencia-se a importância de movimentos reivindicatórios, mas também a sua superação:

“A CUT não pode ficar numa postura meramente reivindicativa. É preciso superar o primarismo e apresentar um projeto ou propostas alternativas, disputando-as política e ideologicamente na sociedade”. (“Balanço 1992” da CUT – PE, p. 2).

Ao nos depararmos com o fragmento acima, observamos que a CUT – PE tentou, de certa forma, relativizar os movimentos reivindicatórios elaborados pela CUT durante a sua história. Analisando o momento em que a expressão “meramente reivindicativa” aparece no texto e considerando isso como uma postura de “primarismo”, compreendemos que o discurso da CUT – PE buscava uma maneira de apontar novos caminhos na sua intervenção enquanto central sindical. Dessa forma, interpretamos que o discurso da CUT – PE em 1992, com relação as suas políticas de intervenção, apontavam para uma mudança. Enquanto em anos anteriores, a CUT – PE tinha como principal política de intervenção a

mobilização, em 1992 o discurso mudou. Nesse instante, a CUT – PE passou a desenvolver, em suas políticas de intervenções, a visão de que apenas com políticas reivindicatórias, não era possível intervir na sociedade. Dessa maneira, abriu-se um espaço para “projetos e propostas alternativas”. Porém, quais são essas novas propostas de intervenção só conheceremos no transcorrer dos anos. A partir desse momento, veremos se a CUT – PE, no transcorrer da década de 1990, foi condescendente com um movimento de desmobilização da sua base, aderindo, a partir daí, a uma política de negociação com a categoria patronal.

Para a nossa análise, o ano de 1993 foi muito claro no que diz respeito às políticas de intervenção da CUT – PE. O material analisado refere-se às deliberações da 6ª Plenária Nacional da CUT. Nesse texto, notamos que a CUT deu uma grande importância ao setor rural. Porém, essa importância não se deu no sentido de lutar, de fato, contra a exploração do trabalhador rural. Percebemos que essa importância dada ao setor rural pela CUT foi mais no sentido de competir com outras centrais sindicais pelos sindicatos rurais. No fragmento a seguir podemos observar melhor a nossa afirmação:

“A 6ª Plenária entendeu que, para fortalecer a luta no campo, é de fundamental importância a filiação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e seus sindicatos à CUT. Nesse sentido, à CUT vai se preparar para garantir a unidade e elaborar um plano de ação para disputar e filiar sindicatos e federações”. (Resoluções da VI Plenária Nacional da CUT, realizada em 1993, p. 22).

Analisando o texto acima, que foi uma constante no documento, percebemos que a CUT volta-se para a luta dos trabalhadores rurais. Para isso, a CUT defendeu como saída a filiação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura à CUT. Porém o que analisamos no final do texto que está constantemente presente em todo o documento, é a real intenção da CUT para com os sindicatos rurais. Ao repararmos que a CUT traçou como

“plano de ação” a disputa e filiação dos sindicatos rurais, interpretamos que a CUT, em 1993, elaborou como principal bandeira de intervenção política a luta pela filiação dos sindicatos rurais. Dessa postura cutista, tiramos duas conclusões: a) o discurso da CUT estava tendo como influência a disputa entre as centrais sindicais (CUT e FS) por sindicatos. Disputa essa que encaramos como uma tentativa de sair da crise de representatividade pela qual passava o movimento sindical; b) com a deliberação de apenas disputar os sindicatos rurais, acreditamos que a CUT perdeu um grande espaço de debate e ações contra a precarização do trabalho que assolava não só os centros urbanos como também o campo.

Em 1994, a CUT – PE trouxe de volta para o seu discurso a necessidade de elaborar uma proposta alternativa ao projeto do neoliberalismo. Acreditamos que essa retomada de questões como o neoliberalismo, diferentemente do que ocorreu em 1992 e 1993, deve-se ao resultado das eleições de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso, representante do modelo neoliberal, ganhou as eleições presidenciais. Observando o trecho a seguir, podemos compreender melhor essa mudança discursiva da CUT – PE em 1994.

“Como forma de se opor ao projeto neoliberal, a CUT pretende “formar uma ampla frente social, para de forma organizada, barrar a consolidação desse projeto e de apresentar para o debate público uma pauta alternativa, em que as reformas profundas que o Brasil necessita tenham como eixo o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda e a incorporação social, econômica e política dos vastos setores hoje excluídos nas mínimas condições de cidadania”. (“A CUT e o ano de 1994” , produzido pela CUT – PE no fim de 94, p. 2).

Ao analisarmos o fragmento acima, notamos que a CUT – PE torna o discurso contra o projeto neoliberal mais contundente. O neoliberalismo é colocado como o grande responsável da implementação do processo de precarização do trabalho no Brasil. Como política de intervenção contra o neoliberalismo, a CUT – PE montou em seu discurso a

necessidade de construir uma ampla frente social para combater as políticas do governo. Observamos também que a CUT – PE expôs a necessidade de construir uma proposta alternativa de reformas políticas, econômicas e sociais, que garantissem o desenvolvimento econômico do país, mas sem exclusão. Nesse trecho, notamos uma semelhança entre o discurso cutista de 1989 e o de 1994, onde a CUT levantou a necessidade de mudanças que acabassem com as desigualdades sociais, mas sem abalar o desenvolvimento do país. Dessa forma, podemos concluir que essa semelhança deve-se ao contexto de eleições nacionais, onde a CUT – PE queria passar para a população a imagem de uma central sindical responsável e comprometida com o desenvolvimento do país. Essa postura deve-se a ligação entre a CUT e o Partido dos Trabalhadores, que tinha a possibilidade de dar a volta por cima depois das eleições de 1989.

Ao analisarmos a documentação referente ao ano de 1995, notamos que a CUT diversifica suas políticas de intervenção. Assim como nos anos anteriores, o discurso cutista ainda mantinha dois eixos de intervenção, o da mobilização social, a partir da greve (cada vez menos abordada pelo discurso cutista), e o da intervenção política institucional. Porém, diferentemente de anos anteriores, o discurso cutista com relação a políticas de intervenção para combater a precarização do trabalho, foi acrescido de novas propostas políticas. Observamos outros dois eixos principais: a intervenção jurídica e a educação profissional. O jurídico passou a ser uma constata no discurso cutista a partir de 1995. Em toda a construção discursiva da CUT, observamos o fator jurídico como forma de justificar as intervenções cutistas. Compreendemos esse eixo como um fator que fortalece a teoria de que a CUT e suas seções estaduais, no transcorrer da década de 1990, passaram a aceitar e ingressar dentro da lógica da negociação. O outro eixo que surgiu no discurso cutista, com muita força, e que vai reafirmar a lógica de adequação da CUT à nova configuração do

capitalismo, foi o aspecto relativo a educação profissional, que passou a ser abordada com muita ênfase. A partir do trecho abaixo podemos notar qual foi a importância que a CUT deu para a formação do trabalhador:

“Nessa medida, defendemos a manutenção das escolas técnicas estaduais e federais. No atual estágio de desenvolvimento do país, torna-se imprescindível a existência de uma variada rede de escolas técnico-profissionais, agrícolas e comerciais, visando a formação de profissionais para todos os setores da economia. Uma educação técnico-científica abrangente e de bom nível não é incompatível com os requisitos de produção de alta tecnologia e com a inserção do jovem na sociedade moderna em mutação”. (Resoluções da 7ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1995. p. 32).

Analisando esse trecho, percebemos que a CUT nos passa a idéia de que era necessário qualificar o trabalhador, para que este pudesse concorrer no mercado de trabalho. Podemos identificar isto ao observarmos que a CUT defendia a formação de profissionais como forma de colocá-los no mercado de trabalho. A partir desse discurso, no que diz respeito a formulação de políticas de intervenção contra a precarização do trabalho, identificamos que a CUT na realidade estava indo no caminho de se adequar à lógica da precarização do trabalho. No momento em que a CUT relatou que é importante qualificar o trabalhador para entrar no mercado de trabalho, a Central passou a aceitar a lógica de qualificação imposta pela reestruturação capitalista. Lógica essa que desenvolve a idéia de que é necessário o trabalhador qualificar-se cada vez mais para ocupar empregos cada vez mais precarizados. Dessa forma, a CUT e suas seções estaduais, ao apoiarem apenas a formação técnica do trabalhador, sem nenhuma crítica ao mercado de trabalho, apenas está prestando o papel de qualificar um trabalhador, para ocupar um cargo precarizado, sem a mínima consciência do contexto onde está inserido. Temos que salientar também que tal postura discursiva da CUT e de suas seções estaduais, deve-se ao discurso e prática implementados pela Força Sindical (FS), com relação à qualificação profissional. A FS,

durante a década de 1990, desenvolveu os cursos de formação profissional, onde, a partir desses, conseguiu aumentar o número de sindicalizados. Dessa forma, a CUT decidiu entrar também no “ramo” de qualificação profissional, para de certa forma, dar uma resposta à FS.

Sendo assim, notamos que a CUT e as suas seções estaduais passaram cada vez mais a adequar suas políticas de intervenção dentro de uma lógica capitalista, onde a exploração e a precarização do trabalhador era cada vez maior, o que demonstra uma consolidação de uma hegemonia neoliberal.

Já em 1996, observamos que a CUT não abordou questões como a educação profissional do trabalhador. Nesse ano, o discurso da CUT ficou apenas no âmbito da mobilização da sociedade, como podemos perceber no trecho abaixo:

“O Plano de Ação da CUT para o próximo período tem como objetivo mobilizar os trabalhadores, em conjunto com os setores organizados da população, para combater o projeto neoliberal. O sucesso dessa empreitada vai depender do envolvimento efetivo dos nossos sindicatos, das centrais sindicais, do movimento estudantil, dos movimentos populares, incluindo setores marginalizados e informais, dos partidos políticos e de amplos setores da população em defesa dos direitos sociais”. (Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1996. p. 19).

Acreditamos que as mudanças que ocorreram no discurso cutista de 1995 para 1996, devem-se ao contexto eleitoral. Lembramos que o contexto político de 1996 foi marcado pelas eleições municipais em todo o Brasil. Dessa forma, compreendemos que a CUT centrou suas políticas de intervenção na mobilização social, em torno dos seus interesses e dos partidos políticos alinhados a CUT. Isto significou também um maior peso à política local.

Sendo assim, ao analisarmos o trecho acima, observamos como a CUT tentou construir um discurso de união entre diversos setores da sociedade civil contra o projeto neoliberal. Compreendemos que essa construção tinha como intenção a criação de uma

unidade dos diversos setores da sociedade para combater o neoliberalismo e, principalmente, combatê-lo nas urnas.

Nos documentos produzidos ao longo da década de 1990, com relação às políticas de intervenção, o processo eleitoral assume cada vez mais uma centralidade no discurso cutista. Notamos que nos anos eleitorais, sejam federais ou municipais, o discurso cutista trabalhava muito mais a questão da intervenção a partir da mobilização social. Já nos anos não eleitorais, as políticas de intervenção cutista, baseava-se na elaboração de discursos menos mobilizadores e mais voltados para debates de ordem institucional. Nesse sentido, o 6º Congresso Nacional da CUT reflete a importância da disputa eleitoral, onde se assume as proposições de campanha:

“A elevação da produtividade industrial deve resultar em benefício social e não em demissão em massa de trabalhadores e crescente precarização e informalização do mercado de trabalho. Para tanto, são essenciais a ampliação dos investimentos em educação, pesquisa científica, tecnologia e formação profissional, e a reconstrução, modernização e expansão da infraestrutura econômica e social em transportes, energia, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento”. (Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT, realizado em 1997, p. 42.).

Ao analisarmos o trecho anterior, que foi produzido em um ano não eleitoral (1997), percebemos que o discurso cutista abordou a questão da precarização do trabalho, porém em momento algum coloca como saída da precarização o rompimento com o modelo neoliberal de governo, ou a mobilização da sociedade contra o governo. O que acompanhamos no discurso cutista foram propostas de programa que, em nenhum momento mostram-se como críticas ou opostas à política neoliberal implementada no Brasil. Dessa forma, compreendemos que, no transcorrer da década de 1990, o discurso de intervenção cutista, veio perdendo seu teor contestatório e mobilizador, com relação ao sistema capitalista e suas conseqüências. O que percebemos foi que o discurso da CUT e de suas

seções estaduais, passou a colocar peso no tema mobilização apenas nos anos eleitorais para ganhar visibilidade de oposição ao governo, enquanto que nos anos eleitorais desenvolvia políticas de intervenção que não tinham um caráter mobilizador e de ruptura com a lógica neoliberal.

O ano de 1998 vem confirmar as afirmações feitas na análise realizada do ano de 1997, no que diz respeito a políticas de intervenção. Através dos seguintes fragmentos podemos observar como o discurso cutista mudou ao elaborar políticas de intervenção em anos eleitorais:

“É urgente a mobilização de toda a sociedade e do mundo da produção para combater a recessão, a falência de empresas, quebra da produção, das vendas, o desemprego e o rebaixamento ainda maior das condições de vida de todos nós”. (Boletim DIEESE - Novembro e Dezembro de 1998: documento assinado pela CUT e outras centrais sindicais).

“O combate à recessão econômica, ao desemprego e defesa dos nossos direitos sociais e trabalhistas devem ser a prioridade máxima de toda a sociedade (...). Vamos todos intensificar a mobilização na luta contra o desemprego e denunciar as políticas neoliberais de FHC, do PFL, do FMI e demais aliados. (Carta de Pernambuco: a chama da esperança em defesa do Brasil, assinada pela CUT – PE.).

Observando os trechos anterior, notamos duas questões a serem analisadas. A primeira diz respeito ao tom mobilizador e questionador, que tanto a CUT – PE como a CUT nacional assumiram em 1998. Caracterizando, dessa forma, a análise que fizemos com relação ao discurso cutista, que se radicaliza em anos eleitorais. O segundo momento de análise refere-se às reivindicações trazidas nos trechos citados, que abordaram apenas a manutenção dos empregos. Dessa forma, compreendemos que o discurso cutista, mesmo nos anos eleitorais, acabaram apenas traçando políticas de intervenção que tivessem como mote discursivo a questão de manutenção do emprego a qualquer custo.

Diante do exposto, não nos surpreendemos com o teor dos documentos do ano de 1999. Como não se tratava de um ano eleitoral, as propostas de intervenção, foram muito mais amenizadoras e menos mobilizadoras que no ano de 1998. Acompanharemos essa análise a partir do seguinte trecho:

“Diante das complexas mudanças pelas quais vêm passando o mundo do trabalho, que demandam intervenções cada vez mais qualificadas e propositivas por parte dos dirigentes e lideranças cutistas, coloca-se como imperativo para a PNF desenvolver ações, em sua estratégia formativa, que os capacite para a luta pela negociação da reestruturação produtiva desde os locais de trabalho; para a luta pela democratização e gestão das políticas públicas; para a atuação sindical em qualificação profissional, bem como para sua contratação nos processos de negociação coletiva e amadurecimento de proposições mais amplas que possibilitem um diálogo mais profícuo com a sociedade”. (Resoluções da 9ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1999. p. 54).

Ao analisar o discurso da CUT e de suas seções estaduais, notamos como a prática de negociação tornou-se uma constante política de intervenção. Observamos, no fragmento acima, que a CUT demonstrou uma preocupação com a capacitação dos seus dirigentes para participar das negociações com o Estado e com a categoria patronal. Outro detalhe, que foi de extrema importância para a nossa análise, é referente à “luta pela negociação da reestruturação produtiva”. O significado dessa colocação tem um peso muito grande, pois retrata o caminho que a CUT decidiu trilhar durante a década de 1990. Após analisarmos os anos da década de 1990, notamos como as políticas de intervenção da CUT e de suas seções estaduais mudaram no transcorrer desses anos. No início da década de 1990, o discurso cutista se opunha à reestruturação capitalista e seu projeto neoliberal. Já em 1999, assume que a “luta” passa a ser uma negociação dentro das normas e preceitos empregados pela reestruturação do capital, através do seu modelo neoliberal de desenvolvimento.

4.4- Instrumentos de intervenção

Nesse eixo temático esperamos trabalhar a análise documental observando os instrumentos de intervenção propostos pela CUT – PE no período de 1989 até 1999. Diante disso, interpretaremos o discurso cutista tentando observar como ele se propõe a agir na prática diante da precarização do trabalhado na época mencionada:

“A Greve Geral de 14 e 15 de março é parte fundamental desse processo, paralisando cerca de 35 milhões de trabalhadores contra o Plano Verão. As greves de categoria que dariam continuidade à Greve Geral, muitas com radicalização das formas de luta, como ocupações de fábrica, por exemplo, demonstram a construção de uma consciência da classe como um todo, o que reflete inclusive na politização, ainda que incipiente, das greves”. (Resoluções da Plenária Nacional da CUT de 1989, p. 3).

Diante do material lido esse trecho reflete bem no que se baseavam as intervenções da CUT – PE em 1989. Através da análise do material, percebemos que o discurso da CUT – PE vai reforçar a intervenção política através das greves. Observando o trecho acima, notaremos como a Central sindical deu, significativa importância para a deflagração de movimentos grevistas para confrontar os projetos do governo e a precarização do trabalho trazida por suas reformas. Percebemos a importância da utilização dos números para legitimar o discurso grevista. Ao relatar que cerca de 35 milhões de trabalhadores entraram em greve, a CUT tenta passar no seu discurso a idéia de que ela tem na sua base a legitimidade para difundir uma greve. Voltando ao fragmento analisado, compreendemos que a greve foi para CUT – PE o principal meio de intervenção social ao atentarmos para o momento em que o discurso cutista coloca que a greve é fundamental para a construção da consciência de classe e politização da população. Ao lembrarmos que o Brasil passava por processo eleitoral em 1989, notamos que a CUT – PE tentou, através da sua intervenção, passar para a população sua visão de sociedade.

O ano de 1990, como podemos acompanhar na análise documental, foi marcado por uma grande mudança no discurso cutista com relação as suas intervenções práticas. A partir do fragmento abaixo poderemos ver qual foi essa mudança discursiva:

“Um plano de lutas, factível e possível de ser implementado, tem que conciliar os dois campos de lutas que se abrem na atual conjuntura: a luta direta e a luta institucional. Impedir qualquer tentativa de Pacto Social, significa ao mesmo tempo lutar contra o arrocho e intervir organizadamente nas eleições parlamentares. Continuar a luta pela Reforma Agrária e contra o pagamento da dívida externa, significa apoiar e intervir no gabinete paralelo proposto pelo Partido dos Trabalhadores, como única forma de mostrar à sociedade a coerência e a justiça da nossa plataforma de lutas”. (Resoluções do V Congresso Estadual da CUT – PE, de 1990, p. 13).

Notamos, nesse fragmento, de como o discurso da CUT – PE em 1990 destoou da visão da CUT nacional de 1989. Enquanto, em 1989, a CUT via na greve a forma mais forte de intervenção, a CUT – PE em seu discurso em 1990 aponta para intervenção no campo institucional. Podemos observar que a CUT – PE ainda manteve em seu discurso a tentativa de conciliar os dois campos de luta, tanto o “direto” quanto no político institucional, particularmente, o eleitoral. Porém no final desse fragmento, consideramos que a CUT – PE já apontava em seu discurso o fim da greve como único e mais forte meio de intervir na sociedade. Ao observarmos que a CUT – PE discursava dizendo que a “única” forma de mostrar a justiça e coerência da sua plataforma de lutas para a sociedade era o de ingressar no gabinete paralelo proposto pelo PT, podemos compreender que no seu discurso a greve perde terreno nas políticas de intervenção da CUT – PE. Dessa forma, interpretamos que em 1990, no momento em que o processo de precarização do trabalho passou a ser implementado no Brasil, o discurso da CUT - PE começou a deixar de apostar na mobilização social, e começou a apostar nas disputas eleitorais e acordos institucionais dentro de fóruns de negociação.

Podemos acompanhar que no ano de 1991, os documentos seguem a mesma lógica discursiva de 1990. Em 1991 a CUT – PE dividiu suas intervenções práticas em duas frentes. A primeira foi o movimento grevista, que ainda era uma das armas reivindicatórias mais fortes da CUT; a segunda frente, que foi ganhado força no discurso cutista, como já observamos no ano de 1990, é a prática de negociar dentro da lógica e do sistema institucional. Esta segunda frente é explicitada da seguinte forma:

“Desta forma, o Movimento Sindical estará contribuindo, ativa e produtivamente, na construção de saídas negociadas e solucionadoras para a crise do nosso país. Um programa que não penalize os trabalhadores, nem ignore suas legítimas reivindicações, mas que rejeite medidas que sacrifiquem a retomada do crescimento econômico”. (Resoluções do VI Congresso Estadual da CUT – PE, de 1991, p. 14).

A Central sindical começa a mudar o seu discurso de intervenção. Encontramos as respostas para essa mudança discursiva em vários fatores. O primeiro diz respeito ao momento político e econômico pelo qual o país estava passando. O Brasil já passava por uma crise econômica devido às medidas implementadas pelo governo Collor. A CUT - PE desenvolveu a idéia de que as medidas que deviam ser tomadas não poderiam colocar em risco o crescimento do país. Dessa forma, a Central sindical queria passar a visão de que ela estava do lado do crescimento do país, de forma responsável. Outro fator diz respeito ao crescimento de correntes social-democratas que defendiam que a CUT – PE deveria negociar as suas questões de interesse e não contestar o sistema capitalista. Podemos ver a influência de tal visão no momento em que o discurso cutista aponta para “saídas negociadas e solucionadoras”. O que compreendemos é que as intervenções cutistas, na sua prática, estavam encaminhando-se para uma diminuição da mobilização de sua base e apontando para uma conformidade dentro do sistema capitalista. Sendo assim, o discurso da CUT – PE, relativo às suas ações práticas, estava se adequando à lógica da reestruturação

capitalista e da precarização do trabalho, que apostavam em um movimento sindical cada vez mais fraco, para implementar sua lógica de reestruturação econômica que, como efeito, mantinha e aprofundava a exploração sobre a classe trabalhadora. Isto demonstra ainda os efeitos da reestruturação econômica sobre o movimento sindical, ou seja, o seu enfraquecimento.

Porém a lógica de adequação ao sistema capitalista, apostando numa desmobilização dos sindicalizados, deu uma parada em 1992. O que acompanhamos nesse ano é um discurso de intervenção cutista que estava muito mais influenciado pelo impeachment de Collor do que antenado com o processo de precarização.

O ano de 1992 foi marcado por um elevado número de greves contra o governo, seja federal ou estadual. Mas de fato, o discurso da CUT – PE, no que diz respeito à sua intervenção prática, não tinha como questão as transformações pelo qual o país e Pernambuco estavam passando, em particular no que concernia à precarização do trabalho. O discurso cutista trazia sim, como pano de fundo, todo o escândalo político que acabou colocando fim ao governo de Collor. Dessa forma, percebemos que a CUT – PE procurou mobilizar seus sindicalizados e a sociedade, não tendo como tema as profundas mudanças impostas pelo sistema capitalista, mas sim para aprofundar a crise do governo federal.

O ano de 1993 foi marcado por uma mudança na prioridade de intervenção da CUT. Na documentação analisada, observamos que nesse ano a CUT deu grande importância ao setor rural, como já apontado anteriormente. Na sua Plenária Nacional, a CUT delibera uma série de políticas de intervenção, onde a sua grande maioria foi destinada ao campo. A partir do seguinte trecho poderemos observar essa mudança discursiva da CUT:

“Assim, a 1ª Plenária do DNTR e a 6ª Plenária Nacional da CUT deliberam pela manutenção da disputa pela estrutura da Contag, considerando-a como uma das partes da construção da CUT no campo,

porém não sendo a única tarefa a ser feita pelos cutistas. Ou seja, esta disputa só faz sentido se for entendida como um dos passos para o processo de construção da nova estrutura sindical no campo e para a realização dos objetivos propostos pela Central”. (Resoluções da VI Plenária Nacional da CUT, realizada em 1993, p. 21).

Nesse documento a CUT ainda aponta, como em 1992, para a mobilização e deflagração de greves, assim como para a negociação com o patronato através de acordos coletivos. Porém, o que nos chamou a atenção nessa documentação de 1993, foi a importância que a CUT deu ao setor rural. Contudo, em nenhum momento foram debatidas as condições do trabalhador rural, frente à reestruturação capitalista e a precarização do trabalho. O trabalhador rural e seus sindicatos só apareceram no discurso cutista como um espaço de disputa entre a CUT e outros setores do movimento sindical.

Sendo assim, em 1993 a CUT não trouxe em suas intervenções práticas, a questão da precarização do trabalho. A CUT trouxe sim a disputa pela estrutura de organização dos trabalhadores rurais, tentando, assim, aumentar a sua base de sindicalizados, com relação à outras centrais sindicais.

A documentação analisada de 1994 não demonstra uma mudança nos instrumentos de intervenção da CUT – PE. Acompanhamos que a greve ainda era um instrumento forte de mobilização e intervenção. Porém, como vimos em anos anteriores, a CUT – PE passou a apostar também na intervenção dentro das instituições políticas. Observamos também que a CUT – PE passou a desenvolver como instrumento de intervenção a negociação com o patronato.

Em 1994, o que observamos foi que esses instrumentos não mudaram. Porém como a vitória de Miguel Arraes nas eleições estaduais, a postura da CUT – PE, com o governo

estadual foi muito mais passiva do que com governos passados. Podemos notar isso a partir da seguinte colocação:

“O papel e a posição da CUT diante do governo Arraes é de estar atenta e vigilante, intervindo na defesa de nossas propostas e reivindicações e sempre que os direitos consagrados aos trabalhadores forem ameaçados e os interesses da sociedade prejudicados”. (“A CUT e o ano de 1994” da CUT – PE, p. 4).

A postura de intervenção da CUT – PE com relação ao governo estadual de 1994 foi muito diferente da tomada contra o governo federal no mesmo ano. Enquanto a CUT – PE se opôs ao governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, com relação ao governo estadual de Arraes, a CUT – PE colocou-se na condição de esperar e vigiar as implementações do governo estadual. Compreendemos que, essas duas posições de intervenção distintas da CUT – PE deve-se, a ligação entre a CUT e o Partido dos Trabalhadores que apoiou Arraes no 2º turno. Chegamos a essa conclusão ao observarmos que as intervenções que a CUT – PE dependia das ligações políticas do governo, seja estadual ou federal, com o PT. Dessa forma, com relação ao governo federal, que tinha o PT como seu principal opositor, a CUT teve a postura de intervir ativamente contra o governo. Já com relação ao governo estadual, que recebeu o apoio do PT, a CUT – PE tomou como prática de intervenção a “atenção e a vigilância”.

O ano de 1995 foi marcado por uma profunda transformação nos instrumentos de intervenção da CUT e de suas seções estaduais. Identificamos que o discurso cutista em 1995 aprofundou ainda mais a idéia de apostar na negociação como principal instrumento de intervenção e, ao mesmo tempo, apostar na não mobilização da base sindicalizada e da sociedade. A mobilização social restringiu-se a época eleitoral como sendo o principal fator de intervenção. Podemos acompanhar essa mudança discursiva, analisando o fragmento a seguir:

“As mudanças a serem implementadas pela transição devem todas decorrer de um processo prévio de negociação tripartite (Centrais Sindicais, Estado e Entidades patronais) e, posteriormente, enviadas ao Congresso Nacional para conversão de seu conteúdo em emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias. O resultado final deste processo de negociação tripartite deve configurar um documento único e global, no qual estejam indicados todos os aspectos a serem alterados e quais as medidas concretas a serem adotadas para cada ponto”. (Resoluções da 7ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1995. p. 18).

Observando o trecho acima, compreendemos como a CUT e suas seções estaduais passaram a adotar a negociação como sendo o principal instrumento de intervenção, dentro dos vários conselhos que foram criados pelo Estado. E essa idéia foi uma constante em toda a documentação analisada de 1995. Ao analisarmos o fragmento acima, identificamos que o discurso da CUT apontava para a formulação de comissões de negociação, das quais fariam parte, as centrais sindicais, o governo, seja estadual ou federal, e as entidades patronais. O caminho adotado pela CUT, que vai desde a formação dessas comissões ao envio das deliberações dessas para serem aprovadas pelo Congresso Nacional, nos fazem chegar a conclusão de que as intervenções da CUT em 1995 passavam pelo crivo das instituições políticas do país. Dessa forma, compreendemos que o discurso da CUT em 1995, no que diz respeito aos seus instrumentos de intervenção, foi construído dentro da lógica das instituições políticas do país e da institucionalização dos espaços de negociação. Sendo assim, reforçamos a hipótese de que, no transcorrer da década de 1990, a CUT e suas seções estaduais começaram a abandonar a mobilização social contra a exploração e precarização do trabalho, para apostar na negociação dentro da lógica e das leis capitalistas, o que reflete uma outra conjuntura hegemônica da política do governo FHC.

Acompanhamos essa prática discursiva cutista de 1995 também no ano de 1996. No trecho seguinte, identificamos como a CUT passou a não só praticar a negociação dentro da lógica e leis capitalistas, como também passou a defender essa prática.

“A CUT cumpriu seu papel de representação dos trabalhadores ao participar das negociações e ao afirmar suas concordâncias e discordâncias. A nossa presença nas negociações poderia, inclusive, fortalecer a ação dos partidos de oposição no Congresso. Vários partidos de oposição manifestaram publicamente sua discordância em relação à forma e ao conteúdo das negociações, baseados na avaliação de que o bloco governista não tinha àquela altura (janeiro) a unidade necessária para aprovar o projeto do governo. Vale lembrar que apenas um mês antes a avaliação corrente era de que seríamos “tratorados” na Comissão Especial. Obviamente, até hoje não há acordo sobre o tema. A experiência demonstrou que existe a necessidade de manter um diálogo permanente e construir um método de cooperação entre as partes, preservando-se a autonomia, os papéis e as especificidades de cada representação”. (Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT, realizada em 1996. p. 17).

O que na década de 1980 parecia impossível, em 1996 tomou conta do instrumento de intervenção cutista. Após condenar qualquer tipo de acordo, dentro da lógica e preceitos capitalistas, a CUT passou a praticar e defender esses acordos e cooperações com as entidades patronais. O fragmento acima demonstrou muito bem qual o novo entendimento que a CUT tinha de representatividade. Se em anos anteriores a CUT tinha como visão de representatividade a mobilização social, em meados dos anos 1990 o seu papel de representação foi a sua participação nas mesas de negociações, juntamente com as entidades patronais e o governo que implementava o projeto neoliberal de exploração e precarização do trabalhador. Isto significou, também, uma mudança da identidade política da CUT – PE, que se constituiu no processo político de confronto e disputas seja no campo político da sociedade política, quanto dentro do próprio campo sindical.

O ano de 1997 veio para reforçar o discurso cutista de 1996. A prática da negociação, dentro da lógica neoliberal, passou a ser encarada pela CUT como sendo normal e salutar para a classe trabalhadora. No trecho a seguir podemos observar esta afirmação:

“É com essas preocupações que combinamos, desde a fundação da Central, a mobilização dos trabalhadores com a ocupação de espaços institucionais (Codefat, o Conselho Curador do FGTS, o Conselho de Seguridade Social e o Conselho Nacional do Trabalho), de negociação ampla com o governo e o patronato, disputando, em contraposição às organizações e propostas patronais, influência junto à sociedade. Inicialmente, lutando pela definição do princípio da representatividade como requisito básico de representação, ao lado da abertura para negociação na definição de todas as políticas que sejam do interesse da classe trabalhadora”.(Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT, em 1997, p. 40).

É interessante percebermos como a CUT tentou encontrar nos anos de fundação da Central a justificativa para sua postura de negociação dentro da ordem capitalista. Outro aspecto interessante de ser analisado foi a intensidade e a forma positiva com que a palavra “negociação” aparece no fragmento debatido aqui, ao contrário da palavra “mobilização”, que só apareceu no início e fazendo referência aos tempos de fundação da CUT. No texto acima aparece uns dos principais instrumentos de negociação que a CUT participou e fez questão de fortalecer, que foram os Conselhos criados pelo governo. Observamos como a CUT e suas seções estaduais, em 1997, enxergavam de forma positiva a negociação “ampla” com governos e patrões, mesmo que essas negociações se dessem através de Conselhos construídos dentro de uma lógica neoliberal, onde as centrais sindicais nunca teriam a chance de aprovar medidas institucionais que realmente atendessem os anseios da classe trabalhadora.

Vale salientar que os pontos de negociação, colocados pela CUT, só atendiam à questões ligadas aos seus filiados e os trabalhadores não sindicalizados à CUT não eram atendidos pelas políticas sindicais. Com isso, observamos o desenvolvimento de um corporativismo entre os trabalhadores sindicalizados.

É interessante notarmos, ainda, como os instrumentos de intervenção da CUT – PE passaram cada vez mais a se basearem na lógica institucional, do que na lógica de

mobilização social. Esta via institucional acentua-se na Carta de Pernambuco (1998), como podemos observar no fragmento abaixo:

“Iniciativas dos trabalhadores da indústria através de seus sindicatos e da CUT – PE, no sentido de propor o projeto de lei da moratória de tarifas públicas (luz, água, IPTU etc), que diminua o sofrimento dos desempregados e a formação de Organizações, a exemplo da Usina Catende, onde os trabalhadores através de ações na justiça e ações políticas, conseguiram assumir o comando da empresa e hoje garantem empregos e salários em dia, além de aumentarem a produtividade gerando riqueza para a região da Mata Sul, são alguns exemplos que demonstram a capacidade dos trabalhadores em resolverem seus problemas fundamentais”. (“Carta de Pernambuco: a chama da esperança em defesa do Brasil”, assinada pela CUT – PE.).

Analisando o fragmento acima, encontramos dois aspectos para serem observados. O primeiro diz respeito aos instrumentos de intervenção propostos pela CUT – PE, que foram: a) um projeto de lei; b) ações na justiça. Consideramos o termo “ações políticas” muito abrangente, onde o próprio projeto de lei pode ser considerado uma ação política. Porém voltando aos dois instrumentos de intervenção propostos ou citados como exemplo, observamos que ambos são instrumentos institucionais de intervenção, partindo, um do poder legislativo e outro, do poder judiciário. Em nenhum momento, no trecho analisado, a CUT – PE abordou mobilização social como sendo um instrumento de reivindicação. O outro aspecto a ser analisado foi o fato da CUT – PE considerar, no trecho acima, emprego e salário em dia como sendo grandes conquistas do trabalhador. Abordamos essa questão por considerar que emprego e salários em dia são questões básicas e primordiais da política sindical e não um dos mais importantes fins das políticas de intervenção sindical. Dessa forma, compreendemos que a CUT – PE, em 1998, reforçava em seu discurso, principalmente, formas institucionais de intervenção, não apostando assim, na mobilização da sua base sindicalizada para resolver os problemas impostos a classe trabalhadora. Consideramos também que os instrumentos de intervenção cutista, em 1998, tinham como

principal fim a manutenção do emprego e de salários em dia, questões essas que já eram primordiais ainda no tempo de Marx. Sendo assim, reforçamos a idéia de que no transcorrer da década de 1990, a CUT – PE passou a negociar dentro da ordem capitalista, tentando barganhar a manutenção dos empregos e os salários em dia de seus filiados.

Já com relação análise feita da documentação do ano de 1999, percebemos que o discurso cutista sobre os instrumentos de intervenção não se alteraram com relação aos debatidos em 1998. Continuaram sendo instrumentos de intervenção institucionais, como podemos observar no seguinte trecho:

“Por outro lado, é também verdade que não conseguimos elaborar um planejamento estratégico que organizasse o conjunto dos membros da Direção Estadual, o que inibe e dificulta um avanço ainda maior da CUT, em vários aspectos políticos e organizativos. Precisamos melhorar a organização dos coletivos da CUT como de Saúde, Mulheres e Formação. Além disso, precisamos articular melhor nossa intervenção nos Conselhos de Políticas Públicas como Reforma Urbana e outros”. (Caderno de teses para a 8ª Plenária Estadual da CUT – PE, realizada em 1999, p. 4).

Retiramos esse fragmento da tese da corrente política que controlava majoritariamente a CUT – PE na gestão 1997 – 1999. Ao observar tal discurso, percebemos que a principal importância que a CUT – PE dava para sua política de intervenção, era a participação desta nos Conselhos montados pelo Estado. A partir do trecho acima, notamos que a direção da CUT – PE reconheceu falhas na sua organização e que tentou deliberar instrumentos para resolvê-las. Um dos instrumentos foi a organização dos coletivos da CUT – PE, que são medidas mais na política organizativa interna da Central. Porém o que chamou a atenção foi a outra medida para tentar resolver os chamados aspectos políticos da CUT – PE. Uma das saídas encontradas foi a melhor intervenção da CUT – PE nos Conselhos consultivos do Estado. Compreendemos assim que a CUT – PE em 1999 não traçou, na documentação analisada, instrumentos de intervenção que tivessem o intuito de

mobilizar a classe trabalhadora para buscar melhorias diante de um mundo do trabalho que estava aumentando, cada vez mais, o seu grau de exploração e precariedade. Em vez disso, a CUT – PE direcionou-se em priorizar e se capacitar para a participação nos espaços de negociação. Isto é, aceita as regras do jogo buscando barganhar na mesa de negociação, juntamente com os patrões e com governos que implementaram a risca a pauta neoliberal, a manutenção de empregos, mesmo que esses fossem precarizados.

É interessante observarmos como a CUT – PE, no transcorrer da década de 1990, foi deixando de lado a mobilização da classe trabalhadora e apoiando-se cada vez mais na negociação com governos e patrões, para manter direitos básicos dos seus filiados. Dessa forma, compreendemos que a CUT – PE acabou aumentando o corporativismo dos trabalhadores sindicalizados. Observamos então que a CUT – PE não desenvolveu políticas sindicais que atendessem aos trabalhadores que não eram filiados à Central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como intuito analisar o discurso da Central Única dos Trabalhadores, seção Pernambuco, diante da precarização do trabalho, no período de 1989 até 1999. Precarização esta, que atingiu profundamente a classe trabalhadora e ajudou a redefinir a concepção de movimento sindical. Analisamos diversos aspectos, que iam desde a compreensão que a CUT – PE tinha do processo de reestruturação capitalista, que acabou gerando a precarização do trabalho e fragmentação da classe trabalhadora e do movimento sindical, até a elaboração de propostas e instrumentos de intervenção, desenvolvidos pela Central sindical, para tentar dar uma resposta ao novo contexto apresentado.

Para a realização dessa pesquisa utilizamos a análise de discurso, para analisar a documentação produzida pela CUT – PE. A partir da escolha da metodologia, escolhemos eixos temáticos que nos ajudaram na compreensão do discurso cutista perante o contexto estudado e qual a tentativa da CUT – PE para sair da crise imposta ao movimento sindical diante da reestruturação do sistema capitalista, que trouxe consigo a precarização do trabalho. Eixos esses, que foram: 1) Precarização; 2) Fragmentação; 3) Políticas de intervenção; 4) Instrumentos de intervenção.

O que procuramos fazer, nessas considerações finais, foi um entrelaçamento das informações expostas no capítulo quatro, traçado assim, o caminho discursivo percorrido pela CUT – PE, no período proposto.

Ao analisarmos o discurso cutista, percebemos vários momentos que marcaram a postura da CUT – PE diante do contexto da precarização do trabalho. Observamos, com relação a precarização, uma presença constante no discurso da CUT – PE, a partir da década de 1990, quando o governo brasileiro começou a implementar o projeto neoliberal.

Durante a década de 1990, a CUT – PE identificou as várias causas e conseqüências da precarização do trabalho no território nacional. Porém em pouquíssimos momentos observamos uma análise da CUT – PE sobre essa precarização no Estado pernambucano. Isso nos revela uma adequação do discurso da CUT – PE ao discurso construído pela CUT nacional, baseado no eixo Sul e Sudeste do país. Acreditamos que essa adequação discursiva foi prejudicial para a CUT – PE, pois o processo de precarização não ocorreu de forma igual em todo território brasileiro. Em Pernambuco tivemos um processo de precarização que atingiu principalmente o setor de serviços e o setor informal, diferentemente de outras regiões brasileiras, particularmente a Região Sul e Sudeste, onde o setor mais atingido foi o industrial. Essa falta de percepção regional, acabou prejudicando a visão da CUT – PE sobre as particularidades da precarização do trabalho no estado de Pernambuco.

Temos que salientar que durante o período analisado, que foi de 1989 até 1999, o discurso cutista sobre a precarização do trabalho, só surgiu no momento em que o governo do Brasil assumiu o modelo de reestruturação econômica, conhecido por neoliberalismo. Para sermos mais exatos, em 1989 não observamos um discurso cutista sobre a precarização do trabalho nos termos de uma reestruturação da política econômica que vinha sendo implantada já a partir da década de 1970 nos países de economia central. Isso se deve ao fato de que, a implementação da reestruturação capitalista e conseqüentemente a precarização do trabalho só se deram fortemente no Brasil a partir de 1990, através das políticas neoliberais do governo Collor e aprofundada nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. A partir de 1990 o debate sobre precarização do trabalho foi constante no discurso cutista. A CUT – PE passou, através do seu discurso, a interpretar e identificar causas e conseqüências dessa precarização, em que se acentuam desde de

questões internacionais, como a formação dos grandes oligopólios mundiais e a internacionalização do capital, passando também pelas reformas neoliberais, que contribuíram para o desenvolvimento dessa precarização, até chegar nas reformulações dentro das empresas e o surgimento de novas categorias de trabalho precarizadas. Diante dessas causas, a CUT – PE também identifica conseqüências que a precarização do trabalho gerou na sociedade brasileira, entre elas: a desregulamentação dos contratos de trabalho, as perdas de direitos trabalhistas, a criação de novas formas de trabalho precarizado, o enfraquecimento do sindicalismo e decorrente crise de representatividade. Dessa forma, podemos compreender que a CUT – PE, durante a década de 1990, identifica e debate as transformações trazidas pelo processo de reestruturação capitalista e, conseqüentemente, a precarização do trabalho.

Com relação ao eixo temático fragmentação, percebemos que o discurso cutista oscilou entre duas construções discursivas. A primeira, referente à fragmentação imposta pela reestruturação capitalista ao próprio movimento sindical, notamos que na maioria da década de 1990, a CUT – PE tentou dar uma resposta a essa crise estabelecida ao movimento sindical, enfatizando principalmente, a crise de representatividade causada pela redução em seu quadro de filiados. Observamos que a CUT – PE utilizou diversas táticas discursivas para tentar sair dessa crise. Percebemos a auto-afirmação, onde a CUT – PE passava em seu discurso a idéia de que a CUT era a única central sindical capaz de representar os trabalhadores frente as transformações do mundo do trabalho. Isso nos remete a outra construção discursiva que ficou muito clara na CUT – PE que foi a competição com outras centrais sindicais para filiar sindicatos. Observamos que em vários momentos o discurso cutista sobre fragmentação nos levou a analisar que a CUT – PE, identificando essa crise de representatividade, partiu para uma concorrência com as outras

centrais sindicais, particularmente a Força Sindical, para filiar o máximo de sindicatos, na tentativa de sair da crise de representatividade. Um exemplo dessa “concorrência entre as centrais sindicais foi a disputa pela filiação dos sindicatos rurais, onde percebemos que o que interessava para a CUT – PE era a quantidade de entidades rurais filiadas e não o debate político com estas. Compreendemos que essa “concorrência” entre as centrais sindicais acabou prejudicando muito a elaboração de políticas sindicais que atendessem às novas categorias de trabalhadores surgidas na reestruturação capitalista.

Por outro lado, o discurso cutista, durante a primeira metade da década de 1990 parece não ter dado importância às novas categorias de trabalhadores surgidas das transformações do mundo do trabalho e que imprimiram uma nova configuração à classe trabalhadora. Durante a primeira metade da década de 1990, a CUT – PE reconheceu o surgimento dessas novas categorias de trabalhadores precarizados, porém só foi definir políticas de organização dessas novas categorias, no final da década de 1990. Outro fato foi que a CUT – PE, nos discursos analisados, só veio fazer uma ligação entre precarização do trabalho, fragmentação da classe trabalhadora e crise de representatividade do movimento sindical na metade da década de 1990. Dessa forma, acreditamos que a CUT – PE demorou para observar que esses três aspectos descritos anteriormente se interligavam. Essa “demora” se deve principalmente a forma como a CUT – PE passou a tratar, na década de 1990, de forma prioritária a concorrência com as demais centrais sindicais, ao invés de tentar organizar essa nova classe trabalhadora surgida da reestruturação capitalista.

Ao analisarmos o eixo temático sobre políticas de intervenção, deparamo-nos com grandes transformações discursivas da CUT – PE. Notamos que de 1989 até 1991 a CUT – PE elaborou políticas de intervenção baseadas em conceitos amplos de sociedade. A CUT – PE defendia políticas desde as relações desenvolvidas dentro do ambiente laboral, até

políticas de intervenção que tratavam a sociedade como um todo. Outro fator que marcou a CUT – PE, nesses anos mencionados acima, foi a elaboração de políticas que cobravam do Estado políticas sociais e assumia uma postura de extrema oposição as transformações que estavam ocorrendo no mundo do trabalho.

Porém com o passar da década de 1990, notamos que o discurso cutista foi mudando. E ao concluirmos nossa análise percebemos que o discurso cutista mudava nos anos eleitorais, sejam eleições nacionais/estaduais ou sejam eleições municipais. O que notamos foi que a partir de 1992 a CUT – PE começou a elaborar políticas de intervenção com um tom muito mais negociador do que em anos passados. Observamos que o discurso cutista mudava brutalmente em anos eleitorais. Nos anos em que não existiam eleições, a CUT – PE passou a produzir um discurso, sobre políticas de intervenção, cada vez menos contestatórias da realidade social. Nesses anos não eleitorais, percebemos que nas políticas de intervenção da CUT – PE uma adequação da Central à lógica imposta pela reestruturação capitalista e pelo projeto neoliberal. Essas políticas se caracterizaram pela tentativa de adequar a lógica sindical e a postura do trabalho dentro da coerência capitalista de exploração. Um exemplo claro dessa adequação foi a política de intervenção cutista de desenvolver centros de qualificação profissional, com a simples lógica de prepara o trabalhador para o mercado de trabalho, sem nenhum debate crítico da conjuntura em que esse trabalhador está inserido. Outro exemplo foi a entrada da CUT – PE nos conselhos de negociação criados pelos governos, onde compreendemos que a CUT – PE acaba, assim, por aceitar e se adequar as normas e leis criadas pelos governos neoliberais. Já nos anos eleitorais, percebemos que a CUT – PE tentou radicalizar o seu discurso de intervenção. Dessa forma, a CUT – PE elaborou políticas de intervenção que tinham na mobilização social contra o governo sua principal marca. Porém acreditamos que tais políticas de

intervenção cutista acabaram assumindo um discurso eleitoral, para ganhar território eleitoral para o seu fiel “companheiro”, o PT.

No que diz respeito aos instrumentos de intervenção desenvolvidos pela CUT – PE na década de 1990, identificamos que foram dois os principais instrumentos. O primeiro foi o da mobilização social e o segundo foi o da negociação, porém ambos foram tratados de forma diferente nesses dez anos de análise.

A mobilização, como instrumento de intervenção, sempre foi, desde a fundação da CUT e de suas seções estaduais, o principal instrumento de intervenção. Essa mobilização se dava das mais variadas formas, entre as mais conhecidas encontram-se os movimentos grevistas. Na nossa análise, notamos como esse instrumento de intervenção foi, com o passar dos anos, sendo cada vez mais abandonada pela CUT – PE. Observamos que no início da década de 1990 a CUT – PE tratava a mobilização social como sendo, não a única, mas o mais importante instrumento de sua intervenção, diante das políticas do governo. Porém, com o passar da década de 1990, a mobilização social foi perdendo espaço no discurso cutista. Foi ganhando lugar, como principal instrumento de intervenção, a negociação. A negociação nunca foi uma prática negada pela CUT – PE, porém a negociação que a CUT e suas seções estaduais defendiam era uma negociação fora e contrária a lógica capitalista. Contudo, no transcorrer da década de 1990, a CUT – PE passou a apostar na negociação junto a Estado e patrões por melhorias para a classe trabalhadora. O que observamos foi que, com o passar dos anos essa negociação passou a ser o principal instrumento de intervenção da CUT – PE. Um dos exemplos significativos dessa prática cutista foi o ingresso da CUT – PE nos Conselhos consultivos criados pelos governos. Na medida em que essa negociação, dentro da lógica e regras capitalistas, foram ganhando espaço no discurso cutista, a CUT – PE também passou a negociar pontos básico

para o trabalhador, como a manutenção dos empregos e salários em dia, que não iriam mudar em nada a relação de exploração que cerca o trabalhador.

Após essa explicação sobre cada eixo temático, chegamos a conclusão de que a CUT – PE tinha a compreensão do processo de precarização do trabalho e de fragmentação da classe trabalhadora e do movimento sindical, trazidos com a reestruturação capitalista do final do século XX. Porém a saída encontrada pela CUT – PE, para essa nova situação, a qual a Central estava exposta, não se voltou para a resolução da situação da classe trabalhadora precarizada, nem para colocar fim à crise do movimento sindical. Compreendemos que a CUT – PE ao não desenvolver políticas de mobilização e ter reforçado a idéia da negociação dentro das normas capitalistas de exploração, aprofundou ainda mais a situação de precarização da classe trabalhadora e aumentou a crise de representatividade do movimento sindical. Com relação à situação da classe trabalhadora, entendemos que houve uma piora, pois com o aprofundamento do processo de precarização e fragmentação estes não tinham uma instituição que os representasse e defendesse seus direitos. Essa falta de representatividade ocorreu, entre outros fatores, devido a política sindical da CUT – PE em apenas defender a manutenção dos direitos dos trabalhadores filiados a ela e em não desenvolver uma política de mobilização que englobasse os trabalhadores não sindicalizados, precarizados. Vale salientar aqui, a falta de políticas sindicais, desenvolvidas pela CUT – PE, para englobar os trabalhadores informais, que foram vítimas do processo de precarização do trabalho, porém nunca tiveram direitos trabalhistas e nem um sindicato para poder defendê-los. Com essa política de defesa apenas dos seus sindicalizados, a CUT – PE aumentou ainda mais a crise de representatividade que a cercava, adicionando, a isso, um desenvolvimento do corporativismo dos trabalhadores sindicalizados, para com os trabalhadores não sindicalizados.

Acreditamos que essa pesquisa foi útil para a constatação que a CUT - PE passou por profundas transformações na década de 1990, impostas por contextos políticos e econômicos que geraram também grandes mudanças no mundo do trabalho. Constatou-se, ainda, a fragilidade na qual a CUT – PE ficou a partir dessas transformações. Constatou, também, o caminho escolhido pela CUT – PE, deixando a contestação da ordem capitalista de lado e direcionando-se para a negociação e conformação dentro da exploração e precariedade da classe trabalhadora.

Sendo assim, esperamos que essa pesquisa possa contribuir no debate sobre o movimento sindical e as transformações do mundo do trabalho. Acreditamos que o debate sobre a temática é amplo e que a reflexão dos caminhos escolhidos pela CUT – PE, assim como o restante do movimento sindical, têm que ser discutidos e aprofundados. Para que futuramente possamos presenciar o ressurgimento de um movimento sindical forte, representativo e construído pela base, para que dessa forma, atenda os anseios da classe trabalhadora.

BIBLIOGRAFIA

1. ANTUNES, Ricardo. 2003.a. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9ªed. São Paulo: Cortez.
2. _____. 2003.b. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6ªed. São Paulo: Boitempo.
3. _____. 2004. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula*. 1ª. ed. Campinas: Autores Associados.
4. _____. 2005. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial.
5. ANTUNES, Ricardo; MORAES, Maria A. (orgs.) 2004. *O avesso do trabalho*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
6. BARDIN, L. (1977), *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
7. BAUER, M. W.; GASKELL, G. 2002. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
8. BOTTOMORE, Tom. (org). 2001. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
9. CHIZZOTTI, Antônio. 2001. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5ª ed. São Paulo: Cortez.
10. CUT. 1989. *Resoluções da Plenária Nacional da CUT*.
11. _____. 1993. *Resoluções da VI Plenária Nacional da CUT*.
12. _____. 1995. *Resoluções da 7ª Plenária Nacional da CUT*.
13. _____. 1996. *Resoluções da 8ª Plenária Nacional da CUT*.
14. _____. 1997. *Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT*.
15. _____. 1999. *Resoluções da 9º Plenária Nacional da CUT*.
16. CUT – PE. 1990. *Resoluções do V Congresso Estadual da CUT – PE*.
17. _____. 1991. *Resoluções do VI Congresso Estadual da CUT – PE*.
18. _____. 1994. *A CUT e o ano de 1994*.
19. _____. 1998. *Carta de Pernambuco: a chama da esperança em defesa do Brasil*.
20. _____. 1997. *Informativo da CUT – PE de 21 de junho*.
21. _____. 1999. *Caderno de teses para a 8ª Plenária Estadual da CUT – PE*.
22. DIEESE. 1998. *Boletim DIEESE - Novembro e Dezembro de 1998*.

23. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 1985. *Dicionário Aurélio*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira.
24. FAIRCLOUGH, Norman. 2001. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB.
25. GIL, Antônio Carlos. 1989. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 2ª ed. São Paulo: Atlas.
26. HOBBSBAWM, Eric J. 2000. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
27. HOLZMANN, Lorena. 2002. “Sociologia do Trabalho” in A. D. Cattani (org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4ªed. Petrópolis: Vozes.
28. KATZ, Cláudio; BRAGA, Rui; COGGIOLA, Osvaldo. 1995. *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã.
29. LIEDKE, Elida Rubini. 2002. “Trabalho” in A. D. Cattani (org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4ªed. Petrópolis: Vozes.
30. LÊNIN, Vladimir Ilich. 1979. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
31. LUXEMBURGO. Rosa. 1979. *Greve de massas, partido e sindicatos*. 1ª ed. São Paulo: Kairós editora.
32. MARX, Karl & ENGELS, Friederich 1977. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Grijalbo. Parte 1.
33. _____. 1968. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro I, volume 1.
34. _____. 1980. *Sindicalismo*. São Paulo: Ched editorial.
35. MÉSZÁROS, István. 2002. *Para além do capital*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo editorial.
36. _____. 2003. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* 1ª ed. São Paulo: Boitempo editorial.
37. MINAYO, M. C. S. 1991. *O desafio do conhecimento*. Rio de Janeiro: Hucitec/ Abrasco.
38. MIRZA, Christian Adel. 2006. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina*. 1ª ed. Buenos Aires: COLACSO Libros.
39. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (orgs.) 1996. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
40. PAULINO, Roseli A. Fígaro. 2001. *Comunicação e trabalho – estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação*. 1ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi.
41. PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. 1979. *A classe operária no Brasil (1889 – 1930)*. 1ª ed. São Paulo: Editora Alfa Omega.

42. POCHMANN, Márcio 2001. *O emprego na Globalização*. São Paulo: Editora Boitempo.
43. _____ 2000. *Nova divisão internacional do trabalho e as ocupações no Brasil*. São Paulo: Unicamp: mimeo.
44. SALLUM, Brasílio Jr. 1996. *Labirintos: dos generais à nova república*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec.
45. SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). 2003. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo editorial.
46. SANTOS, Boaventura de Sousa. (org). 2005. *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
47. SILVER. Beverly J. 2005. *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo editorial.
48. TRAGTENBERG, M. 2004. *Sobre educação, política e sindicalismo*. 3ª ed. rev. São Paulo: Editora Unesp.
49. TROTSKI, Leon. 1978. *Escritos sobre sindicato*. 1ª ed. São Paulo: Kairós livraria e editora.
50. TUMOLO, Paulo Sérgio. 2002. *Da contestação à conformação: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Unicamp.
51. ZANETTI, Lorenzo. 1995. *O novo no novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Rio de Janeiro: FASE.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)